



O legado de Marília em Contagem

Prefeita petista terminou o seu governo orgulhosa e feliz com o trabalho que realizou em Contagem em oito anos. E que foi aprovado por 80% da população

JOSÉ PRATA ARAÚJO

Índice

Veja neste caderno

Em defesa do legado político de Marília e do PT em Contagem 5

O legado do fortalecimento da identidade da cidade	7
O legado universalista e republicano	15
O legado político moderno e democrático	18
O legado da justiça social	22
O legado desenvolvimentista	25
O legado administrativo-financeiro	27

Finanças e investimentos 31

Marília: diagnóstico realista e sem saudosismos	32
O ajuste pelo lado da dívida	38
O ajuste pelo lado das receitas	40
O ajuste pelo lado das despesas de pessoal e de custeio	43
O ajuste pelo lado dos investimentos	47
Anexo - Números das finanças e investimentos	49

Servidores municipais 59

Os avanços garantidos aos servidores municipais	60
Anexo - Dados sobre os servidores municipais.....	62

Participação popular 65

O Orçamento Participativo em Contagem	66
Outras formas de participação popular	67
Anexo - Os números da participação popular	68



Tempo de agradecer

Após oito anos de mandato deixei a Prefeitura de Contagem com a agradável sensação de dever cumprido e preparada para novas experiências e outros projetos. Vivo um tempo bom, de estudar, colocar a leitura em dia, de ver muitos filmes e de intensa convivência familiar. Um dia a dia prazeroso, sem a correria da agenda cheia, com tempo para os amigos e amigas e para saborear os pequenos e muitos prazeres da vida.

Foi deste lugar, de desapego ao que passou e de vivência plena de novos tempos, que recebi este precioso presente: uma Revista que registra os resultados de nosso trabalho coletivo. Um presente que quero compartilhar com você.

Trata-se de um relato rico e apaixonado, fruto dos estudos feitos pelo autor José Prata Araújo durante os anos da nossa gestão. Durante este tempo, José, meu marido, foi um ouvinte atento, um militante atuante e um grande pesquisador e sistematizador. Foi incansável em escutar de forma atenta e carinhosa os meus longos relatos e desabafos. Eram diários, e às vezes aconteciam até no meio de noites de insônias. Ele sempre esteve presente, de forma participativa nos fóruns sociais e partidários que discutiam a cidade e as políticas públicas que colocamos em prática. Além de acompanhar os indicadores locais, José os comparava com os de outros municípios do estado e do país. E assim deu uma contribuição grandiosa na elaboração de propostas e o faz agora ao registrar para a posteridade, de forma detalhada, as principais realizações do nosso Governo.

Sua participação ativa e voluntária o fez parte da nossa equipe, e o relato que ele faz nos quatro fascículos desta publicação retrata o sentimento das centenas de pessoas anônimas que contribuíram na construção daquilo que deixamos. E como é bom andar pelas ruas e praças e perceber o quanto as pessoas estão contentes e satisfeitas com as mudanças e melhorias que foram feitas.

Cada governo tem um tempo seu. Hoje novos desafios e novas exigências estão colocados e é preciso seguir em frente. O nosso tempo foi de reconstruir a cidade e a Prefeitura como instituição. Foi também o de cuidar das pessoas, resgatar a cidadania, ajudar a construir uma cultura de direitos e deveres.

E isso se fez com uma cuidadosa escolha da equipe, que foi capaz de garantir tantas conquistas. Por isso agradeço a cada um e a cada uma que me ajudaram a governar. Ao secretariado, aos servidores públicos efetivos e de recrutamento amplo, aos parceiros dos governos federal estadual e municipais, ao empresariado e às lideranças populares, religiosas e sindicais, que estiveram unidas no mesmo objetivo de transformação. Juntos não aceitamos a imposição cultural de que o município fosse a periferia da Capital. Exigimos compromisso e respeito ao não aceitamos que os políticos só viessem em épocas eleitorais. Juntos conseguimos inserir Contagem em uma agenda metropolitana, nacional e internacional.

Foram oito anos de muito esforço. E de muitas alegrias ao ver os sonhos das pessoas se realizarem. Valeu a pena. E a continuidade do que deixamos vai depender da capacidade que a população tiver de se apropriar do que foi feito.

Registro aqui minha homenagem póstuma ao Avair Salvador, o Gordo do Riachinho, nosso primeiro líder de Governo na Câmara em 2005 e o último, em 2012, e em nome dele agradeço a todos os vereadores e vereadoras que nos ajudaram a construir uma cidade melhor. Agradeço ainda ao vice-prefeito Agostinho Silveira, que esteve sempre ao meu lado durante os dois mandatos. E serei eternamente grata a minha mãe, Sílvia, companheira e parceira, aos meus filhos Pedro e Vinicius e a minha filha Natália, pelo carinho e compreensão.

Um abraço a todos e todas e boa leitura.

Marília Campos



“Marília nunca se impôs como candidata. Foi sempre procurada por grupos de cidadãos comuns, que viram nela uma digna representante. O que fez sempre foi discutir com seus apoiadores o sentido da candidatura proposta por eles e então colocar seu nome à disposição dos projetos político-sociais dos grupos solicitantes, apresentando como condição não ficar sozinha como estrela solitária, mas irradiar a sua luz no meio da constelação”.

Etevaldo Brito Dias, professor aposentado da PUC Minas
Depoimento de apoio à candidatura de Marília para vereadora em 2000

A photograph of a vibrant, modern playground. In the foreground, several children are playing on a colorful mat. In the background, a multi-story building with a balcony and a sign that reads 'Cemei Bom Jesus' is visible. The scene is bright and sunny.

Em defesa do legado político de Marília e do PT em Contagem

O ex-presidente Lula, em gravação veiculada na campanha eleitoral de 2012, afirmou que temos a Contagem “antes e depois de Marília”. De fato, a vitória da petista é um marco na história da cidade. Marília partiu do acúmulo histórico do PT, ampliou a votação do Partido e reuniu muitos aliados, o que possibilitou a vitória eleitoral. Com ela, foi realizado o antigo sonho da esquerda mineira de se tornar protagonista numa das maiores cidades operárias de Minas. Marília significou ainda, o pioneirismo da primeira mulher a ocupar a Prefeitura na história da cidade; foi a prefeita do Centenário de Contagem; e a primeira prefeita reeleita em períodos democráticos.

Contagem, administrada pelo PT e pelos Partidos aliados, em um governo de coalizão, esteve sintonizada com o programa “Cidades Sustentáveis”, que articula as dimensões social, urbana, econômica, ambiental e democrática da vida nas cidades. A prefeita Marília Campos conseguiu, nas urnas, a eleição e a reeleição, o que lhe deu oito anos de mandato, tempo que foi suficiente para que ela implementasse mudanças profundas na vida de Contagem. A petista terminou seus oito anos de governo com 80% de aprovação da população, com índices bastante positivos nas oito regiões administrativas. Sua aprovação é bastante homogênea em todos os critérios: renda familiar, escolaridade, idade, gênero, situação de trabalho, religião, cor.

Marília, com justa razão, é hoje reconhecida, por uma larga parcela da população, como a “guerreira do povo de Contagem”, na expressão das “mulheres bravas da periferia”, com as quais a petista tem uma enorme empatia. Os sacrifícios políticos e pessoais que ela realizou para reorganizar a cidade são indescritíveis. Ela ganhou a eleição para a Prefeitura em 2004, tomou posse em 2005 e enfrentou monumentais dificuldades nos dois primeiros anos de mandato. Seu governo esteve à beira da inviabilização e da desagregação, o que coincidiu com a enorme crise do governo Lula no plano federal. Enfrentando inicialmente uma casa completamente desarrumada a petista por diversas vezes, foi vaiada em atividades públicas, enfrentou muitas greves, se recolheu politicamente a contragosto nas eleições de 2006, sua desaprovação alcançou mais de 60% da população. A frase feita que corria na época, era: “Essa mulher não faz nada”.

Marília foi praticamente “desenganada” politicamente nas eleições de 2008, quando foi abandonada pela maioria de seus aliados. Mas, com os avanços que conseguiu implementar na segunda metade de seu governo, ela renasceu no final do primeiro turno, ganhou a eleição com mais de 20 mil votos de frente, reunificou a base de governo no segundo turno com a proposta de um governo de coalizão, e venceu a eleição com 42 mil votos de frente. “Ela merece continuar”, foi o slogan singelo e intimista

que sintetizou a vitória da petista em 2008. Marília continuou e fez bonito no segundo mandato, mesmo com a crise econômica que derrubou a popularidade dos prefeitos em todo o país. As pesquisas apontam que os contagenses a consideram uma das melhores prefeitas da história da cidade.

Marília já disse diversas vezes que não será mais candidata à Prefeitura de Contagem. A petista vai continuar a sua militância política na cidade, mas em outros espaços da vida pública, onde possa continuar sendo uma representante digna dos contagenses e de todos os mineiros. Temos certeza que a petista considera como uma experiência única seus mandatos como prefeita da cidade. Única, porque muito foi feito pelo bem estar e pela felicidade dos milhares de moradores da cidade. Mas única também porque se trata de uma experiência para não ser repetida, pois ela exerceu dois mandatos consecutivos, e afirma que agora os Partidos precisam apostar na renovação de lideranças e que a fila precisa andar como se diz no meio político. Temos certeza de que a população irá compreender essa posição.

Muitos irão descrever desta decisão, com a análise de que só não voltará se a administração comunista for bem aprovada e, que em caso de fracasso, ela cederá aos apelos de “volta Marília!”. Estão enganados os que pensam assim. Este é o cenário mais indesejado politicamente. Ou seja, voltar à Prefeitura e dedicar mais oito anos para arrumar novamente a casa que outros desarrumaram. Contagem não precisa de uma salvadora da pátria, ou, traduzindo para a nossa realidade, de uma salvadora da cidade. Precisa sim consolidar um pensamento majoritário na população e nas forças políticas, especialmente as de esquerda, de compromisso com o resgate duradouro da normalidade político-administrativa. As funções básicas da cidade precisam ser resguardadas e isso no município, que conviveu com o desmanche administrativo-financeiro durante mais de uma década, não é pouca coisa. O bem estar dos mais de 620 mil contagenses deve estar acima de interesses eleitorais imediatistas.

A normalidade político-administrativa é uma tarefa permanente, já que a Prefeitura tem enormes desequilíbrios financeiros e dificuldades de financiamento das políticas públicas. Como veremos nesta publicação, Marília foi vitoriosa na reorganização da cidade porque transformou dificuldades em oportunidades e

porque utilizou um amplíssimo arsenal de medidas para reequilibrar as finanças públicas, nas áreas das receitas, despesas, dívidas e investimentos.

Mas a maioria destas oportunidades não se repetirá mais, sendo muito estreita agora a margem para novos ajustes. Diz o ditado popular que se melhorar, piora. Significa que Contagem está com as contas arrumadas, mas estas melhorias foram resultados de medidas tão amplas que, contraditoriamente, estreitaram as margens do município para enfrentar novos desequilíbrios. Contagem, pelos seus enormes desequilíbrios fiscais, pode ingressar em uma crise financeira estrutural de difícil solução, onde ninguém conseguirá uma maioria social e política para aplicar um programa duro de ajuste fiscal, com corte de despesas e de políticas públicas, aumento de impostos e corte drástico de direitos dos servidores. Num quadro assim, o mais provável é que a crise se arraste por longos anos por absoluta falta de consenso social e político sobre que caminhos deve-se tomar.

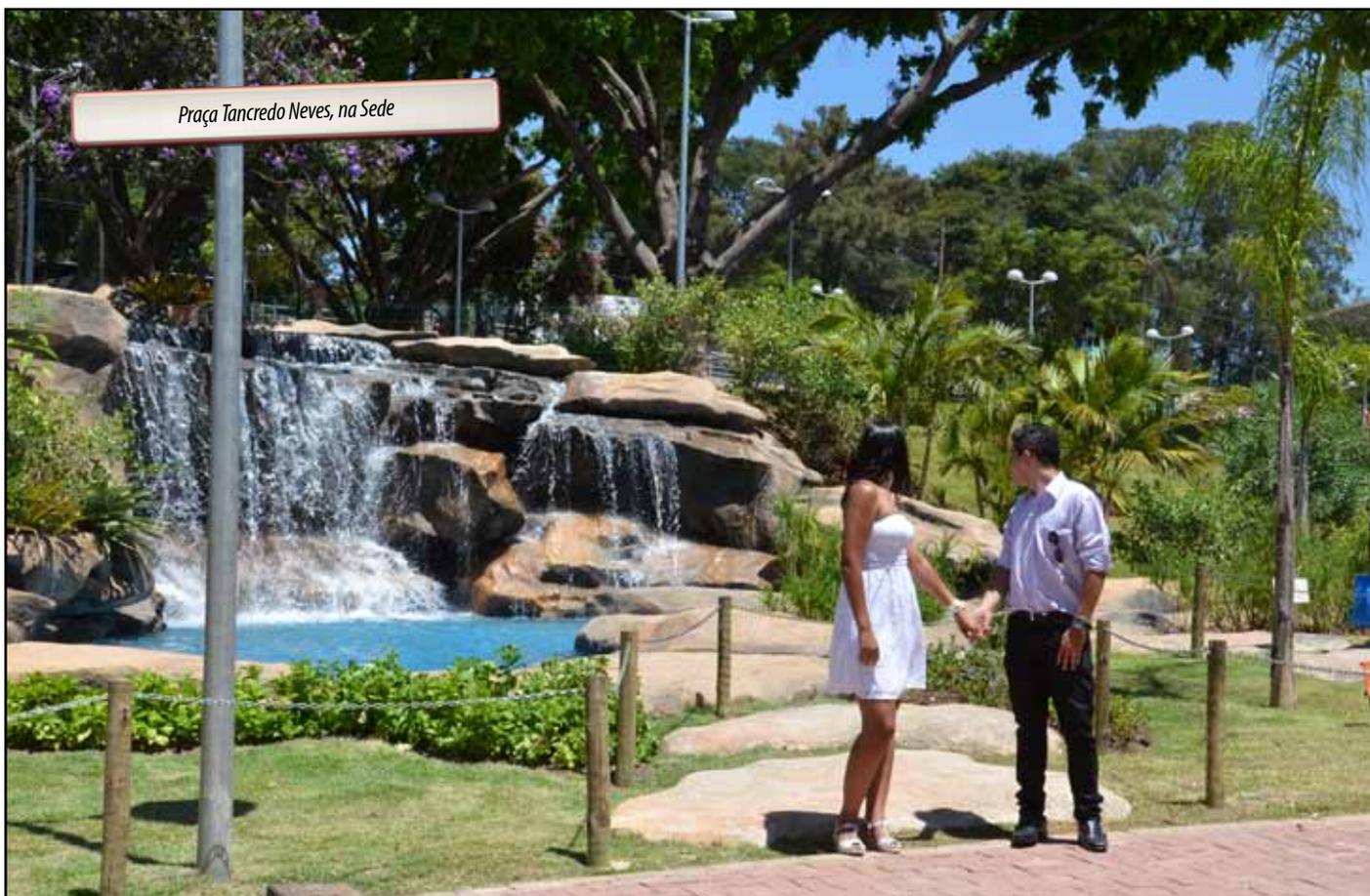
O momento é o de defender, de forma vigorosa, o legado político de Marília e do PT em Contagem, que temos convicção será fundamental para que a cidade continue seguindo em frente. Quando era deputada estadual, a petista publicou revista com um poema de Michel Foucault na contracapa, que expressava de forma intensa os pensamentos de seu coletivo político. Dizia o poema: “Liberem a ação política de toda forma de paranóia / Prolifere ações, pensamentos e desejos / prefiram a diferença à uniformidade / o produtivo é nômade / Não é preciso ser triste para ser militante / e, finalmente, não se apaixonem pelo poder.”

Marília não é apaixonada pelo poder. Vivemos em uma democracia, existe a rotatividade nos governos e o que pode ganhar um caráter mais perene é o legado que pode se incorporar às práticas da sociedade. É sobre o legado da petista, que consideramos importante para o futuro de nossa cidade, que tratamos nesta revista. São mais de 200 páginas, em quatro fascículos, e 120 tabelas que sintetizam, de forma ampla, a experiência do PT e dos Partidos aliados em Contagem. Não se trata de um documento neutro politicamente, mas também não é sectário porque seu conteúdo é amplo e bem fundamentado e está sintonizado com a avaliação da maioria dos contagenses, que aprovaram maciçamente as gestões da então prefeita Marília Campos.



Conjunto Habitacional Retiro dos Sonhos, no Retiro

Praça Tancredo Neves, na Sede



O legado do fortalecimento da identidade da cidade

Marília ampliou o orgulho e o amor por Contagem

Nas inaugurações realizadas no final de seu governo, em todas as regiões, a prefeita Marília Campos assumiu, de forma simples e ofensiva, a defesa de seu legado político. Marília respondeu aos seus adversários que, de forma depreciativa, a chamam de “Marília das praças”, para desqualificar sua política de requalificação dos espaços públicos. Em seus discursos, ela afirmou: “Sou a Marília das praças, mas também a Marília das escolas infantis, da nova Maternidade, das casas populares, do saneamento básico, da geração de 70 mil empregos em Contagem” (...) “Sou a Marília das Academias da Cidade, das novas Upas e UBS, do melhor salário pago em Minas aos professores, da arrumação das finanças da Prefeitura, da pavimentação e urbanização dos bairros e vilas da periferia, dos grandes empreendimentos como o Shopping Contagem e o Cecon” (...) “Sou a Marília das grandes obras de trânsito, como a Tereza Cristina e o Túnel do Ressaca / Eldorado,

dos concursos públicos e do fim do empreguismo na Prefeitura, do “Caldeirão do Riacho”, casa do Sada / Cruzeiro, do Orçamento Participativo, do Luzes de Natal, dos parques ecológicos e esportivos e da Guarda Municipal, (...) “Sou a Marília da luta contra todo tipo de discriminação, da emancipação das mulheres, da luta contra a homofobia, do programa Sem Limite, do cartão dos idosos e dos portadores de deficiência, das políticas de acessibilidade, do Cefet, das obras em áreas de risco, das praças da Glória e da Jabuticaba (...) Sou a Marília do PT de Lula e de Dilma”.

Marília, com sua enorme sensibilidade, intuição política e conhecimento da cidade, fez nos oito anos de governo o que a maioria da população esperava dela. A população entendeu muito bem que os investimentos no lazer e na requalificação dos espaços públicos não era uma política isolada, destinada a maquiar outros graves e históricos problemas de Contagem. Tratava-se de uma política integrada de urbanização e reurbanização da cidade em todas as áreas, combinada

com o fortalecimento da presença da Prefeitura nos serviços de saúde e educação. Quando comparamos às atividades públicas com Marília, a impressão que sempre tivemos é que a população sempre compreendeu melhor do que o próprio governo e os estudiosos da cidade a dimensão do legado da petista. Certa vez uma cidadã, em uma pesquisa qualitativa afirmou, em defesa da Marília, que “aquilo que os olhos vêem, o coração sente”. As pessoas em todos os cantos da cidade viram o que Marília fez na cidade e nas suas regiões, os corações expressaram a gratidão pelo carinho e o cuidado com que a prefeita tratou os moradores.

Marília, mais que obras e a ampliação dos serviços públicos, mexeu com a alma da cidade. Desde que a petista constituiu o seu coletivo de apoio em Contagem, a partir da sua candidatura para a Prefeitura em 1996, uma obsessão nossa tem sido compreender melhor a cidade que escolhemos para viver. Numa discussão realizada em 2000 no mandato de vereadora de Marília,

Academia da Cidade Francisco Firmo de Mattos, no Riacho



uma militante de base, a companheira Maria Aparecida Areal, deu a maior contribuição teórica que nos orientou nos anos seguintes. Ela, de forma simples e ao mesmo tempo com conhecimento profundo da cidade, afirmou: “Contagem tem uma identidade muito frágil. Quando falamos que estamos indo à cidade, nos referimos a Belo Horizonte. Quando falamos em ir ao Centro, trata-se do Centro de Belo Horizonte e não do Centro de Contagem.” Bingo! podemos dizer hoje. Provavelmente este é um dilema das cidades metropolitanas, muito dependentes das capitais, em especial no lazer e na cultura. Esta reflexão orientou o nosso coletivo político e especialmente Marília, nos anos seguintes. Decidimos que a situação de Contagem exigia da petista uma dedicação em tempo integral à cidade e não de forma fragmentada em um grande número de municípios, para se firmar como um pólo do fortalecimento da identidade local. Contra todas as previsões, a estratégia de concentração da ação política em Contagem deu certo, Marília depois de eleita vereadora foi eleita deputada estadual, saindo praticamente eleita de Contagem ao obter o maior número de votos dentre todos os concorrentes.

Eleita prefeita, se dedicou em tempo integral à cidade, e seguiu as dicas do ex-prefeito petista Elói Pietá, de Guarulhos: “O prefeito(a) deve dedicar o pensamento, o tempo e a ação, à resolução dos problemas locais, secundarizando sua presença em outros fóruns institucionais, exceto se sentir-se suficientemente seguro na batalha local (...). Deve participar moderadamente de eventos no estado, no país e no exterior, para manter uma visão mais geral, e poder distinguir o que é dificuldade específica de seu governo daquilo que é calvário de todos os governantes.”

No plano político, Elói Pietá deu outra dica importante: “O prefeito(a) deve cuidar para que o governo não seja de uma prioridade só, porque as tarefas de governo e as exigências populares resultam em várias prioridades.” O Coletivo vinculado à Marília sempre teve uma visão bastante ampliada da questão social, incorporou as demandas da Constituição de 1988 e as novas demandas sociais pela universalização de bens e serviços que brotaram das lutas sociais nos anos mais recentes e dos governos civilizatórios de Lula e de Dilma. Marília não adotou uma prioridade, nem somente as três tradicionais - educação, saúde, segurança pública -, mas dez prioridades de acordo com as demandas da cidade e as condições financeiras da Prefeitura: incluindo o desenvolvimento econômico e a geração de empregos, e mais cinco prioridades na urbanização: saneamento básico, pavimentação de ruas



UBS Parque São João

e avenidas, habitação, mobilidade urbana, e requalificação de espaços públicos. E o Orçamento Participativo.

Essa agenda política ampla mexeu com a cidade, ampliou os horizontes dos contagemenses, especialmente a requalificação dos espaços públicos, que gerou uma enorme mobilização de ocupação das praças e parques pela população, com muitas opções de lazer e de cultura. Marília humanizou a cidade desenvolvimentista. Este é o mais importante legado da petista que nós demoramos a compreender. A experiência de Contagem, com Marília, não se encontra nas prateleiras das análises prontas. É uma experiência singular e possivelmente única no Brasil. A força da petista na população não resulta apenas do seu carisma. Muitos líderes carismáticos fracassam na política. E quando fracassam, esses líderes pagam um preço devastador, do tamanho da esperança e dos sonhos que os eleitores depositam neles. Marília é carismática sim, mas ela surpreendeu a cidade com o seu projeto político libertário, emancipatório e humanista, mas ao mesmo tempo responsável na condução político-administrativa da Prefeitura.

A humanização da cidade desenvolvimentista

Revisitando recentemente estudos e pesquisas de 2007, muitíssimo importantes e que por descuido nós engavetamos, constatamos como Marília acertou na condução de seu go-

verno. Acertou pela sua intuição, sensibilidade política e conhecimento da cidade, já que nunca trabalhamos com aquelas informações. Ficamos chocados, pois até parecia que elas fizeram parte do livro de cabeceira da petista para governar Contagem. Bingo, podemos dizer novamente. Poucos compreenderam a alma de Contagem como Marília. No geral, nós de esquerda, só nos interessamos por pesquisas e estudos em torno de questões de curto prazo, como a aprovação do governo, a avaliação dos serviços prestados, ou então pesquisas qualitativas para fins imediatos de caráter eleitoral.

Em geral, temos uma enorme preguiça para estudar subsídios mais estratégicos e de longo prazo. As pesquisas e estudos de 2007, mais do que aferir desejos imediatos dos contagemenses, aferiram os sentimentos que eles tinham em relação à cidade. Isso é fundamental para se fazer um bom governo. Marília mexeu com os sentimentos da população da cidade.

Os dados indicam que era muito elevada a satisfação de morar em Contagem. Cerca de 75% dos cidadãos e cidadãs afirmaram que eram satisfeitos com a cidade, 17% se declararam indiferentes e apenas 9% eram insatisfeitos. Esses percentuais eram distribuídos de forma bastante homogênea. O sentimento de satisfação era liderado pelos moradores da região Nova Contagem (82%), seguido do Industrial (79%), Ressaca (79%), Eldorado (78%), Água Branca (76%), Riacho (74%), Sede / Petrolândia (71%) e Nacional

(58%).

Quanto aos pontos positivos e negativos, fica claro que Contagem tinha uma identidade marcadamente desenvolvimentista. Os principais itens elencados como aspectos positivos da cidade são: a) questões do desenvolvimento econômico: comércio expressivo, indústrias e mercado de trabalho; b) fica claro também a dependência da cidade de Belo Horizonte: vantagem de morar perto de BH e acesso ao Metrô; c) preservação de Contagem com características de cidade do interior, provavelmente fruto da enorme imigração do interior para a nossa cidade; d) menor carga de impostos: isenção do IPTU residencial para os moradores.

Os dados indicam também muitas frustrações, que são as enormes lacunas de um projeto de cidade de desenvolvimentismo econômico. Dentre os principais aspectos negativos da cidade, são citadas as seguintes questões: a) poucas alternativas de lazer, restando aos moradores apenas os Shoppings, a Feira do Eldorado e o Parque Ecológico do Eldorado, já que pontos turísticos de Contagem (as praças), na opinião de uma moradora, "ao invés da gente ir, a gente costuma é fugir por causa da violência"; b) sistema de saúde precário e falta de segurança pública; c) diversas questões vinculadas à urbanização da cidade: ações da Prefeitura concentradas em alguns bairros, descaso com a periferia, saneamento básico, pavimentação, dentre outros; d) transporte público. Se existe satisfação dos moradores

com a cidade, ficam claro também as enormes lacunas no projeto desenvolvimentista.

A agenda puramente desenvolvimentista é muito forte na maioria das lideranças políticas da cidade, de Partidos de direita e também de Partidos de esquerda. Mesmo quando defendem ou adotam políticas sociais importantes seu viés é marcadamente produtivista. A educação só é vista para a inserção no mercado de trabalho, e não também para a formação do cidadão. A saúde é centrada somente na recuperação da mão de obra para o trabalho e não também para a promoção e preservação do bem estar. A segurança é somente para trabalhar e não para desfrutar os prazeres da vida no lazer e na cultura. A mobilidade é somente para os carros e não se enfatiza a mobilidade humana. O lazer quase sempre é visto pelos oponentes do PT em Contagem como uma coisa dispensável e um capricho desnecessário da prefeita Marília Campos. Outra marca do desenvolvimentismo de Contagem foi, historicamente, a exclusão social de milhares de moradores da periferia, para os quais nunca tinham chegado coisas básicas para se viver com um mínimo de dignidade: rede de esgoto, saneamento dos córregos, pavimentação, e outras obras de urbanização. O maior exemplo é a região de Nova Contagem: uma comunidade de 60 mil pessoas, que tinha o menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e onde faltava quase tudo em termos de urbanização.

Marília humanizou a cidade desenvolvimentista. Mostrou um cuidado com a população

difícil de ser ver. Além de fortalecer a presença da Prefeitura na saúde e na educação, ela levou a urbanização para comunidades que esperavam há 20 ou 30 anos por obras fundamentais para uma vida digna. Obras de saneamento integrado, que sanearam córregos, reassentaram famílias ribeirinhas, fizeram drenagem fluvial e pavimentaram ruas e avenidas. Obras de urbanização completa, como as que foram feitas em Nova Contagem. Obras de habitação, como a de construção de conjuntos habitacionais para moradores de vilas e de áreas de risco; obras em áreas de risco, que fizeram com que Contagem não tivesse nenhuma tragédia nas chuvas nos últimos oito anos e programas de regularização fundiária, que garantiram títulos dos imóveis a milhares de famílias. Obras de revitalização de centros comerciais, fortalecendo novos centros regionais e descentralizando o desenvolvimento econômico. Obras de mobilidade, como a do Túnel Ressaca / Eldorado. Marília levou direitos básicos de urbanização para comunidades que viveram há décadas no abandono e no esquecimento.

Marília fala que as obras melhoraram a vida das pessoas e as deixaram mais felizes: "A Contagem de hoje é mais próspera, mais feliz e mais cidadã. O mais importante em uma obra não é a parede, não é o concreto. É o efeito que ela tem na vida das pessoas. Quando você pavimentava uma rua que era de terra, isso significa que a criança não vai passar pela vergonha de chegar na escola com os sapatos sujos de lama e de po-

eira. Significa que a família vai dar uma reforma na fachada da casa, que vai convidar mais os amigos. O trabalho que fizemos tem a ver com isso, com a melhoria da vida das pessoas e com a felicidade das pessoas". (Revista Cidade, edição 58 / 2012).

As grandes obras de urbanização foram recebidas, como disse Marília, com enorme alegria pela população. São frases que expressam o reconhecimento da população: "Toda eleição os políticos prometiam esta obra de saneamento, mas depois sumiam, Marília não prometeu e fez" (...) "Com esta obra de saneamento agora estamos livres do esgoto a céu aberto" (...) "Esprei por esta obra no córrego durante mais de 20 anos, e pensei que ia morrer sem vê-la realizada" (...) "A pavimentação é a teia de aranha que articula todos os outros direitos em nosso bairro" (...) "Sem asfalto, eu tinha que colocar uma sacola no pé para não chegar no trabalho com o pé sujo de poeira ou barro, agora tudo mudou" (...) "Com o apartamento que ganhei, eu não tenho mais medo das enchentes e eu e minha família podemos dormir tranquilos" (...) "A construção do Túnel gerou mais desenvolvimento da região Ressaca / Nacional" (...) "Marília tirou nossa região do abandono e do esquecimento" (...) "O apartamento que ganhei é na mesma região onde sempre morei e criei a minha família, não fomos mandados para longe, como no passado".

Marília apostou também na reurbanização das regiões centrais, com requalificação de centros comerciais, recapeamento asfáltico de corre-



Praça Estrela Dalva

dores de transporte e revitalização dos espaços públicos. Pode parecer contraditório, mas os problemas das grandes cidades brasileiras estão concentrados em suas periferias abandonadas pelo poder público e na degradação de suas regiões centrais. Marília enfrentou o populismo de direita e de esquerda e colocou como eixo de seu projeto político, além da urbanização e da ampliação dos serviços públicos nos bairros mais pobres, a requalificação dos principais centros comerciais e dos espaços públicos, que são considerados pelo atraso político como privilégios da classe média e que não interessaria aos pobres. Como bem disse o ex-ministro Luiz Dulci em um seminário do qual participamos: "O centro da cidade, ou os centros da cidade, com suas praças e avenidas, são de todos. Isso porque são espaços de identidade local, são irradiadores do desenvolvimento econômico e reúnem os principais equipamentos de lazer e cultura da cidade." Marília ganhou este debate porque ficou claro que obras como a da Avenida João César de Oliveira são boas para o desenvolvimento de toda a cidade e não apenas para o Eldorado e a Sede.

Este cuidado de Marília com a cidade, com urbanização das regiões periféricas e com a reurbanização das regiões centrais foi um grande fator de fortalecimento do pertencimento e da identidade da população com Contagem. Ficou melhor viver na cidade porque ela está mais bonita, mais organizada e mais justa com todos os seus moradores.

Nossos estudos indicam que uma das características mais apreciadas pelos contagenses "é a preservação de Contagem com características de cidade do interior". Marília, filha de gerente de banco do Credireal, morou em diversos pequenos e médios municípios mineiros, e trouxe para Contagem a sua forma de fazer política baseada neste estilo interiorano. Ela mudou as campanhas políticas de Contagem. Para fazer frente à falta ou pequeno alcance do palanque eletrônico, ela introduziu um estilo de campanha de pequenas cidades, vibrante, de bairro em bairro, de rua em rua, que caiu no gosto da população. As campanhas em Contagem, até então burocráticas, se transformaram com Marília em um "espetáculo de rua", na expressão de um petista. Trouxe também o estilo do interior, ao batalhar por uma cidade bem organizada, bonita e com opções de lazer para os seus moradores, com muitas praças e parques bem cuidados, pistas de caminhada, Academias da Cidade, quadras de esportes, com festas populares, com barracas de comidas mineiras, essas coisas que atçam as boas lembranças de quem morou no interior, como a maioria de nós contagenses.



Mas a cidade desenvolvimentista pulso também no governo Marília, com índices de crescimento acima das médias de Minas e do Brasil, com o segundo maior mercado de trabalho do estado, com 70 mil novos empregos gerados nos últimos oito anos, e com a atração de grandes empreendimentos como o Shopping Contagem e o Centro Empresarial de Contagem - Cecon.

A petista, portanto, aliou o desenvolvimento econômico com um programa de humanização da cidade. É aí que reside o seu maior apoio e é isso que explica o porque a longa permanência política no governo não lhe desgastou. Pelo contrário, o seu prestígio cresceu mesmo nos anos recentes de grave crise econômica, atingindo o auge de 80% no seu oitavo ano de governo. Não se deve subestimar a importância que tem para as pessoas viver em uma cidade que lhes garante emprego e renda. Mas se a cidade oferece, também, boas opções de lazer, muitas praças e parques em todas as regiões, festas populares e mais cultura, "não tem preço", como diz a propaganda na televisão.

Marília fez de Contagem uma cidade mais completa, que atendeu aos sentimentos dos contagenses por melhorias e fortaleceu a identidade e o pertencimento dos seus moradores.

Estas transformações foram bem expressas na música da Prefeitura em comemoração ao centenário: "Contagem aqui é o meu lugar". Seus versos diziam: "Para morar, divertir, viver, trabalhar, Contagem aqui é o meu lugar (...). Para sonhar e crescer, para a vida melhorar, Contagem aqui é o meu lugar".

O lazer e o direito à preguiça

Contagem viveu, no governo da prefeita Marília Campos, numa dimensão inédita no Brasil, uma efervescência de participação da população nos novos espaços públicos criados e / ou reformados. Nas comemorações do centenário de em 2011, 250 mil pessoas compareceram às diversas atividades culturais e esportivas. Em 2012, o projeto Luzes de Natal, levou 400 mil pessoas às praças iluminadas nos dias de semana e nos sete finais de semana, favorecido pelo bom tempo e pela falta de chuvas nos meses de novembro e dezembro. Diversas iniciativas culturais nas praças e outros espaços públicos, como é caso do projeto Seresta na Praça, do Minas ao Luar, com artistas locais ou convidados, de diversos gêneros musicais, tiveram presença sempre marcante da população. Marília trouxe para Contagem shows de músicas clássicas, com a Orquestra



Show no Espaço Popular, na Sede

Sinfônica de Minas Gerais, shows de jazz, e a inesquecível apresentação do balé Quebra Nozes, da Companhia Brasileira de Balé, que lotou a praça da Glória. O Festival Gastronômico das Abóboras se consolidou no calendário da cidade e levou 10 mil pessoas à Praça Nossa Senhora da Glória na sua edição mais recente. Na área de esportes, em torno de 50 mil pessoas utilizam as 44 Academias da Cidade e as 23 pistas de caminhada. Nas quadras vinculadas às praças e parques e nos campos de futebol é sempre grande a presença da população. O Sada / Cruzeiro, time de vôlei que manda as suas partidas no Poliesportivo do Riacho, tem uma das maiores presenças de público da Super Liga de Vôlei. E as praças e parques, devido aos seus atrativos, recebem também nos dias de semana e, sobretudo nos finais de semana, milhares de visitantes.

Esses números impressionantes não sensibilizaram os opositores ao governo Marília, que sempre fizeram pouco caso do lazer, qualificando como um desperdício as pracinhas e os brinquedinhos para as crianças, sob o argumento de que as prioridades únicas da população são a saúde e a educação. Na verdade, tanto políticos de direita como de esquerda que combatem o direito ao lazer, utilizam as carências da população para os seus fins políticos, mas são pessoas que têm renda garantida e reservada para seu lazer privado e de seus familiares. O que esses

políticos são contra é a democratização do lazer, ou seja, que os governos invistam para que todos tenham direito de “repousar, divertir, recrear e entreter”; além do direito fundamental e constitucional de trabalhar, se educar, e manter a saúde. “Viva o direito à preguiça!” como disse o velho militante anarquista Paul Lafargue. Trabalho, repouso e lazer para todos!

Marília venceu a disputa pelo direito ao lazer em Contagem porque a requalificação dos espaços públicos fez parte de uma política mais ampla de urbanização e reurbanização da cidade e de todas as suas regiões. Além disso, gradualmente, os equipamentos de lazer foram espalhados por toda a cidade. Todas as regiões receberam grandes parques, praças reformadas, pistas de caminhada e Academias da Cidade. A petista democratizou e fez do lazer um direito de todos. A população entendeu também que grandes equipamentos de lazer no Eldorado e na Sede - Praça da Glória, Praça Tancredo Neves, Praça da Jabuticaba -, são cartões postais não somente destas duas regiões, mas também de toda a cidade. Esses espaços públicos estavam destruídos, como bem ilustrou uma foto que publicamos na campanha eleitoral, com uma mulher sentada solitariamente ao lado de um cão, na Praça da Glória. O principal cartão postal de Contagem neste estado lastimável era péssimo e a população compreendeu os investimentos

que foram realizados na sua revitalização.

Marília defende com ênfase sua política de recuperação das praças e parques: “Os espaços públicos estavam em situação de calamidade pública, eram antros e fontes de perigo. Nós investimos nesse particular, tanto que me chamam de ‘Marília das praças’. Mas as praças são universais. Bem cuidadas, com paisagismo, jardinagem, equipamentos como as academias são um convite para a convivência dos jovens, dos velhos, das crianças, dos vizinhos. E, hoje, em Contagem, as pessoas frequentam as praças. Inclusive à noite, porque são bem iluminadas, porque acontecem shows, ou para ver a iluminação de Natal. Qual a consequência disso? Maior integração social, reforço dos laços de vizinhança, mais alegria e também uma cidade mais tranquila.” (Revista Cidade Edição 58 / 2012).

As grandes obras de requalificação dos espaços públicos ajudaram a melhorar a cidade. Diversos depoimentos dos contagenses reconhecem a importância de se ter muitas opções de lazer: “Agora eu tenho onde levar para passear os amigos e parentes que vêm em minha casa” (...) “Contagem nunca esteve tão bonita e acolhedora” (...) “Antes Contagem não tinha locais bonitos nem para os noivos se fotografarem, agora temos praças e parques onde os noivos tiram fotos para os seus books” (...) “Agora temos onde registrar em fotografias os momentos

felizes com nossos familiares" (...) "Marília levou para os bairros da periferia as praças, parques, e academias da cidade, que eram privilégios do Eldorado" (...) "Com mais praças e parques os idosos têm mais espaços para andarem e as crianças para correrem" (...) "Com Marília, cresceu o orgulho e o amor de morar em Contagem" (...) "Contagem têm algumas das praças e parques mais bonitos em Minas e no Brasil" (...) "Antigamente a cidade era cinza e nesses últimos anos senti que está muito mais bonita, com mais cultura, que deu uma guinada" (...) "Me surpreendi e chorei na Praça da Glória no Natal, pois acabo de chegar de Nova Iorque e lá não tem uma praça tão bonita assim" (depoimento de uma empresária à Marília) (...) "Antes tínhamos que ir a BH para ter acesso ao lazer, agora temos boas opções em nossa cidade" (...) "As praças bonitas e bem preservadas convidam as pessoas para saírem de casa" (...) Até um humorista de Contagem demonstrou a sua surpresa com o Luzes de Natal: "O mundo não acabou neste final de 2012, mas não deixa de ser o fim do mundo Contagem estar mais bonita que BH neste Natal" (...) "Um espaço qualificado e bem aproveitado reflete positivamente na segurança pública trazendo mais tranquilidade para todos" (Coronel da Polícia Militar, na inauguração da Praça da Jabuticaba).

Quem visitou uma das grandes praças de Contagem no Luzes de Natal de 2012 pode ver a alegria da população com o novo perfil lazer / cultura de Contagem. O Luzes de Natal teve a impressionante aprovação de 98% da população, sendo que apenas 20 em mil pessoas não aprovaram a iniciativa do Governo Marília Campos. Isso pode ser facilmente confirmado para quem compareceu a algum local de maior visitação e sentou nos bancos para apreciar as belezas. As pessoas não se limitavam a contemplar a iluminação de Natal, expressaram em voz alta para seus acompanhantes a admiração por Contagem fazer uma festa tão bonita. Muitas pessoas comentavam que o governo que não manter esta festa não conseguirá se reeleger futuramente. As pessoas que encontravam com Marília não se limitavam a confidenciar com a prefeita, também em voz alta externavam seu apoio à prefeita por uma iniciativa que as alegrava nas festas de final de ano.

Marília mostrou ser, além de uma prefeita com grandes qualidades no plano político, também uma grande gestora. Mais do que fixar metas políticas, ela se empenhou, com notável interesse, na gestão, no ver acontecer. Uma das áreas em que ela geriu com enorme prazer e nos detalhes, tão apreciado pelas mulheres, é na requalificação dos espaços públicos de Contagem. Toda

viagem que fazia ela observava o que tinha de interessante que pudesse trazer para Contagem. Foi em uma dessas viagens, a Campos do Jordão em São Paulo, que ela viu as Academias da Cidade e trouxe esses equipamentos para Contagem. Numa festa de uma liderança do setor de supermercados, em que participamos com ela, a petista viu uma pequena cascata e teve a idéia para fazer grandes cascatas em novas praças de Contagem, que acabaram sendo construídas nas praças da Glória e Tancredo Neves, que se transformaram em um enorme sucesso. Marília criou a Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem - ConParq, onde exercia um acompanhamento quase diário da construção de novos equipamentos, de detalhes a serem colocados nestes equipamentos, como os cacos de ladrilhos, que virou uma marca sua, até melhoria na jardinagem, limpeza dos espaços públicos, reforma de equipamentos danificados, melhoria ou correção na iluminação, parcerias com o governo federal e com os empresários para viabilizar novos equipamentos, eleições de conselhos para as principais praças e parques.

Marília participou junto com a equipe de comunicação de cada detalhe do planejamento com antecedência de eventos como o Luzes de Natal. E na defesa do sentido comunitário e de lazer dos equipamentos exigiu que a publicidade não retratasse as praças vazias, mas repletas de pessoas. Detalhes tão pequenos, mas que

ajudaram a mudar para melhor a cidade em que vivemos, trabalhamos e nos divertimos.

Marília fez um final de governo iluminado

O PT e os Partidos aliados perderam a eleição para a Prefeitura de Contagem em 2012. Marília apoiou o deputado estadual Durval Ângelo de forma intensa, mas o apoio e a transferência de votos não foram suficientes para garantir a vitória do petista. Passadas as eleições foi difícil inicialmente para a prefeita retomar os contatos com a população, uma marca de seu governo. Os eleitores que votaram no candidato do PT expressavam a sua perplexidade e o inconformismo com os resultados eleitorais. Já em relação àqueles que aprovavam o governo e votaram no candidato vencedor surgiu um constrangimento mútuo. Marília deu a volta por cima e retomou plenamente suas funções de governo. Nos atos em que participou, prometeu governar até o último dia de seu mandato, 31 de dezembro de 2012.

A petista retomou uma intensa agenda de visitas às obras em andamento e de inaugurações de equipamentos belíssimos. Foram cortadas as fitas de inauguração do Cemei Água Branca; Cemei Vila da Paz; UBS Praia, UBS Vila Pérola; UBS Parque São João; das UBS Jardim Laguna e Novo Riacho, que foram reformadas e ampliadas; da nova Praça do Divino, de dez novas Acade-



mias da Cidade; da Praça da Jabuticaba.

Marília manteve a absoluta normalidade na prestação dos serviços públicos na cidade: coleta de lixo, saúde, educação e a maioria das obras em andamento tiveram continuidade. Com isso, a prefeita cresceu na avaliação da população e surpreendeu até mesmo aos seus adversários, com uma postura correta e responsável com os destinos da cidade e do povo.

Já em outras cidades, a situação foi muito diferente, como foi amplamente divulgado pela mídia regional e nacional. Nestas cidades, os prefeitos(as) que perderam a reeleição terminaram os seus mandatos numa situação de caos total, com problemas na coleta de lixo, fechamento ou problemas graves no funcionamento das unidades de saúde e restos a pagar elevados. Este descontrole, se diz, seria em alguns casos uma espécie de vingança contra a população pela derrota colhida nas urnas. Certamente, que estes prefeitos(as), com problemas em seus municípios, têm interesse em continuar na política e a suposta vingança em relação à população não procede na maioria dos casos, mas é esta a fama que fica.

A petista fez uma transição de governo em Contagem exemplar. Colocou todas as informações à disposição da nova equipe de governo e o mais importante: entregou as contas com superávit em caixa. Com todos os restos a pagar provisionados financeiramente e recursos excedentes além do exigido por lei.

E o fechamento de governo iluminado a que nos referimos foi coroado com a mais bonita

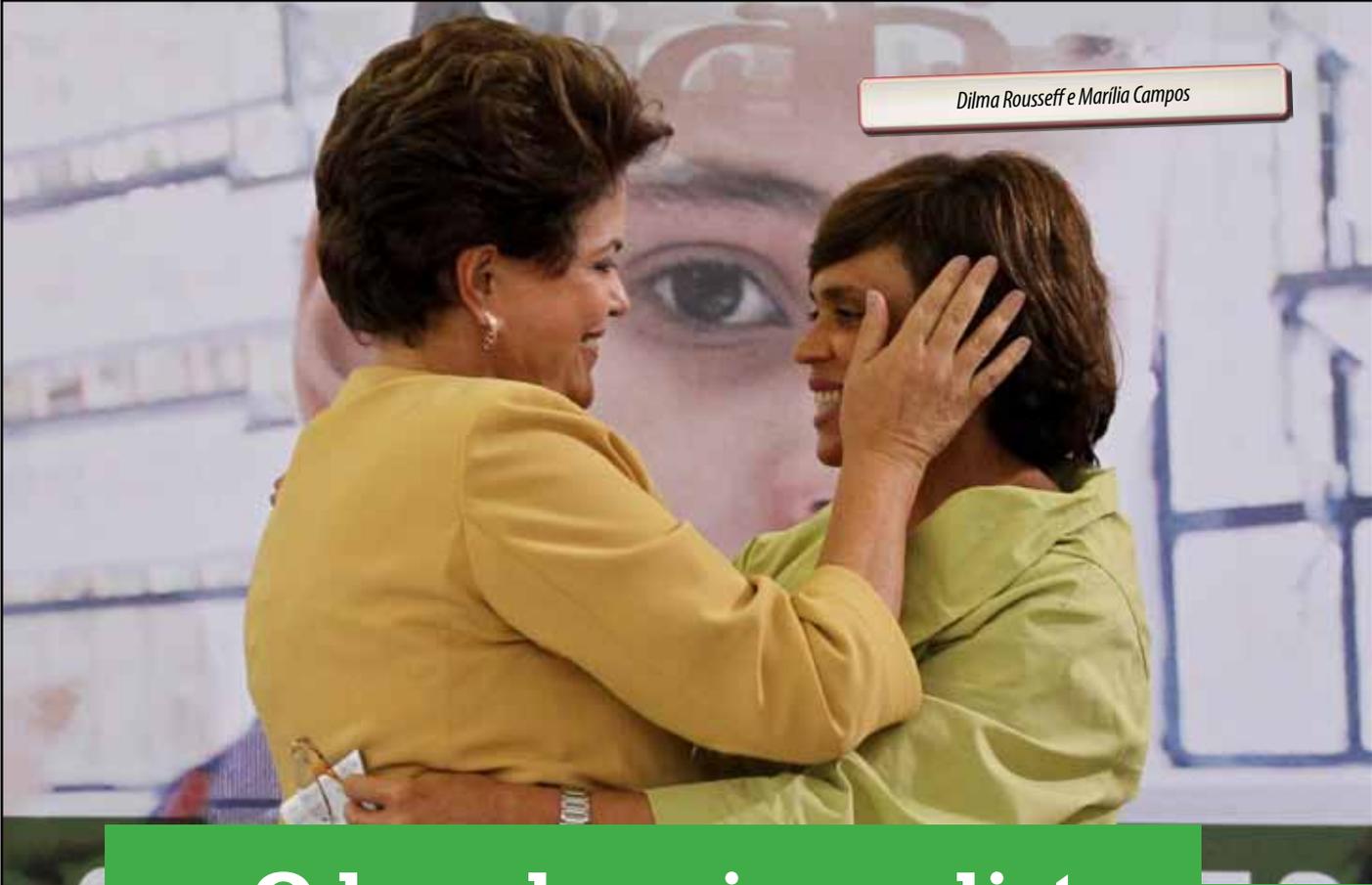
iluminação de Natal do Governo Marília Campos. Os equipamentos mais universais e mais centrais foram a Praça da Glória, Praça Tancredo Neves, Praça da Jabuticaba, Centro Histórico de Contagem (Igreja, casarões e Espaço Popular), e a Avenida João César de Oliveira, especialmente as árvores iluminadas próximas à Praça Paulo Pínteiro Chagas; além da iluminação em todas as demais regiões.

E quem é Marília, a mulher que iluminou Contagem nos últimos oito anos? O professor aposentado da PUC Minas, Etevaldo Brito Dias, foi talvez, quem melhor definiu a nossa prefeita: "Uma estrela no meio da constelação." Em um texto de apoio à candidatura de Marília à vereadora, em 2000, antes da vitória de Lula, denominado A política com que sonho, ele escreveu: "Na minha concepção de política, eu nunca engoli esse negócio de paraquedismo eleitoral. Sonho com um processo inverso: uma determinada comunidade humana, nas suas lutas pela vida, reconhecendo a necessidade de atuar junto aos organismos de decisão, organiza-se politicamente para ter acesso a tais instâncias e escolhe, entre os agentes mais empenhados, aquele(s) ou aquela(s) que mais eficazmente possa(m) representá-la perante os quadros políticos instituídos. Não precisa nem dizer que, nesse processo representativo, a pessoa indicada estará naturalmente sintonizada com as lutas de sua comunidade e terá, na prática, estabelecido com ela um pacto de fidelidade às suas causas. Isso evidentemente implica troca permanente de informação, estratégias, mútuo esforço, aprendizado sobre os limi-

tes e possibilidades da política institucional, etc. Utopia? Pode ser. Mas esse é o sonho que vejo representado em Marília: uma mulher da classe média, trabalhadora, esposa, mãe, gente como a gente, sensível, incomodada com a podridão que reina neste país, estado e município, indignada como nós com a sujeira e omissão da maioria de nossos políticos. Enfim, uma mulher do meio do povo, que é chamada por sua comunidade, a comunidade de Contagem, a cumprir uma difícil missão: ajudar a passar a limpo a maneira vigente de fazer política, para que a política não continue significando a arte de usar e abusar do patrimônio público em benefício dos próprios interesses ou ainda a arte de enganar o povo, tendo o povo como cúmplice (...). Marília nunca se impôs como candidata. Foi sempre procurada por grupos de cidadãos comuns, que viram nela uma digna representante. O que fez sempre foi discutir com seus apoiadores o sentido da candidatura proposta por eles e então colocar seu nome à disposição dos projetos político-sociais dos grupos solicitantes, apresentando como condição não ficar sozinha como estrela solitária, mas irradiar a sua luz no meio da constelação. Eleger Marília vereadora de Contagem é semear a esperança de voltar a acreditar em política como a nobre arte de promover o bem público e a ele se dedicar com zelo e a garra de quem se vê lutando por um bem imprescindível à vida. Eu acredito em política assim. E você?" Na época, mostramos este depoimento à Marília e ela, emocionada e parafraseando de forma antecipada o rei Roberto Carlos, falou: "Esta mulher sou eu".



Iluminação de Natal na Praça Tancredo Neves, na Sede

A photograph showing two women, Dilma Rousseff and Marília Campos, embracing warmly. Dilma is on the left, wearing a yellow jacket, and Marília is on the right, wearing a light green top. They are both smiling. In the background, there is a large mural of a woman's face. A caption box in the top right corner of the image reads "Dilma Rousseff e Marília Campos".

Dilma Rousseff e Marília Campos

O legado universalista e republicano

Um projeto político universalista e republicano

A disputa pela hegemonia política realizada pela prefeita Marília Campos não passou por uma visão estreita, burocrática e de aparelhamento da máquina pública. Sua obsessão foi uma gestão voltada para a ampliação e universalização das políticas públicas; para substituição da política do favor pela política dos direitos; pelo tratamento igualitário dos cidadãos e das diversas regiões nos serviços públicos; pela ampliação da infraestrutura para acelerar o desenvolvimento econômico, construindo, assim, uma base social para um projeto de esquerda duradouro no município.

O historiador Luiz Felipe de Alencastro resumiu de forma magistral, o objetivo histórico da esquerda democrática: "A idéia do conflito de interesses é fundamental no funcionamento da democracia. Por minha parte, sempre achei que os objetivos do PT e de Lula devem ser os mesmos de toda esquerda democrática: transformar a maioria social em maioria política." Essa estraté-

gia política só é vitoriosa e duradoura se a ocupação da máquina pública estiver a serviço da consolidação dessa maioria política que sustente as transformações sociais. Foi esse projeto político universalista, voltado para a construção da hegemonia na sociedade, que viabilizou a eleição e a reeleição de Marília Campos, e que garantiu as bases de sustentação do governo. Além disso, vivemos em um regime democrático no qual pode ocorrer a rotatividade no poder. Somente uma base social de esquerda atuante, mobilizada e ativa poderá se opor aos governos de direita, resistir fortemente aos retrocessos políticos e sociais e retomar novamente os governos quando ocorrer uma alternância.

Marília: políticas de governo e políticas de Estado

A prefeita Marília Campos sempre agiu sintonizada com o alcance de médio e de longo prazo de suas políticas, nunca se rendeu ao prestígio fácil de políticas de resultados imediatos. Mais do que a próxima eleição, ela se preocupou com a

próxima geração. Veja a questão crucial para os municípios da questão do pacto federativo. Não é correto, que o governo federal seja eleito como o único vilão das dificuldades de estados e municípios. E nós, de esquerda, não podemos aceitar passivamente, que joguem no nosso colo graves problemas do pacto federativo que são de responsabilidade dos dois governos tucanos de Fernando Henrique Cardoso - FHC e das posturas do PSDB. Por exemplo: as dívidas dos estados e municípios foram renegociadas nas condições impostas pelo governo FHC, que transformou a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 25, numa espécie de cláusula pétrea que jamais poderia ser mudada. Outro exemplo: Lula propôs que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF financiasse a saúde e os tucanos acabaram com a contribuição que para eles só tinha sentido enquanto financiou o pagamento dos juros da dívida. Prefeito(a) de esquerda precisa dizer estas verdades.

É preciso, também, debater o que tem feito os prefeitos(as) para melhorarem os seus mu-

nicípios. O dever constitucional dos municípios é arrecadar os impostos e taxas municipais e prestar os serviços públicos de sua competência constitucional. A imprensa mineira divulgou, há alguns meses atrás, que em 35 municípios mineiros a arrecadação própria do município não paga nem o salário do prefeito. Tem municípios pequenos que tem espaço para avançar na arrecadação própria, mas este tipo de política contraria interesses locais e tira votos. De outro lado, em algumas das grandes cidades brasileiras, de regiões metropolitanas e outros que possuem recursos naturais abundantes, é onde se pratica os maiores disparates em termos de políticas públicas. Em muitas destas cidades, são implementadas políticas de retorno imediato em termos eleitorais, mas não se investe em questões essenciais, como o saneamento básico, escolas infantis e outras políticas. Exemplos assim temos aqui em Contagem, onde nas eleições de 2008 os tucanos prometeram criar uma Faculdade Municipal e pagar a conta de luz para os moradores das vilas.

Marília fez o dever de casa em termos de pacto federativo. Reforçou, como nunca antes na história, a receita própria da Prefeitura, deixando a cidade menos dependente das transferências constitucionais e fixou o município estritamente nas políticas públicas de sua responsabilidade, tendo, por exemplo, realizado a estadualização do ensino médio regular. Como o governo de Contagem pode reclamar que está sendo sacrificado pelo governo federal se ele, voluntariamente, assume responsabilidade graúda de outro

ente público, como no caso do ensino médio? As crianças de 0 a 5 anos não votam, mas Marília fixou como meta central de seu governo na educação a universalização da educação infantil até 2016. A petista não pensa apenas nos eleitores de hoje, mas também na futura geração.

Nós lutamos desde sempre no Brasil para ganhar o governo federal. Nossa tarefa agora é transformar as políticas de governo da esquerda em políticas de Estado, dificultando ao máximo os retrocessos futuros quando ocorrer a rotatividade no poder com uma eventual vitória da direita. Todas as políticas do Governo Marília Campos estão sintonizadas com os grandes projetos nacionais.

Na saúde, por exemplo. O Hospital Materno Infantil - HMI (Maternidade Municipal) será o maior Hospital de Minas vinculado ao Programa Rede Cegonha e, por isso, tem possibilidades de obter importante financiamento do SUS. Contagem reorganizou o seu sistema de urgência e emergência, as Upas, e reformulou e ampliou a atenção básica, as UBS, em sintonia com as orientações do Ministério da Saúde. As Academias da Cidade de Contagem antecederam ao programa federal denominado Academias da Saúde.

Na educação a sintonia se deu pela construção das escolas infantis - os Cemeis, pela fixação de um bom piso salarial para os professores, pela avaliação da qualidade de ensino pelo Ideb e pela ampliação da educação profissional. Todas políticas vinculadas aos programas do Ministério da Educação.

No desenvolvimento urbano, Contagem implementou políticas de saneamento integrado, habitação, prevenção em áreas de risco, regularização fundiária, pavimentação, requalificação de espaços públicos, mobilidade urbana, em sintonia com as grandes políticas do Ministério das Cidades. Contagem apostou na integração metropolitana, o que rendeu elogios por parte dos governos federal e estadual.

A criação da Guarda Municipal e a integração dos órgãos vinculados à Defesa Social estão em linha com os projetos estaduais e federais para a segurança da população. Marília implementou o Orçamento Participativo - OP, que é uma conquista das administrações de esquerda no Brasil. Até mesmo políticas tipicamente municipais - como o Programa Sem Limite - está integrado ao programa federal homônimo Viver Sem Limites. Marília não se vincula a um projeto imediatista de cunho político-eleitoral, mas a um projeto de médio e longo prazo, que visa transformar as grandes políticas de governo em políticas de Estado.

Marília governou para além de seu governo

A prefeita Marília Campos, além de governar até o último dia de sua gestão, mantendo a completa normalidade da cidade, realizou também uma elogiada transição de governo, disponibilizando todas as informações solicitadas pelo novo governo e deixando superávit financeiro em suas contas. Mais que isso: Marília gover-





Conjunto Habitacional Maria da Conceição

nou para além de seu governo, deixando uma grande quantidade de investimentos privados e públicos em andamento ou já garantidos para o novo governo que assumiu no início de 2013. Veja a **tabela 1**.

São grandes investimentos privados, que somam R\$ 1 bilhão 200 milhões, como nos casos do Shopping Contagem, Centro de Distribuição das Casas Bahia e Centro Empresarial de Contagem - Cecon. São investimentos públicos em diversas áreas: saúde, habitação, saneamento básico, educação, pavimentação e mobilidade urbana, que poderão chegar a R\$ 800 milhões.

Muito desses investimentos já estão com obras avançadas, como são os casos do Hospital Materno Infantil; novo Pronto Socorro; sete conjuntos habitacionais; obras de saneamento da Avenida Imbiruçu, córrego Retiro e Avenida Nacional; conclusão da Avenida Tereza Cristina; dois Ceméis; quatro novas UBS; CCE Ressaca; pavimentação de mais de 100 ruas nas regiões Nova Contagem e Nacional. Outras obras estão no início ou com Ordens de Serviço.

Alguns grandes empreendimentos públicos e privados - Cecon, drenagem e contenção de enchentes do córrego Ferrugem, saneamento de córregos - Programa Pampulha 2014, estão em fase de licenciamento ou começando. Mas nestes casos é preciso destacar que se trata de projetos grandiosos, que já estavam sendo articulados pelo Governo Marília Campos há dois ou três anos. Mesmo no caso do PAC Mobilidade, Marília tem um papel importante na inclusão de Contagem no Programa e deu passos importantes para a sua aprovação para Contagem.

É isso que chamamos de Marília governar para além de seu governo, deixando investimentos públicos e privados bem encaminhados para garantir a continuidade do desenvolvimento econômico e social de Contagem.

TABELA 1

Investimentos em andamento ou já garantidos em Contagem

Áreas	Investimentos
Desenvolvimento econômico	Dois grandes empreendimentos em construção: Shopping Contagem e CD das Casas Bahia, e o Centro Empresarial de Contagem - Cecon, em fase de licenciamento
Saúde	Em construção: novo Hospital Materno Infantil - HMI (Maternidade); novo Pronto Socorro; seis novas UBS; CCE Ressaca; adaptação do anexo do Hospital para 70 novos leitos
Conjuntos habitacionais	Sete conjuntos habitacionais com obras em andamento (530 apartamentos) e 13 conjuntos com recursos garantidos (1.200 apartamentos)
Obras em áreas de risco	Obras em três vilas e mais R\$ 40 milhões para a ampliação do Programa
Regularização fundiária	Cerca de quatro mil imóveis, sobretudo na região Nacional
Lazer e esportes	Um Parque em construção e mais três com recursos assegurados
Saneamento básico	Sete grandes obras de saneamento de córregos em andamento, dentre elas as do córrego Retiro e Ribeirão Arrudas, e das Avenidas Imbiruçu e Nacional; também em andamento três obras de drenagem e conclusão da rede de esgotos na Sede e Vargem das Flores. Com recursos garantidos: 26 obras de saneamento do Programa Pampulha - 2014; duas obras do PAC 2: Vila Rica e Austríacos; drenagem e controle de cheias do córrego Ferrugem
Educação	Sete Ceméis com obras em andamento e sete em processo de análise no Ministério da Educação; três escolas de ensino fundamental / educação profissional; Cefet
Pavimentação	Mais de 100 ruas e becos com obras avançadas na região Nova Contagem e do Nacional; recursos para o recapeamento asfáltico do entorno da Tereza Cristina
Mobilidade urbana	Avenida Tereza Cristina com obras quase concluídas; novas estações do Metrô já garantidas no Novo Eldorado e na região Industrial; e PAC Mobilidade em negociação com o governo federal: construção de quatro corredores de BRT; construção de cinco terminais de integração; cinco novos viadutos; cinco ampliações de viadutos e conclusão do Contorno Viário da Sede



O legado político moderno e democrático

Uma cidade com mais civilidade na política

Contagem sempre foi marcada pela dureza da disputa política. Os grupos políticos que se alternaram no poder nas últimas décadas, quando no governo, sempre adotaram posturas muito hostis ao grupo que perdia a eleição. E isso repercutia na política da Prefeitura, que pouco cuidava das regiões tidas como feudos do grupo perdedor. Não tínhamos, de fato, um governo para todos, o que foi mudado no Governo Marília. Marília investiu muito nas regiões onde perdeu as eleições, como nas regiões Ressaca, Nacional e Industrial. Retirou Nova Contagem do abandono e levou obras e políticas públicas para todas as regiões.

A prefeita Marília Campos, em seus dois mandatos, fez de Contagem uma cidade mais civilizada politicamente. Não perseguiu a oposição nem discriminou as regiões onde perdeu a eleição. Marília não se arrogou a posição de dona de Contagem. Em diversas oportunidades - no jor-

nal Prefeitura Faz, na revista do Centenário e na Galeria dos Prefeitos - prestou homenagem aos ex-prefeitos como protagonistas importantes da história da cidade. Marília não guarda ódios e rancores, tanto que no governo se aproximou de lideranças que fizeram a ela dura oposição no passado.

Mais civilidade na política não tinha como meta pasteurizar a política local e a eliminação dos conflitos, tanto que o quadro político de Contagem continua muito competitivo com diversas lideranças disputando espaços. Mas tudo indica que a postura política da prefeita de uma política mais civilizada e com elegância tenha caído no gosto da população e quem quiser continuar fazendo política atropelando adversários e destruindo reputações perderá, gradativamente, espaços no cenário local. É essa postura civilizada, democrática e republicana que tem feito da prefeita uma liderança aprovada em todas as regiões; que tem levado a população a escolhê-la como a melhor prefeita dos últimos 20 anos e como a liderança mais admirada da cidade.

Uma cidade com uma agenda política ampla

Durante quase duas décadas, de 1988 a 2004, Contagem ficou aprisionada a uma agenda política de uma nota só: "IPTU residencial de graça". Nas eleições de 2004, o PT, com Marília Campos, assumiu o compromisso de manutenção da isenção do IPTU residencial, e mudou os rumos da história da cidade ao vencer as eleições para a Prefeitura com uma agenda ampla de desenvolvimento econômico e social. A população de Contagem mostrou que estava madura para as mudanças propostas pelo PT e pelos Partidos aliados. Nós que coordenamos a Comunicação de Marília em 2004, sofremos enorme pressão de nossa militância e de lideranças políticas para dedicar todos os panfletos e gravações de carros de som à questão do IPTU para supostamente neutralizar a propaganda massacrante dos tucanos. Resistimos a essa pressão, com o apoio de Marília, por considerar que se a agenda política dominante na eleição fosse somente a do IPTU

o vitorioso seria o candidato tucano. Insistimos pacientemente em uma agenda mais ampla e vencemos as eleições.

No governo, Marília cumpriu a palavra, manteve a isenção do IPTU residencial e implementou a nova agenda política de desenvolvimento econômico e social, centrada em inúmeras políticas sociais (prestações de serviços e infraestrutura social); no desenvolvimento econômico e na geração de empregos; na modernização da cidade e na democratização da política local; na recuperação das finanças da Prefeitura; na adoção de instrumentos que garantem uma maior transparência administrativa; e numa Contagem mais tolerante com as diferenças.

Os tucanos tinham um acordo informal com a população que era o seguinte: o povo não pagava o IPTU e seus governos pouco faziam em termos de obras e investimentos. Marília elevou as expectativas populares, se comprometeu a manter a isenção do IPTU residencial e, com base num amplo trabalho de rearranjo das finanças municipais, conseguiu tirar a cidade da estagnação e do abandono e retomou os investimentos que mudaram a cara da cidade.

Marília retirou Contagem do isolamento político

Contagem é uma das maiores cidades de Minas e do Brasil em população e na economia. Mas sua administração na era tucana apequenava a cidade, que era administrada de forma provinciana. A prefeita Marília Campos, ao contrário,

fez uma administração que projetou a cidade em Minas e no país. Participou da Frente Nacional de Prefeitos. Estabeleceu sólidas relações políticas com a presidência da República, tendo se encontrado diversas vezes com Lula e Dilma. Teve trânsito político-administrativo junto aos ministérios e órgãos financeiros nacionais, como Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Articulou-se junto à bancada federal mineira, e obteve recursos para Contagem através da ação de deputados de diferentes partidos. A petista inseriu Contagem também em articulações internacionais, voltadas para a troca de experiências e de projetos de desenvolvimento local.

Em Minas, Marília implementou uma sólida parceria com o governo estadual tucano, conquistando grandes obras para a cidade. Fez muitas obras em parceria com o setor privado, através de programas de responsabilidade social, de contrapartidas ou de compensação de impacto ambiental.

Marília participou da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel, do Conselho Deliberativo da Agência Metropolitana e da Frente dos Prefeitos das Cidades Pólo de Minas Gerais. A petista implementou grandes parcerias de caráter metropolitano, como o PAC Arrudas e o programa Pampulha - Meta 2014, numa parceria quadripartite inédita no Brasil, envolvendo as Prefeituras de Contagem e de BH e os governos federal e estadual.

Isso explica, em grande medida, o sucesso

do governo petista na retomada do desenvolvimento da cidade.

Governo de coalizão e parceria com a Câmara Municipal

No discurso de posse do segundo mandato, a então prefeita Marília Campos sinalizou claramente para um governo de coalizão em Contagem: "Sem abrir mão do critério da eficiência administrativa, meu governo será mais plural. Coalizão de partidos significa compartilhar o poder e, portanto, meu governo será um governo de corresponsabilidades". Governos de coalizão são democráticos e respeitam a vontade do eleitor e garantem a governabilidade. Em Contagem, a escolha do eleitorado em 2008, foi clara: deu a vitória à Marília e elegeu uma Câmara Municipal essencialmente plural, com três vereadores do PT em um total de 21 vereadores. Portanto, o governo de coalizão foi uma leitura correta da vontade democrática da população. Sem coalizão ficaria ameaçada a governabilidade, devido a possíveis atritos entre os poderes Executivo e Legislativo.

Numa democracia a autonomia e a parceria entre os poderes, no caso de Contagem, Executivo e Legislativo, são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. O poder Legislativo tem um papel fundamental, pois elabora leis a serem implementadas pelo poder Executivo e representa as demandas cotidianas da sociedade.

Em Contagem, a Câmara cumpriu o seu papel como parceira da Prefeitura no desenvolvi-



Marília firmou parcerias com o governador Antonio Anastasia

mento da cidade, ao aprovar leis que ajudaram a melhorar as condições de vida da população. Foram leis - muitas delas de iniciativa do Executivo como determina a Constituição Federal - que ampliaram direitos da população nas áreas de educação, saúde; criaram novas secretarias e órgãos, a exemplo da Guarda Municipal; que atualizaram o marco legal da cidade em diversas áreas; que ajudaram na modernização da máquina administrativa; que ampliaram os direitos dos servidores municipais; que garantiram mais recursos - ampliação da receita própria, empréstimos, etc. - para que a Prefeitura pudesse ampliar as obras e os serviços prestados à população. Isso só se tornou possível porque a prefeita sempre teve um relacionamento respeitoso com a Câmara Municipal, mantendo um contato permanente com a direção da Casa e com os vereadores e porque nunca se intrometeu nos assuntos internos do Legislativo, como, por exemplo, na eleição das mesas diretoras.

Contagem mais tolerante e sem discriminação

A derrota dos tucanos em Contagem é um marco na construção de uma cidade mais tolerante e sem discriminação de qualquer natureza. Em todas as duas eleições que perderam - em 2004 e 2008 - uma das principais marcas dos falsos social-democratas foi o discurso da intolerância. Em 2004, às vésperas da eleição, os tucanos inundaram Contagem com um panfleto-baixaria, terceirizado pela Força Sindical, onde atacavam duramente os homossexuais e as mulheres e qualificava Marília de "mulher degenerada e pervertida". Dizia o texto denominado "Pouca vergonha, safadeza": "Tramita na Assembléia Legislativa mineira a maior agressão à família brasileira. Trata-se de um projeto de Lei Complementar de autoria da candidata do PT, Marília Campos, à Prefeitura de nossa cidade. Quer o projeto de lei incluir o(a) companheiro(a) homossexual como dependente do seguro do Ipsemg. O que isso significa? O primeiro passo para a legalização do casamento gay, proibido no

Brasil. Marília Campos quer o casamento do João com João, da Marília com a Marília. Como ficará a família com essa anomalia? Agora, além da violência física, a candidata do PT está nos impondo a violência moral. A desagregação da sociedade. Homem beijando homem. Mulher casando com mulher. É a promiscuidade instalada. A pouca vergonha liberada. Como deputada é esta degeneração. O que acontecerá se chegar a prefeita? Como você compactua com isso? Você vota em mulher? E mulher pervertida? E nossa Contagem como ficará? Qual será a fama da cidade?"

Com as novas decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre a união estável entre pessoas do mesmo sexo, esse panfleto seria facilmente enquadrado como crime. Será que os tucanos de Contagem consideravam os juizes do STF "degenerados" e "pervertidos" como qualificaram a então deputada Marília Campos?

Os tucanos também estimularam o ódio religioso contra Marília, ao acusá-la de pretender interditar e fechar igrejas evangélicas em Contagem. Felizmente, esse discurso do preconceito e do ódio não teve maiores repercussões eleitorais e eles perderam duas eleições. Contagem, nos dois governos Marília Campos, ganhou ares de uma cidade mais moderna, tolerante, mais plural e onde a discriminação foi combatida e desestimulada. As Igrejas de todas as denominações foram respeitadas amplamente no inalienável direito de crença. E foram criadas instâncias institucionais, como a Secretaria de Direitos e Cidadania e as Coordenadorias na Prefeitura, e novas iniciativas da sociedade civil - marchas, datas comemorativas - voltadas para a promoção da igualdade: racial, de gênero, de portadores de deficiência, de orientação sexual, dentre outras.

Marília é moderada, mas tem lado político

Nós, de Contagem, que nos reunimos em torno da liderança de Marília Campos, ficamos em uma situação profundamente desconfortável nos embates e posicionamentos do PT com os tucanos de Minas Gerais nos últimos anos. Desconforto porque nos recusamos a adotar uma oposição sectária contra os tucanos mineiros, mas igualmente rejeitamos as aproximações políticas com o ex-governador e atual senador Aécio Neves. As parcerias político-administrativas do Governo Marília Campos com o governo do estado nunca evoluíram para alianças políticas nem no estado nem em Contagem, onde sempre foram os nossos principais adversários.

No livro de nossa autoria, "Minas no centro da disputa nacional", afirmamos: "No nosso entendimento, o núcleo duro da oposição política



Parada do Orgulho LGBT



Marília na campanha eleitoral de 2008

/ midiática está localizado no eixo Rio-São Paulo, especialmente no PSDB paulista e na grande mídia dos dois estados. Consideramos que Aécio Neves é de uma tradição pragmática e centrada, ao estilo do antigo Partido Social Democrático - PSD, muito forte em Minas Gerais. No passado, o PSD se uniu aos trabalhistas nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, em oposição a União Democrática Nacional - UDN. Já Aécio Neves optou pela aliança com a tropa de choque udenista / midiática do eixo Rio de Janeiro / São Paulo em oposição radical aos partidos de tradição trabalhista (PT e outros Partidos de esquerda)'.
 Por isso, fixamos nossa posição irreconciliável em relação aos tucanos mineiros: "Nossa posição política moderada em relação a Aécio Neves não dilui, no entanto, nossas fronteiras claras com o tucano mineiro. O PT é um partido com grande vocação nacional, que já ganhou três eleições presidenciais, tem um programa democrático e popular que opera as maiores transformações do Brasil republicano e nossas alianças são pautadas nessa direção. Nossas divergências com os tucanos mineiros, ainda que menos intensas do que aquelas que temos com os tucanos paulistas, são irreconciliáveis. Lutamos em Minas Gerais por um governo democrático e popular, que tenha uma agenda política e um estilo administrativo diferente do projeto liderado no estado pelo senador e ex-governador tucano."

Essas posições moderadas da prefeita Marília

lia Campos, evidentemente, foram sempre bem recebidas pelo governo do estado e seus aliados em Minas, como é caso do PSB. Foi esse espaço de diálogo que viabilizou, em grande medida, a composição do PT com o PSB em Contagem no primeiro turno, mesmo depois do racha em Belo Horizonte. No segundo turno, com a nacionalização da eleição de Contagem, os tucanos participaram da frente anti-PT e o prefeito Márcio Lacerda, em um gesto no mínimo deselegante, rompeu com nossa candidatura e apoiou a candidatura comunista. Fica claro, assim, que as nuances no PT não contam para os nossos adversários quando está em jogo o projeto nacional do PSDB e de Aécio Neves. É por isso que nunca acreditamos na sinceridade dos acenos dos tucanos mineiros ao PT de Minas Gerais.

De nossa parte, afirmamos também, desde já, que sempre tivemos e teremos lado em 2014. O lado do PT, dos partidos aliados, de Dilma e de Lula. O projeto nacional que implementa as maiores transformações do Brasil republicano, que colocou a igualdade social, de forma duradoura, no centro político da agenda nacional. Não aceitaremos o monopólio da mineiridade, que tenta nos impor os adeptos da candidatura presidencial de Aécio Neves, com slogans tipo "Somos Minas Gerais" ou a "Nossa voz, a voz de Minas." Como se os Partidos de esquerda e de centro-esquerda fossem uma espécie de "dissidência da mineiridade".
 Compartilhamos da indignação da presi-

denta Dilma com políticos como Aécio Neves, que querem cassar a sua certidão de nascimento no Estado. Disse ela na campanha eleitoral de 2012: "Eu quando saí daqui não saí para passear. Eu não fui passear, não saí para ir à praia, para me divertir. Eu saí daqui porque fui perseguida porque aqui começou, como em todo Brasil um grande, um forte processo de perseguição. Então eu quero dizer para vocês que na minha veia corre o sangue de Minas Gerais" (...). "A mim espanta que eles falem que sou estrangeira, isso só me causa um profundo desgosto e me faz pensar como o ser humano é capaz de confundir seus interesses pessoais com os interesses do País" (...). "Alguns políticos com visão mesquinha da vida acham que podem apagar Belo Horizonte da minha certidão de nascimento. Não!". Tem razão a presidenta. Se os tucanos estenderem a cassação a outros mineiros que vivem ou viveram em outros estados, terão que cassar a certidão de nosso maior poeta, Carlos Drummond de Andrade, mineiro que vivia no Rio de Janeiro, dentre tantas outras figuras ilustres de Minas.

Estamos com o poeta Guimarães Rosa que afirmou que "Minas é muitas. São, pelo menos, várias Minas". Somos a Minas democrática e popular, que aprova maciçamente Luiz Inácio Lula da Silva, brasileiro, nordestino, pernambucano e paulista e a Minas de Dilma Rousseff, mineira, gaúcha e brasileira. A Minas da luta pelas liberdades, da justiça social, da soberania nacional e das lutas dos movimentos sociais.



O legado da justiça social

Um governo com uma clara marca social

A Constituição de 1988 definiu como sendo direitos sociais: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, assistência social. Nos anos seguintes, duas emendas constitucionais incluíram no rol dos direitos sociais também a moradia e a alimentação. Mas esse conceito de direito social está defasado. Direito social é aquele imprescindível à vida humana e onde Estado deve atuar fortemente na perspectiva da universalização da cobertura. Daí porque entendemos que são também direitos sociais, o saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas); obras complementares ao saneamento, como a pavimentação de ruas; energia elétrica

e transporte coletivo. Como se vê direito social são serviços prestados diretamente pelo Estado, infraestrutura social e transferência de renda e emprego.

Na oferta desses direitos sociais, a Prefeitura tem um papel relevante, seja com recursos próprios ou através de parcerias com o governo federal, governo do estado e setor privado. O Governo Marília Campos teve uma forte marca social: implantou a rede de Cemeis, investiu na qualidade da educação com um dos melhores salários de Minas e do Brasil e trouxe o Cefet para Contagem; iniciou a construção do Hospital Materno Infantil (a nova maternidade), as novas Upas e UBS, ampliou o Hospital; ampliou a oferta de consultas especializadas. Viabilizou mais de quatro mil moradias para moradores de vilas e de áreas de risco; implementou o maior programa de saneamento da história de Contagem;

reformou praças e parques e instalou as Academias da Cidade; pavimentou centenas de ruas e avenidas; a cidade gerou 70 mil novos empregos em oito anos. Implantou a Guarda Municipal; criou programas como o Sem Limite e ampliou a cobertura do Bolsa Família; melhorou a mobilidade urbana, com grandes obras viárias; dentre outras tantas realizações na área social.

Portanto, o Governo Marília Campos não tem uma marca, como costumeiramente se entende esta questão, ou seja, vinculada a uma política setorial na saúde e na educação, por exemplo. Na verdade, a marca da esquerda não tem uma nota só, não se resume a uma política setorial, mas a uma concepção global de sociedade. A identidade da esquerda é a igualdade social. Governos e lideranças políticas que têm agenda política de uma nota só não respondem aos desafios da igualdade social. O legado do Governo Marília

Campos será o investimento em políticas nas mais diversas áreas. A Contagem que queremos é um projeto que articula as dimensões social, urbana, econômica, ambiental e democrática da vida nas cidades.

Contagem mais justa e menos desigual

A prefeita Marília Campos sempre ressaltou em seus depoimentos que, fechadas as urnas e passada a disputa eleitoral, trata-se de governar para todos e não apenas para aquelas regiões onde o prefeito(a) venceu as eleições. Essa é uma das marcas do governo do PT e dos Partidos aliados em Contagem. Todas as oito regiões da cidade - Nova Contagem, Ressaca, Nacional, Petrolândia, Industrial, Riacho, Eldorado e Sede - receberam grandes investimentos nas mais diversas áreas. São investimentos prioritariamente nas regiões mais pobres, o que fez de Contagem uma cidade mais justa e menos desigual. E também são investimentos que reduziram as desigualdades intraregionais, que levaram urbanização para áreas pobres em regiões mais ricas da cidade, como no caso do Parque São e Vila Jardim Eldorado, na região Eldorado.

O Governo Marília Campos, através do contato direto com a população e em trocas de experiências com outros municípios do Brasil e do mundo, compreendeu o peso das desigualdades territoriais. Isso levou a Administração a fixar o Planejamento Estratégico da cidade na questão do território, mas com uma clara ênfase na inclusão social, como indica sua introdução: "Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento



Cozinha Comunitária

não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independente do lugar onde estejam. (Santos, 2000:123)'

Essa diretriz territorial / social orientou os investimentos. Aproximadamente 60% dos investimentos da Prefeitura se concentraram no esforço de universalização do saneamento básico. São dezenas de obras de saneamento integrado, que unem saneamento com urbanização das re-

giões. São obras de saneamento dos córregos, de ligações prediais de esgotos, de moradias para famílias que moravam à beira dos córregos, de pavimentação de ruas, de implantação de avenidas ao longo dos córregos, de implantação de praças e parques. Foram as regiões mais pobres também priorizadas nos investimentos em áreas de risco, na implantação de escolas infantis e em outras obras de urbanização. A experiência mais ampla de uma atuação articulada no território é a região de Nova Contagem, a de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de Contagem. Com a conclusão do processo de urbanização da região, quem visitar o local ficará impressionado com a revolução urbana realizada pelo Governo Marília Campos.

Foi essa política de redução das desigualdades regionais e de investimentos com capilaridade em todas as áreas e em todas as oito regiões, que garantiram uma aprovação de 80% da prefeita Marília Campos, uma das mais expressivas de Minas e do Brasil. Marília tem um perfil de aprovação popular bastante raro no Brasil. Em geral, os administradores públicos são mais populares ou na classe média ou nos segmentos mais pobres. Marília tem maior base social nas áreas mais pobres, especialmente em Nova Contagem, mas também nas regiões de classe média - Eldorado e Sede principalmente. No passado, a aprovação da petista ficava em torno de 60% porque ela era aprovada em cinco e desaprova-



Consulta especializada



Avenida Alterosas, na região Ressaca

da em três regiões. Sua aprovação num patamar mais alto foi devido ao fato de ter conseguido uma aprovação positiva em todas as regiões, ainda que com percentuais diferenciados.

Contagem tem alto desenvolvimento municipal

O IFDM, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, é um estudo anual do Sistema Firjan

que acompanha o desenvolvimento de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Mesmo com um recorte municipal, foi possível gerar um resultado nacional discriminado por unidades da Federação, graças à divulgação oficial das variá-

veis componentes do índice por estados e para o país.

De leitura simples, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. São os seguintes os índices do IFDM: alto desenvolvimento (superiores a 0.8 pontos); desenvolvimento moderado (entre 0.6 e 0.8 pontos); desenvolvimento regular (0.4 a 0.6 pontos) e baixo desenvolvimento (inferiores a 0.4 pontos).

Além disso, sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

Os números do IFDM mostram claramente que Contagem, depois de duas décadas perdidas, retomou o rumo do desenvolvimento na primeira década do século 21. Isso foi possível graças ao projeto de inclusão social implementado pelos presidentes Lula e Dilma e à vitória de Marília Campos para a Prefeitura de Contagem. Em 2000, o IFDM de Contagem foi de 0.6940; em 2005, saltou para 0.7979, e de 2006 a 2010, a cidade foi enquadrada no ranking dos municípios com alto desenvolvimento, acima de 0.8. Contagem ocupava, em 2000, a 488ª e 23ª colocações no ranking nacional e estadual, respectivamente; em 2005, saltou para 234ª e 14ª colocações; e, em 2010, subiu ainda mais para 156ª e 12ª colocações, respectivamente nos planos nacional e estadual. Importante nos números é que Contagem convergiu, em 2010, para o padrão de alto desenvolvimento nos três itens analisados: saúde, educação e emprego e renda. Veja a **tabela 2**, feitas a partir das informações retiradas do Portal de Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - Firjan.

TABELA 2

Contagem tem alto desenvolvimento no IFDM (acima de 0.8)

Ano	IFDM	Saúde	Educação	Emprego e renda	Ranking nacional	Ranking estadual
2000	0.6940	0.7611	0.6344	0.6863	488	23
2005	0.7979	0.8201	0.7228	0.8510	234	14
2006	0.8220	0.8356	0.7189	0.9115	155	7
2007	0.8060	0.8457	0.7408	0.8314	206	12
2008	0.8109	0.8530	0.7496	0.8300	221	13
2009	0.8091	0.8623	0.7778	0.7873	202	15
2010	0.8407	0.8687	0.8027	0.8507	156	12

Fonte: IFDM / Firjan

Obras do Shopping Contagem, no Cabral



O legado desenvolvimentista

Uma cidade com mais prosperidade e oportunidades

Contagem vive um bom momento em sua economia. O Produto Interno Bruto - PIB (soma de todas as riquezas produzidas no município) foi, segundo estimativas, de R\$ 22 bilhões em 2012. A cidade cresce acima das médias estadual e nacional; retomou a terceira colocação no ranking das economias municipais mineiras e é a 24ª maior economia municipal do País. Cresceu a sua participação nos PIB de Minas e do Brasil; tem um PIB superior a muitas capitais brasileiras; gerou 70 mil postos de trabalho com carteira assinada nos últimos oito anos; tem o segundo maior mercado de trabalho de Minas; vive uma situação que os economistas classificam de pleno emprego (taxa de desemprego inferior a 5% da população economicamente ativa). E está atraindo grandes investimentos tanto de em-

presas já instaladas quanto de outras que estão chegando à cidade.

Esses dados foram recebidos pelo Governo Marília Campos com muita satisfação, mas sem provincianismo. As políticas da Administração Municipal - investimentos em infraestrutura, revitalização dos centros comerciais, articulação do novo Centro Empresarial, ampliação da educação profissional, melhor organização da cidade, etc -, repercutem positivamente na economia local. Mas o prefeito(a) não pode tudo, em particular na economia. O desenvolvimento econômico é fruto de um esforço conjunto dos três níveis de governo, da decisão dos empresários em ampliarem os seus investimentos e do trabalho dos milhares de trabalhadores.

Contagem, além de suas enormes potencialidades econômicas, está sendo favorecida pelo bom momento da economia e da geração de empregos na Grande Belo Horizonte. Como

disse um cidadão em uma pesquisa: "Como BH está saturada, agora é a vez de Contagem crescer ainda mais." Trata-se de uma impressão de um cidadão comum, mas parece bastante válida a sua opinião. Contagem, como cidade conurbada com BH, tem tudo, de fato, para receber investimentos, sobretudo no comércio e no setor de serviços, devido ao saturamento da capital em se tratando de mobilidade urbana, novas áreas para instalação de novos empreendimentos, etc. Um exemplo é o Shopping Contagem, na Ressaca, que, além de atender a população de Contagem, busca se tornar uma alternativa para os moradores de Belo Horizonte, sobretudo da Pampulha e da região Noroeste. Marília articulou também o Cecon, o Centro Empresarial que poderá se tornar uma escolha para a expansão da indústria local e para a atração de novos empreendimentos industriais e de serviços para a nossa cidade.

Alinhamento com a política econômica de Dilma e Lula

O Brasil sempre teve entraves históricos para manter e consolidar um crescimento econômico sustentado e duradouro, por quatro motivos basicamente: a) vulnerabilidade externa da economia: nossa economia, nos últimos 80 anos, só produziu superávit nas contas externas em 25 anos; b) inflação muito elevada: segundo dados do Bradesco, a inflação acumulada no Brasil de 1961 a 2006 foi de 14 quatrilhões, 210 trilhões, 480 bilhões, 6 milhões, 34 mil e 800 por cento, sendo o pico inflacionário em 1993, quando o índice foi de 2.708,17% ao ano; c) não compatibilização de crescimento econômico com distribuição de renda, expresso na tese famosa de que primeiro “o bolo precisa crescer para depois dis-

tribuir”; d) não compatibilização de crescimento e democracia: na ditadura militar o Brasil teve o “milagre brasileiro”, mas sem liberdades políticas, e com FHC a compra da reeleição foi para garantir a continuidade da política econômica neoliberal; e) predomínio dos juros mais elevados do mundo, que favorecem o rentismo e desestimulam a produção.

O Governo Marília Campos sempre apoiou os governos Lula e Dilma, que mudaram qualitativamente o Brasil e realizaram as maiores mudanças da história republicana. Com sólidas reservas internacionais em dólar, o Brasil rompeu com o FMI, não quebrou nas crises, tem sido um dos primeiros países a sair delas e os pobres não foram sacrificados, pois, mesmo em meio às dificuldades, o emprego e a renda continuaram crescendo. A inflação foi mantida sob controle e

tem apresentado os menores índices da história brasileira. Com Lula e Dilma, o Brasil acelerou o crescimento da economia, distribuiu renda no setor privado e através de programas sociais, gerou mais empregos, ampliou o crédito como nunca, criou um forte mercado interno de massas, reduziu fortemente a pobreza, e se transformou em um país predominantemente de classe média. Nos governos do PT, foram respeitadas as regras democráticas e a Constituição não foi mudada para garantir o terceiro mandato para Lula. Lula iniciou o processo de redução das taxas de juros para patamares mais baixos.

A presidenta Dilma enfrenta a dura batalha contra a crise econômica internacional e para completar a transição para uma nova política econômica e social no Brasil. Ela manteve as conquistas do governo Lula e assumiu o duro combate na política monetária, retirando os banqueiros da direção do Banco Central, trazendo os juros no Brasil para 7,25% ao ano e juros reais, descontada a inflação, inferiores a 2%. Juros elevados têm efeitos dramáticos, pois aumentam a dívida pública e reduzem gastos sociais e investimentos, valorizam o câmbio e prejudicam as exportações, e, acima de tudo, favorecem o rentismo e desestimulam a produção. O impressionante é o silêncio dos empresários da indústria, do comércio e do setor de serviços, frente à guerra que Dilma tem travado com o setor financeiro, que acusa a presidenta de “intervencionismo na economia”. Isso mostra que o capital financeiro não é apenas representado por “meia dúzia de banqueiros”, mas tem raízes em toda a economia. Os bancos ganham com os juros altos, mas também ganham as empresas industriais, do comércio e do setor de serviços, as famílias mais ricas e até mesmo parte dos trabalhadores com seus fundos de pensão. Portanto, a coalizão dos juros altos é muito maior do que se pensa.

Temos, sem vacilação, que ter lado neste combate histórico travado pela presidenta Dilma: a batalha contra o rentismo. Para manter e ampliar as conquistas populares, o Brasil precisa avançar para uma economia mais competitiva. São medidas neste sentido a retirada da trava da poupança para a redução da taxa de juros; o tombamento do Tombini nas taxas de juros; as melhorias na taxa de câmbio; a redução da conta de energia elétrica; a redução dos impostos; a substituição da folha de salários pelo faturamento como base da arrecadação da Previdência; o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e outras iniciativas que impulsionam o investimento público; os investimentos em ciência e tecnologia; e as propostas de aumento expressivo de gastos na educação.



Obra de pavimentação

Palácio do Registro, na Sede



O legado administrativo e financeiro

Marília arrumou as finanças da Prefeitura

Marília trabalha em equipe, mas tem paixão pela gestão administrativa que ela acompanha de perto e onde é uma das grandes formuladoras. E para que a petista pudesse ver acontecer os avanços em Contagem, ela priorizou a reorganização das finanças municipais. Seu governo só conseguiu implementar o novo projeto de desenvolvimento econômico e social de Contagem porque administrou com conhecimento, zelo e cautela as finanças. A petista conseguiu ampliar, de forma expressiva as receitas, em particular as receitas próprias do município, deixando Contagem menos dependente das transferências constitucionais. Manteve as despesas sob controle e compatíveis com a capacidade de financiamento. Reduziu o peso da dívida, inclusive em

seu valor nominal, com pagamentos expressivos de juros e amortizações e com a renegociação de contratos. Modernizou a Receita Municipal. Retomou a capacidade de investimento com sólidas parcerias com os governos federal e estadual; e retomou o crédito e a capacidade de endividamento.

Marília enfrentou, de forma corajosa e sem demagogia, o complexo debate das responsabilidades constitucionais exclusivas ou compartilhadas na área social entre municípios, estados e União. Os municípios são os principais responsáveis na educação pelo ensino fundamental e educação infantil, pelos serviços de saúde, pela oferta do lazer, e atuam, de forma complementar, na segurança pública, na assistência social e na educação profissional. Os estados têm responsabilidades praticamente exclusivas na segurança pública, ensino médio regular e precisam

ampliar a participação na saúde. A União é responsável pela previdência social e demais programas de transferência de renda, políticas de emprego e renda, ensino superior, tem grandes responsabilidades no financiamento da saúde e no ensino técnico e nas obras de infraestrutura social - habitação, saneamento, mobilidade urbana, energia elétrica.

As disputas políticas são um terreno fértil para demagogias sobre as responsabilidades constitucionais dos entes federados e temos que, na medida do possível, iluminar o debate político esclarecendo e não confundindo a população. Na educação, por exemplo, Marília fixou como meta central a universalização da educação infantil. Mesmo não tendo direito a voto, nossas crianças de 0 a 5 anos merecem essa prioridade de um governo de esquerda.

As eleições municipais de 2008 marcaram

uma inflexão política na história de Contagem. O ex-prefeito tucano, com sua vocação para factóides, prometeu no segundo turno a isenção da taxa de luz para todas as famílias de vilas e favelas. Para a juventude prometeu a faculdade municipal. Neste caso há que se considerar que com o vestibular, poucas vagas seriam ocupadas por jovens contagenses. Essas duas medidas custariam de R\$ 30 a R\$ 40 milhões por ano para o município e simplesmente destruiriam a capacidade de investimento que duramente foi resgatada no governo petista. Era o que os tucanos consideraram a cartada de mestre para derrotar Marília. Para desilusão deles a população rejeitou o populismo fiscal e deu ampla vitória à petista. Os moradores de Contagem queriam a continuidade da isenção do IPTU residencial, mas decidiram que as melhorias da cidade não comportam novas isenções fiscais.

Protagonismo inédito na integração metropolitana

Em Minas Gerais, com a promulgação da Lei Complementar nº 88 / 2006, foi instituído o atual sistema de gestão metropolitana, constituído por Assembléia Metropolitana, Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, Agência de Desenvolvimento Metropolitano e pelas instituições estaduais, municipais e

intermunicipais vinculadas às funções públicas de interesse comum da região, no nível do planejamento estratégico, operacional e de execução. Como instrumentos de planejamento metropolitano foram previstos o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), contendo as diretrizes do planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social relativas às funções públicas de interesse comum, a ser elaborado de forma participativa, e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

As instâncias da Gestão Metropolitana de Belo Horizonte são: a) Assembléia Metropolitana, composta por cinco representantes do Estado: 4 do Poder Executivo e 1 da Assembléia Legislativa; representantes dos Municípios: os prefeitos e os presidentes das câmaras municipais; b) Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano da RMBH, composto por 5 representantes do Poder Executivo estadual; 2 da Assembléia Legislativa do Estado; 2 de BH; 1 de Contagem; 1 de Betim; 3 dos demais municípios; 2 da sociedade civil organizada, escolhidos na conferência metropolitana; c) Agência de Desenvolvimento Metropolitano, vinculada ao Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano.

A Prefeitura de Contagem, no Governo Marília Campos, participou ativamente da gestão metropolitana, através da prefeita municipal e

dos técnicos e assessores, nas assembléias metropolitanas, e no Conselho Deliberativo, no qual Contagem tem um assento. A prefeita defendeu um maior diálogo com os municípios metropolitanos; um amplo debate do Plano Diretor antes de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo; e investimentos urgentes na mobilidade metropolitana: expansão do metrô, novo Rodoanel, adoção de veículos leves sobre trilhos, saneamento integrado na região, etc.

Por que o planejamento metropolitano? Região Metropolitana, conurbação, metrópole: estas são expressões que nós cidadãos e administradores públicos já incorporamos ao nosso vocabulário, ao nosso cotidiano. Trata-se de aglomerações formadas em virtude da expansão urbana provocada, sobretudo, pelo desenvolvimento industrial e pelo avanço tecnológico dos meios de transporte e das comunicações, num sistema em que o centro urbano maior e economicamente mais diversificado (a metrópole) exerce liderança e influência sobre os menores.

A aglomeração metropolitana é vivenciada como uma única cidade, todavia com partes pertencentes a municípios distintos. Ainda assim, espera-se que ela cumpra as funções sociais que toda cidade precisa cumprir: garantir o direito de todos à moradia digna, ao trabalho, ao lazer, ao saneamento, a condições ambientais ade-



quadas, à saúde, à educação e à cultura, para as gerações presentes e futuras. Mas como fazê-lo se essas partes são administradas por distintos governos municipais? É neste contexto que se destacam os serviços comuns, de interesse de diversos municípios e cuja gestão só se viabiliza se atribuída a uma esfera superior, a da gestão metropolitana.

A função pública de interesse comum em termos metropolitanos pode ser definida como a atividade ou o serviço cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto nos outros municípios integrantes da região metropolitana: transporte intermunicipal, sistema viário de âmbito metropolitano, saneamento básico, aproveitamento dos recursos hídricos, distribuição de gás canalizado, habitação, sistema de saúde, desenvolvimento socioeconômico, mapeamento da região metropolitana.

O Governo Marília Campos teve um protagonismo inédito no Brasil em se tratando de integração metropolitana. A petista, não somente foi uma ativa participante nos debates da Agência Metropolitana, como liderou, em termos práticos, grandes investimentos metropolitanos nas áreas de meio ambiente, saneamento e mobilidade urbana. São exemplos as obras no Ribeirão Arrudas, do programa Pampulha - Meta 2014 e no córrego Ferrugem, tendo conseguido uma parceria quadripartite inédita no Brasil - Prefeituras de Contagem e de BH e governos federal e estadual -, como ressaltou o ex-ministro das Cidades, Márcio Fortes (Informações colhidas do Relatório de Gestão da PMC).

Uma cidade mais planejada e organizada

Todo o esforço administrativo do início do primeiro mandato da prefeita Marília Campos foi para colocar a casa em ordem. Realizar os concursos públicos para atender ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC; recuperar o crédito junto ao governo federal, com a manutenção em dia da Certidão Negativa de Débito - CND e Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP; aquisição de equipamentos de informática para modernização da máquina pública; remontagem da máquina pública; realização de projetos para viabilizar as obras demandadas pela população. Tudo isso surtiu efeitos no primeiro mandato, com a implementação e ampliação de políticas públicas e de dezenas de obras em toda a cidade. Logo após a arrumação da casa vieram avanços concretos na melhoria da qualidade de vida, o que explica a reeleição de Marília.

No segundo mandato, o Governo Marília



Parque Gentil Diniz, na Sede

Campos realizou um maior planejamento das ações da Prefeitura. Foi aprovado o Planejamento Estratégico, baseado na Reestruturação do Espaço Urbano de Contagem. Seu foco foi territorial, mas com uma clara ênfase na inclusão social. Esse planejamento se estruturou em torno de oito eixos: moradia, segurança e lazer; mobilidade e acessibilidade; vida saudável (saneamento e saúde integrada); educação, cultura e diversidade; trabalho e inclusão produtiva; participação popular. Para garantir a maior horizontalidade das ações, foram constituídas as Câmaras Setoriais (políticas sociais, políticas urbanas e gestão) e foram definidos mecanismos de acompanhamento da implementação das ações planejadas.

Evidente que se tratou de um planejamento ainda com grandes limitações, mas na situação concreta de Contagem tratou-se de um enorme avanço.

A Administração petista trabalhou para que Contagem se transformasse em uma cidade mais organizada. Dentre as medidas tomadas, podem ser citadas: atualização dos grandes instrumentos de políticas urbanas, como o Plano Diretor e o Código de Posturas; maior rigor no acompanhamento das edificações; licitação e legalização do transporte coletivo e escolar; estabelecimento de critérios claros para o funcionamento das feiras; combate ao comércio informal e de rua; maiores investimentos no trânsito e nas sinalizações das

vias públicas; implantação do estacionamento rotativo (parquímetros); lançamento de campanhas educativas para que se tivesse uma Contagem mais limpa; melhoria da iluminação pública. Muitas dessas medidas sofreram forte oposição, entre elas o estacionamento rotativo.

Contagem mais participativa e mobilizada

Marília sempre se destacou, ao longo de sua trajetória, como uma mobilizadora e organizadora social, honrando as melhores tradições do PT. No governo adotou a participação popular, através do Orçamento Participativo, da realização de dezenas de conferências e da reativação dos conselhos populares. Ela ampliou a participação popular, com uma agenda intensa de reuniões com a comunidade, onde exibiu notável habilidade em mediar os conflitos, e com segmentos representativos da sociedade; com a constituição de comissões populares de acompanhamento das obras; com a formação de conselhos de gestão compartilhada de equipamentos públicos; com o estímulo para que a população se organizasse

e se mobilizasse através de consultas, reuniões, abaixo assinados e plebiscitos para reivindicar obras (reformas de praças, instalação de Academias da Cidade, etc). Não se vê nos grandes municípios brasileiros uma mobilização popular de ocupação dos espaços públicos - praças, parques, Academias da Cidade, quadra de esportes, ginásios, pistas de caminhada - tão ampla e massiva como temos em Contagem. A exceção são as cidades do litoral com suas praias.

Prestação de contas de casa em casa

O Governo Marília Campos deu exemplo de transparência na gestão pública. Mesmo antes das exigências legais, implantou o Portal da Transparência, onde são apresentadas as receitas e despesas; o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária. O Diário Oficial do Município passou a ser editado regularmente - posteriormente em versão eletrônica - o que era uma bandeira antiga da então vereadora Marília Campos. Passaram a serem realizadas audiências públicas regularmente na

Câmara Municipal para exposição da evolução das contas públicas. Contagem, depois de anos em situação irregular, manteve uma regularidade fiscal absoluta e atendeu todas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A admissão de servidores públicos foi transparente, através de concursos e processos seletivos. Foram estabelecidos critérios negociados com o Tribunal de Justiça para ordenar o pagamento dos precatórios. As parcerias foram transparentes e públicas, e a Administração petista não escondeu os parceiros nas obras e políticas públicas. E o mais importante: Marília consolidou o jornal Prefeitura Faz, que se tornou o mais conceituado meio de informação da população de Contagem. Todas as pesquisas indicam o enorme reconhecimento da população ao jornal, especialmente à prestação de contas feita regularmente sobre a receita, despesas, dívidas, número e remuneração dos servidores, etc. Em Contagem a prestação de contas não foi para poucos através da internet, mas para todos os moradores, que receberam mensalmente o Prefeitura Faz em suas residências.





Finanças e investimentos

Marília fez arrumação histórica das contas da Prefeitura

Marília arrumou as finanças da Prefeitura, encerrando um ciclo de 12 anos de crise financeira da cidade, de 1993 a 2004. Isso aconteceu porque em Contagem, dada a gravidade da desorganização das finanças municipais, a petista, implementou o verdadeiro déficit zero, tão propagandeado pelo governo do estado e quase nunca praticado. O déficit zero acontece quando o que a Prefeitura arrecada quita todas as despesas, inclusive os juros da dívida fundada, que não avança em termos nominais, e não deixa restos a pagar da dívida fluante de curto prazo. Marília conseguiu reduzir o peso da dívida municipal em relação à receita corrente líquida de 125,5% para 46,5% e, de forma pouco comum no Brasil, fez a dívida recuar mesmo em termos nominais de R\$ 493,489 milhões para R\$ 476,850 milhões. Para chegar a esses resultados, a petista manteve a isenção do IPTU residencial, mas fortaleceu as receitas próprias deixando a cidade menos dependente das transferências constitucionais; realizou despesas compatíveis com a capacidade de financiamento da cidade e fez grandes parcerias com os governos federal e estadual e com os empresários e conseguiu retomar o maior ciclo de investimento dos últimos 20 anos.

Qual foi a herança financeira que Marília recebeu na Prefeitura? O PT e os Partidos aliados assumiram a Prefeitura de Contagem em 2005 e encontraram um quadro de insolvência das finanças municipais. O município, por não ter a Certidão Negativa de Débito - CND e o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, estava impedido de receber os repasses federais para obras e investimentos. Contagem, com dívida equivalente a 125% da receita corrente líquida, figurava entre as quatro grandes cidades brasileiras mais endividadas e sem nenhuma capacidade de contrair empréstimos. As receitas próprias municipais eram baixas, o que deixava o município completamente dependente dos repasses constitucionais. A

Receita Municipal não tinha quase nenhuma informatização. A capacidade de investimento era muito pequena, as parcerias com os governos estadual e federal eram escassas e aquelas que foram conseguidas foram paralisadas por falta de projetos e de recursos municipais para as contrapartidas.

A arrumação das contas municipais foi possível porque o governo do PT rompeu com o populismo fiscal e o voluntarismo administrativo / financeiro. Marília, desde quando presidiu o Sindicato dos Bancários de BH e Região, demonstrou grande responsabilidade na condução das finanças públicas. A petista é carismática, mas não é populista. Faz o que precisa ser feito e não se rende ao prestígio fácil. Sempre se opôs a tese de que cabe aos dirigentes definir a política e mandar "a conta para o Financeiro pagar". A política financeira é o financiamento da política. De nada adianta líderes com grandes planos políticos, mas que, por voluntarismo, põem tudo a perder por não conseguirem sustentar suas ações planejadas. Lula foi colocado em 2003 diante também deste dilema. Agiu com realismo diante da enorme crise financeira, fixou prioridades e conseguiu fazer a transição para um Brasil muito melhor, que tem prosseguimento no governo Dilma.

Marília foi eleita por dois mandatos para tirar a cidade da crise financeira, para melhorar os serviços públicos e para retomar os investimentos. Nos dois mandatos, de forma corajosa, fixou prioridades, tomou decisões e fez escolhas, algumas delas amargas, como nos casos da estadualização do ensino médio, suspensão de programas sociais federais e estaduais sem custeio definido e ajustes nos impostos municipais. Mas nada disso foi empecilho para uma ampla aprovação de Marília junto à população de Contagem. Daí porque o seu legado político e administrativo em Contagem não pode e não deve ser subestimado.



Marília: diagnóstico realista e sem saudosismos

A Contagem do passado não existe mais

No imaginário político/econômico de parte dos agentes políticos de nossa cidade, vivemos ainda nos tempos de uma Contagem que é a Cidade Industrial de Minas, a cidade rica onde não se tem limites para sonhos e / ou promessas eleitorais. Essa Contagem não existe mais. Marília arrumou as finanças de Contagem porque agiu de forma realista e sem saudosismos. Os dados a seguir comprovam que nossa cidade vive os mesmos problemas financeiros de outras grandes cidades mineiras e brasileiras, numa intensidade ainda muito mais grave.

Contagem perdeu metade do VAF / ICMS

Contagem, há pouco mais de 20 anos, tinha uma participação no Valor Adicionado Fiscal -

VAF, base para o cálculo do ICMS, de 8,84, em 1990, contra apenas 4,74 em 2011. A cidade arrecadou R\$ 342,769 milhões de ICMS em 2012. Se tivesse ainda o VAF de 23 anos atrás, o valor do ICMS seria de R\$ 639,687 milhões. A diferença é de R\$ 296,918 milhões para menos atualmente. Trata-se de uma perda de receita gigantesca. Veja a **tabela 1**, com a evolução do VAF de diversos municípios mineiros. Essa perda se deve a pelo menos quatro fatores: a) ao processo de desconcentração econômica, que é irreversível; b) Leis Robin Hood 1 e 2 (obra dos tucanos), que retirou ICMS de Contagem e de outros grandes municípios, sem compensações, e o repassou para pequenos municípios; c) Lei Kandir (obra dos tucanos), que desonerou de impostos as exportações, mas manteve a participação dos municípios mineradores no VAF, ou seja, os municípios não mineradores é que pagaram a conta da isenção do ICMS sobre a produção mineral; d) as

políticas neoliberais de FHC (obra dos tucanos), prejudicaram muito a economia, especialmente à indústria, com os juros estratosféricos, câmbio desfavorável às exportações e abertura comercial sem contrapartidas para o Brasil.

O VAF de Contagem foi calculado em 4,74 para 2011, o menor da série histórica dos últimos 23 anos. Esse mal resultado vai impactar na receita da Prefeitura nos próximos dois anos: em 2013, o VAF é a média de 2010 e 2011 (além disso tem as perdas da redução do ICMS, fruto da redução das contas de luz); e em 2014 será a média de 2011 e 2012. Nossa cidade, ainda que o IBGE não tenha divulgado os resultados, tudo indica teve um bom desempenho na economia em 2011, já que foram gerados quase 10 mil empregos de carteira assinada.

Segundo técnicos da Secretaria da Fazenda / PMC, o mais provável é que o VAF que Contagem, Belo Horizonte, Uberlândia, Betim e Ipatinga per-

deram, de 1,12 no ano de 2011 e de 2,17 na média que vai vigorar em 2013 foi absorvido pelas maiores cidades mineradoras que aumentaram a sua participação em 0,96 e 2,22 nos dois anos, respectivamente. Cada 1,00 ganho ou perdido no VAF equivale a aproximadamente R\$ 70 milhões / ano. Veja a **tabela 2**. Esta análise, tudo indica, está correta. Vejamos o ano de 2009, quando tivemos a grande crise econômica: naquele ano, com o recuo dos preços das commodities minerais, os municípios mineradores tiveram grandes perdas no VAF, ao passo que economias mais diversificadas, como Contagem, Belo Horizonte e Uberlândia tiveram avanços expressivos. Contagem, em plena crise de 2009, teve um VAF de 5,40, o maior dos oito anos do Governo Marília Campos. Ou seja, o VAF é reflexo da atividade produtiva, sendo que a expansão da economia das grandes cidades é mais lenta, ao passo que as economias dos municípios mineradores podem se expandir mais rapidamente, menos pelo aumento da produção e mais pelo aumento dos preços no mercado internacional. Isso é preocupante para Contagem, já que os jornais estão anunciando fortes reajustes dos minérios no mercado internacional em 2013 e isso poderá impactar negativamente no VAF da Cidade em 2015 e 2016.

Novos gastos com a Constituição de 1988

Contagem, nas décadas de 1970 e 1980 foi favorecida pela consolidação do ICMS (lei de 1967). Esse recurso deu musculatura fiscal para o município e viabilizou, em grande medida, as grandes obras de infraestrutura, já que a presença do setor público nas políticas públicas era modesta. Com a Constituição de 1988, a situação mudou profundamente para os municípios. As receitas passaram a ser direcionadas, cada vez mais, para as políticas públicas. Na saúde, a população de carteira assinada era, até então, atendida pelo antigo Inamps e para quem não tinha carteira assinada, o atendimento era feito por um pequeno sistema de saúde público. A implantação do Sistema Único de Saúde - SUS foi uma enorme conquista, mas passou a absorver parcela crescente da receita municipal. Atualmente, a lei prevê que os municípios devem gastar 15% da receita de impostos com saúde, mas em Contagem os gastos atingiram R\$ 184,677 milhões em 2012, o que representou 26,02% da receita municipal. Além da saúde, com a Constituição de 1988, os municípios assumiram novas responsabilidades na educação, assistência social, segurança pública e em outras áreas.

Duas particularidades: IPTU de graça e Funec

Contagem tem também duas particularidades em relação aos outros grandes municípios. Desde 1989, foi implantada a isenção do IPTU residencial, restringindo a cobrança apenas às empresas e lotes vagos. Essa isenção implica em uma renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 100 milhões por ano.

Nossa cidade também manteve ao longo dos anos uma presença expressiva no ensino médio, definido na lei do Fundeb como sendo responsabilidade constitucional dos estados. Ao contrário do que muitos afirmam, o foco da Funec era e continua sendo o ensino médio regular e o EJA médio, sendo que a educação profissional ocupou pouco mais de 10% das matrículas. A Funec chegou a ter gastos anuais, em 2008, da ordem de R\$ 27,613 milhões, o que, em valores atualizados, representa R\$ 34,500 milhões. Veja a **tabela 3**.

Como se vê, a isenção de IPTU residencial e a Funec implicam em renúncia fiscal e gastos de R\$ 135 milhões por ano, o triplo da capacidade de investimento do município. A isenção do IPTU residencial é um consenso nos meios políticos de Contagem, mas é evidente que isso se tornou um enorme desafio em um cenário histórico marcado pela forte redução da participação do município no ICMS e a forte ampliação dos gastos com as políticas públicas, especialmente com a saúde.

Contagem, uma cidade endividada

Outra particularidade de Contagem é que desequilíbrios financeiros da cidade foram enfrentados com o forte endividamento do município, tanto em relação à dívida fundada como em relação à dívida com precatórios. Diversas leis disciplinaram o endividamento dos entes públicos e colocaram enormes limites e dificuldades para a administração de tais dívidas. No início da década de 1990, a nova lei da seguridade social colocou um fim aos calotes contra a Previdência Social e autorizou o bloqueio de repasses de FPM e FPE para compensar contribuições em atraso.

Como não existia lei estadual neste mesmo sentido, em função de articulações políticas (prefeito e governador do mesmo Partido), Contagem continuou com os calotes ao Ipsemg até 2004. Em 1998, no governo tucano de FHC, a maior parcela da dívida de Contagem foi renegociada com a União em condições muito desfavoráveis: correção pelo IGP-DI mais 9% ao ano. Em 1990, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabeleceu limites para o endividamento dos municípios e proibiu o repasse dos restos a pagar de um governo para outro.

Com Marília na Prefeitura, a situação do endividamento municipal melhorou muito. A dívida enquanto percentual da receita corrente líquida, recuou de 125,5% para 46,5% em oito anos, sendo, ainda assim, o maior percentual dentre as 20 maiores cidades mineiras. Contagem tem, ainda,



Perspectiva do Centro Materno Infantil

uma dívida fundada de R\$ 476,850 milhões e a terceira dívida per capita dentre essas cidades. Mesmo com os enormes pagamentos realizados pelo Governo Marília Campos, a dívida com precatórios é ainda de R\$ 132,282 milhões, segunda maior de Minas depois apenas de Belo Horizonte (dívida de R\$ 376,641 milhões). Veja as **tabela 4 e 5**. Os juros e os encargos da dívida fundada mais os pagamentos de precatórios consomem ainda R\$ 71 milhões por ano, o que equivale a 7% da receita corrente líquida, o maior percentual dentre os grandes municípios mineiros.

Acabou o “imposto inflacionário”

Contagem não é também a mesma de 25 anos atrás porque, com a forte redução da inflação, acabou o chamado imposto inflacionário, que era apropriado pelos bancos, famílias ricas e pelo setor público (municípios, estados e União). Um exemplo da hiperinflação é referente a um ano antes do Plano Real, em 1993, quando a inflação anual foi de 2,708%, com variações mensais de 26,51% a 36,99% (com o Plano Real persistiu ainda resíduo inflacionário, mas a inflação acumulada nos últimos 18 anos ficou em 450%). Contagem, como todos os municípios, era favorecida pelo imposto inflacionário porque com o aumento dos preços dos produtos, mensalmente os impostos tinham um forte acréscimo nominal, já as principais despesas da Prefeitura eram reajustadas num prazo bem maior de dois, três, seis meses, e até um ano (como no caso dos salários dos servidores). A Prefeitura tinha receitas gigantescas com a aplicação dos recursos no chamado overnight com ganhos diários. Com o Plano Real, os desequilíbrios de Contagem ficaram expostos, a cidade quebrou e ficou com

as finanças destroçadas por 12 anos. Somente Marília Campos, com um amplo e duro plano de saneamento financeiro em seus dois mandatos, conseguiu retirar a cidade da falência e retomar as obras e investimentos na área social.

As perdas com a desvinculação tributária

Outra obra dos tucanos foi a elevação dos impostos com a desvinculação de estados e municípios. Como é sabido, somente os impostos federais são base para a distribuição do FPE e FPM, todas as contribuições sociais são apenas para o governo federal. O que fez FHC? De 1993, quando tomou posse como ministro da Fazenda até 2002, último ano de seu segundo mandato, o tucano subiu a carga tributária em 6% do Produto Interno Bruto - PIB, o que significa, em valores de hoje, aproximadamente R\$ 260 bilhões anuais.

Acontece que esse acréscimo na carga tributária se deu basicamente nas contribuições, com a clara intenção de desvincular estados e municípios, visando o pagamento dos bilionários encargos da dívida pública exigido pelo FMI e pelos banqueiros.

Com Lula, os juros foram reduzidos e os custos fiscais com a dívida recuaram. Com a melhoria da situação fiscal, Lula propôs a manutenção da CPMF, não mais para o pagamento da dívida pública, mas com aporte de R\$ 40 bilhões para a saúde, com importante reforço para os municípios, como é o exemplo de Contagem. Os tucanos e o PFL, atual democratas, renovaram a CPMF enquanto essa contribuição financiou os encargos da dívida pública e acabaram com ela quando Lula propôs que sua destinação fosse o financiamento da saúde pública. Não é revoltante? Isso não é postura de social democracia, mas

de direita selvagem.

Forte aumento dos gastos previdenciários

Vale ressaltar ainda o forte aumento dos gastos previdenciários dos municípios como Contagem, fruto do envelhecimento dos servidores municipais e das mudanças efetuadas pelo governo federal. Como vimos, até o início da década de 1990, os municípios empurravam para frente seus gastos previdenciários com o calote nas contribuições do INSS. Com a legislação que colocou fim aos calotes (bloqueio de FPM para pagamento de dívidas), os municípios se desligaram do INSS e implantaram regimes próprios de previdência para servidores efetivos e não efetivos. A legislação favoreceu os municípios, que ficaram com as receitas das contribuições mensais e da compensação financeira e as despesas com aposentados e pensionistas dos benefícios já concedidos ficaram com o INSS. Em 1998, a Emenda Constitucional 20 retirou os servidores não efetivos dos regimes próprios e os vinculou ao INSS. Com isso, Contagem, que contava com milhares de servidores não efetivos, passou a transferir para o INSS 30% da folha de salários desses servidores (20% da Prefeitura e 10% dos servidores). Marília mudou essa situação com os concursos públicos, de tal forma que os novos servidores efetivos passaram a contribuir para o regime próprio de previdência, que foi reforçado ainda com a compensação financeira retroativa com o INSS.

Mas a petista, por exigência do Ministério da Previdência, implantou um novo modelo de previdência (fundo financeiro para os antigos servidores e fundo previdenciário de capitalização para os novos servidores), que irá expandir, de



forma acentuada, os gastos previdenciários nos próximos anos com forte impacto nas despesas correntes de Contagem e de todos os municípios. Sem a obediência às normas federais, a cidade fica sem o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP e não recebe os recursos para os investimentos e obras.

Gastos com previdência cresceram 317% em oito anos

A disparada das despesas com aposentadorias e pensões é um fato novo relevante para os futuros administradores públicos de Contagem. Acabou o tempo das baixas despesas previdenciárias, como aconteceu em grande parte do Governo Marília Campos. Em oito anos, de 2004 a 2012, as despesas com aposentados e pensionistas do chamado Fundo Financeiro (regime dos servidores admitidos até fevereiro de 2009 e aposentados com benefícios concedidos até aquela data), passaram de R\$ 19,201 milhões para R\$ 80,035 milhões, um aumento de 317%. Veja a **tabela 6**. Esse percentual é muito superior ao aumento das despesas de pessoal no geral, que ficou em 151%, e também da evolução da receita do município no período de 161%. Esse aumento das despesas previdenciárias está ligado principalmente ao envelhecimento da massa de servidores que compõe o Fundo Financeiro, sendo que o número de aposentados e pensionistas mais que dobrou e passou de 1.212, em 2004, para 2.876, em 2012.

Além disso, pesou no aumento das despesas os reajustes concedidos pelo governo petista e a paridade garantida legalmente, que possibilitou um reajuste mínimo para todos em oito anos de 54,68% para repor as perdas inflacionárias e os repasses de ganhos maiores para algumas categorias, como professores e diretores escolares.

Por outro lado, devido ao novo modelo de previdência implantado pelo governo federal, está aprofundando, de forma acelerada, o desfinanciamento da previdência dos segurados do Fundo Financeiro. Por exigência federal, o município implantou um Fundo Previdenciário capitalizado (regime dos servidores admitidos a partir de 1º de março de 2009). Por que o desfinanciamento? O Fundo Financeiro foi colocado em extinção. Por ele se aposentam todos os que ingressaram até fevereiro / 2009, mas todas as receitas dos novos servidores admitidos a partir de março / 2009 vão para o Fundo Previdenciário de capitalização. Veja a **tabela 7**.

No final de 2008, véspera da adoção do novo modelo de previdência, existiam no Fundo Financeiro 10.743 servidores ativos contribuintes e 1.954 aposentados e pensionistas. No final de



2012, o número de servidores ativos recuou para 8.116 e o de aposentados e pensionistas subiu para 2.876. Antes a relação ativos contribuintes / aposentados e pensionistas era de 5,50 / 1,00, agora recuou para 2,82 / 1,00. Já no Fundo Previdenciário de capitalização, no final de 2012, já eram 2.521 contribuintes e, apenas, dois aposentados e pensionistas.

Parte das despesas crescentes com aposentados e pensionistas foi paga com o superávit conseguido nos primeiros anos do Fundo Financeiro, já que esse tipo de Fundo não é de capitalização. Nos próximos anos, a combinação de diversos fatores - redução do número de contribuintes do Fundo Financeiro, redução das receitas com a compensação financeira e aumento do número de aposentados e pensionistas - farão com que o Tesouro Municipal tenha que assumir um papel crescente no financiamento das aposentadorias e pensões. Estudos atuariais da Prefeitura indicam que a extinção

do Fundo Financeiro custará R\$ 4,400 bilhões nas próximas décadas (benefícios concedidos e a conceder) sendo que com o desfinanciamento deste Fundo implicará que parte expressiva deste valor seja paga pelo Tesouro Municipal. Neste e nos próximos anos, a participação do Tesouro no custeio das aposentadorias e pensões deve aumentar, em termos reais, de R\$ 40 milhões a R\$ 80 milhões por ano.

Já o Fundo Previdenciário de capitalização está sendo implantado no Brasil de forma informal, sem uma lei aprovada no Congresso Nacional, e sem nenhum estudo de impacto financeiro para estados e municípios. Não existe nenhum país do mundo com previdência desenvolvida e com democracia consolidada que tenha realizado uma transição para a previdência capitalizada, pelos seus enormes custos financeiros. Todos esses países têm insistido na reforma de seus regimes financeiros de previdência, ainda que nem de longe exista consenso sobre estas



reformas. Estimamos que o custo da extinção do Fundo Financeiro e a constituição do Fundo Previdenciário para os 27 estados e 2.300 municípios com regimes próprios será da ordem de R\$ 1 trilhão e R\$ 1,500 trilhão nas próximas décadas, implicando em uma enorme desorganização das finanças públicas.

O Fundo de Capitalização que está sendo exigido dos estados e municípios é muito caro. Diferentemente da União, que montou uma previdência capitalizada acima do teto do INSS (R\$ 4.159,00), para estados e municípios a exigência de capitalização é total, mesmo para quem ganha um salário mínimo. E a implementação da previdência capitalizada ficou mais cara, já que a queda na taxa de juros reduz muito os valores obtidos com aplicações financeiras. O Governo Federal, inclusive, baixou a meta de rendimento real dos Fundos de Pensão de 6% para 4% ao ano.

Contagem tem apenas a 13ª maior receita municipal

Vale ressaltar que a receita per capita de Contagem é tão somente a 13ª maior dentre as 20 grandes cidades mineiras. O imaginário da maioria dos agentes políticos de Contagem de que a cidade é muito rica em termos financeiros, de que a adoção de novas prioridades depende apenas de ousadia e capacidade de gestão não corresponde à realidade. Um exemplo que sinte-

tiza essa nova realidade da cidade, muito diferente daquela de 25 anos atrás, é a receita per capita do município. Contagem tem, de fato, a quarta maior receita corrente líquida de Minas Gerais, que foi de R\$ 1,024 bilhão em 2012. Para o planejamento público, no entanto, o mais importante é o conceito de receita per capita, ou seja, quanto que o prefeito(a) conta de recursos por cidadão e cidadã de seu município para implementar as políticas públicas. Veja a **tabela 8**. Como se vê, por esse critério, Contagem, com R\$ 1.481,47, é tão somente a 13ª maior receita per capita dentre os 20 maiores municípios mineiros. Outro exemplo: Contagem é o 24º maior Produto Interno Bruto - PIB dentre os municípios brasileiros, mas em termos de receita total cai quatorze posições no ranking nacional, e ocupa somente a 38ª posição.

A comparação inevitável entre Contagem, BH e Betim

Um enorme desafio para o administrador público de Contagem é enfrentar as reivindicações por equiparações diversas (salários, gastos com saúde per capita, etc) com os municípios de Betim e de Belo Horizonte, respectivamente o primeiro e o terceiro maiores em receita per capita no estado. Os sindicatos de servidores argumentam, com razão, que se os serviços de professores, médicos, enfermeiros e de outras categorias profissionais são os mesmos executados nas três cidades e como se trata de cidades com fama de muito ricas, é necessária e possível a uniformiza-

ção dos salários destes profissionais e dos gastos com saúde e educação. Acontece que a fama de Contagem não condiz com a realidade. A receita per capita de Contagem é de R\$ 1.481,00, a de Belo Horizonte é 47% maior (R\$ 2.179,00) e a de Betim é 86% maior (R\$ 2.759,00). É essa pressão pela uniformização que explica o fato de Contagem aplicar, por exemplo, na saúde 8% a mais enquanto percentual da receita do que Belo Horizonte. A principal reivindicação dos sindicatos agora, depois que Marília implementou o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Município de Contagem - PCCV, é a uniformização com Betim e Belo Horizonte dos reajustes do Plano. Como a Prefeitura pode atender a esta reivindicação com receita tão inferior?

Economia não terá crescimento chinês

Para o planejamento de médio e de longo prazo das finanças públicas é fundamental uma análise dos rumos da economia brasileira. A economia brasileira não terá um crescimento chinês nos próximos anos, de 7% a 10% ao ano. Assim, não teremos também avanços espetaculares de receita de impostos para financiar as políticas públicas. O Brasil é muito diferente da China em termos políticos, econômicos e sociais. Na China, o Estado é administrado por um Partido único, o que reduz ou zera os conflitos da gestão da política econômica. Não existe liberdade sindical e direito de greve; os salários são muito baixos de

US\$ 50 a US\$ 100 por mês, o que faz do “custo China” um dos mais baixos do planeta. A carga tributária é muito baixa e não existem políticas públicas universais de saúde e previdência. A poupança e o investimento são muito elevados porque os trabalhadores ganham pouco, mas economizam em torno de 40% para fazerem frente aos gastos médicos e com aposentadoria. São experiências que não devemos e não podemos copiar. Além do mais, a China vive um intenso processo de urbanização, com fortes repercussões nas taxas de crescimento.

Não teremos crescimento chinês com Dilma e Lula porque nosso processo histórico é distinto. Vivemos em uma democracia; temos liberdade sindical; nosso eixo do desenvolvimento é o mercado interno e a distribuição de renda. A carga tributária é expressiva para financiar os direitos sociais e a urbanização já aconteceu no século passado. Algumas políticas desenvolvimentistas de esquerda dos chineses devemos copiar e estamos copiando: redução da taxa de juros; câmbio competitivo para as exportações; desestímulo à entrada de capitais especulativos; acumulação de reservas internacionais expressivas; esforço para convergir a economia para produtos de maior valor agregado.

Acreditamos que o Brasil pode crescer, em termos reais, de 4% a 6% ao ano, sendo este um parâmetro para o avanço das receitas públicas no Brasil. Isso significa que as receitas dos municípios como Contagem deverão crescer, em termos nominais, de 9% a 12% por ano. Podendo, inclusive, ser menor, devido a variações indesejadas do VAF para baixo, como em 2013, e a variação de alguns impostos com base apenas na taxa de inflação.

Uma combinação fiscal explosiva

Esse é o diagnóstico realista e sem saudosismos de Contagem, a que nos referimos anteriormente. Trata-se de uma combinação explosiva de elementos da política fiscal (receita, despesa, dívida e investimento). É pedra do ponto de vista administrativo-financeiro administrar bem a cidade nesta situação vivida nos últimos 20 anos: redução pela metade do VAF / ICMS; novos e acelerados gastos previstos na Constituição de 1988, principalmente com saúde; o município isenta o principal imposto municipal, o IPTU, mas ao invés de se adaptar as despesas a essa isenção, assume amplamente o ensino médio, que é responsabilidade constitucional do estado; para fazer frente aos desequilíbrios a Prefeitura se endividou muito (dívida fundada e precatórios); acabou o imposto inflacionário que mascarou os

desequilíbrios financeiros; perda de receita em função da desvinculação tributária realizada no governo FHC; forte aumento dos gastos previdenciários municipais; pressão por equiparações salariais e de gastos sociais entre Contagem, Belo Horizonte e Betim, sendo a receita per capita de Contagem muito inferior às outras cidades; Contagem não é a primeira, a segunda nem a terceira com maior receita per capita dentre as maiores cidades de Minas, mas apenas a décima terceira. Como se vê, Contagem é uma das cidades mais difíceis de administrar em Minas e no Brasil.

Como Marília conseguiu tirar Contagem dessa encruzilhada, equilibrar as finanças municipais, praticar o déficit zero e entregar a cidade para o seu sucessor com superávit em caixa? Por que Contagem, que ficou 12 anos com as finanças destroçadas, que enfrentou também a crise econômica dos últimos anos, não figurou na lista das cidades que faliram ao final de 2012, muitas delas com receitas muito maiores que nossa cidade?

Marília teve pulso político e fez escolhas para arrumar a casa, como sempre dizemos. Dentre as principais diretrizes que ela seguiu podemos citar: política inédita de fortalecimento da receita própria do município, de forma que a cidade ficasse menos dependente das transferências constitucionais; modernização da Receita Municipal; apoio vigoroso ao projeto desenvolvimento econômico e social do PT e dos Partidos aliados, que acelerou o crescimento da economia e das receitas de impostos. Política consistente de redução da dívida municipal enquanto percen-

tual da receita de tal forma que o município reduzisse os seus encargos financeiros e recuperasse o crédito e a credibilidade; adequação das despesas à capacidade de financiamento da cidade: se a cidade não aceita o IPTU, é preciso respeitar, mas ao mesmo tempo é necessário adequar os gastos municipais a esta isenção. Expansão dos serviços públicos de forma sustentada, concentrando as ações na saúde e na educação infantil e ensino fundamental, que ampliam muito o custeio, complementado por investimentos em políticas sócio-urbanas, que geram poucos gastos de custeio; centralização nas responsabilidades constitucionais do município, com a estadualização do ensino médio e não implementação e/ou cancelamento de programas federais e estaduais sem custeio garantido. Estabelecimento de parcerias com os governos federal e estadual e com os empresários para a retomada dos investimentos, para compensar a pequena capacidade da Prefeitura de realizar obras somente com recursos próprios.

Discutimos, a seguir, as medidas amplas do ajuste fiscal realizado pela prefeita Marília Campos, em quatro eixos: dívida, receita, despesa e investimento. Vale ressaltar, no entanto, que o equilíbrio financeiro promovido pela petista não é algo estratégico, no sentido de que não comporta a adoção de quaisquer políticas e prioridades. O equilíbrio financeiro promovido por Marília é para as prioridades que ela fixou para o seu governo. Se as prioridades são outras, é preciso que se construa também um novo plano de financiamento da cidade para os próximos anos.





Centro Industrial de Contagem - Cinco

O ajuste pelo lado da dívida

A dívida reduzida de 125,5% para 46,5% da receita

Este é um dos principais indicadores da melhoria das finanças de Contagem, que se deve às seguintes medidas: a Prefeitura pagou valores elevados de juros e encargos; contratos foram reestruturados e reduzidos; a receita corrente líquida do município teve aumento expressivo de 161% de 2004 a 2012; houve moderação em se contrair novas dívidas; e houve redução expressiva, no governo Lula e Dilma, do IGP-DI que indexa parte expressiva da dívida da Prefeitura.

Em oito anos do Governo Marília Campos a dívida municipal recuou em termos nominais, o que é pouco comum em tratando de dívida pública no Brasil. Seu valor era de R\$ 493,489 milhões, em 2004, e recuou para R\$ 476,850 milhões, em 2012, já considerando as novas dívidas contraídas pelo governo petista. Este enorme avanço pode ser expresso também da seguinte maneira: em 2004, a dívida consolidada equivalia a 15,06 meses de arrecadação da Prefeitura; em 2012 recuou para 5,58 meses de arrecadação. Veja as **tabelas 9, 10 e 11**.

Dívida corrente líquida reduziu de 102% para 33% da receita

Para apuração do limite de endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal, o indicador

utilizado é o da Dívida Consolidada Líquida, que corresponde à Dívida Consolidada, que tratamos anteriormente, com as deduções que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados.

Nos oito anos do governo Marília Campos a Dívida Consolidada Líquida recuou de R\$ 403,469 milhões para R\$ 340,204 milhões, e, em relação à Receita Corrente Líquida, o percentual recuou de 102,63% para 33,21%. Isso significa que Contagem recuperou a capacidade de endividamento, pois o limite da Dívida Consolidada Líquida é de 120% da Receita Corrente Líquida.

Essa boa notícia, contraditoriamente, implica em novos desafios para o município. Quando Contagem devia muito, os investimentos federais do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 1 foram com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, a fundo perdido ou com pequenas contrapartidas da Prefeitura. Agora, que a situação está muito melhor, os novos investimentos federais, como os R\$ 194 milhões do PAC Mobilidade, serão acessados pela cidade através de empréstimos, o que irá pressionar novamente o endividamento municipal.

Marília contraiu poucas dívidas

Com a melhoria expressiva da situação fiscal - redução forte da dívida enquanto percentual da receita, avanço da arrecadação, cumprimen-

to de todas as normas fixadas para as finanças municipais - Contagem recuperou o crédito junto ao governo federal e bancos federais. O limite de endividamento do município é de R\$ 1,230 bilhão (120% da receita corrente líquida), o que significa que Contagem, que tem dívida consolidada líquida de R\$ 340,204 milhões, pode contrair empréstimos de até R\$ 890 milhões. Mas a administração petista escolheu o caminho da prudência: foram contraídos empréstimos de apenas R\$ 60 milhões para investimentos em saneamento, moradia, pavimentação, dentre outras áreas. E até 2012 só foram utilizados R\$ 32 milhões. Vale dizer, no entanto, que a capacidade de endividamento não garante que o governo federal vá liberar os empréstimos, já que o outro critério é a capacidade de pagamento onde se avalia a situação fiscal do município.

Juros e amortizações de R\$ 436 milhões em oito anos

Os contratos de refinanciamento da dívida, sobretudo com o Banco do Brasil, foram negociados no passado em condições muito desfavoráveis para Contagem. Hoje, essa dívida é corrigida pelo índice IGP-DI mais 9% de juros ao ano. Em oito anos, Contagem pagou R\$ 436 milhões de juros e amortizações e a dívida só reduziu R\$ 17 milhões. Mas ainda assim, os juros e amortizações, enquanto percentual da receita, vêm cain-

do nos últimos anos: eram de 9,66%, em 2005, e recuaram em 2012 para 5,93%. Os estados gastam 13% da receita.

A origem da dívida de Contagem

Temos interesse em levantar o histórico da dívida da Prefeitura. Os três maiores credores da Prefeitura são o Banco do Brasil (R\$ 235 milhões); o Ipsemg (R\$ 112 milhões) e o INSS (R\$ 76 milhões), o que representa 89% do total da dívida. Isso pode ser confirmado na tabela 10 da Secretaria da Fazenda, que indica que, em dezembro de 2004, antes do governo Marília, esta dívida já existia. Quem fez estas dívidas todos nós sabemos e não foi a prefeita Marília.

E mais: a continuidade das parcerias com a Copasa, fundamental para Contagem, implicará que o novo governo reconheça uma dívida histórica com essa estatal de mais de R\$ 40 milhões, referente ao calote nas contas de água da Prefeitura. Marília pagou a Copasa em dia. Quem fez esta dívida?

Não devemos ficar remoendo o passado, o melhor é continuar com o processo de desendividamento da cidade e lutando pela renegociação da dívida junto ao governo federal. Mas responsabilizar a prefeita Marília Campos pela dívida de Contagem, não vamos aceitar.

Pagamentos de R\$ 60 milhões de precatórios

Além da chamada dívida fundada, o Governo Marília Campos herdou enormes dívidas de precatórios. Em oito anos, foram pagos aproximadamente R\$ 60 milhões aos credores da Prefeitura a título de precatórios. Precatório é uma ordem judicial para pagamento de débitos dos órgãos municipais. Esses débitos recaem sobre esses órgãos públicos por terem sido condenados a indenizar o cidadão. O precatório só pode ser iniciado quando a ação judicial não comporta mais qualquer tipo de recurso. Marília acabou com a negociação de precatórios, vinculou a Prefeitura à Central de Precatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e liquidou todos os precatórios trabalhistas, sendo, por isso, homenageada pelo Tribunal Regional do Trabalho – TRT em 2012. Veja a **tabela 12**.

Renegociação da dívida municipal

Os tucanos lideraram a renegociação das dívidas dos estados e municípios no passado, e agora, espertamente, querem jogar no colo do PT e do governo federal as más condições

em que essas dívidas foram renegociadas. Não somente a renegociação foi realizada pelos tucanos, como os maiores avanços do IGP-DI, que indexa a dívida de Contagem, aconteceram no governo FHC. No governo FHC, o IGP-DI foi, em média, de 12,63% ao ano contra IPCA de 7%. Nos governos do PT, praticamente IGP-DI e IPCA estiveram alinhados, em 6,30% e 5,87% ao ano, respectivamente.

A prefeita Marília Campos buscou alternativas de renegociação da dívida municipal. Como estratégia para reduzir o endividamento e diminuir os altos encargos sobre a dívida, a Prefeitura de Contagem conseguiu financiamento externo de US\$ 20 milhões, equivalente a 20% da dívida com o Banco do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento – CAF, a uma taxa de juros 2,8% ao ano e 18 meses de carência. A amortização dessa parcela da dívida junto ao Banco do Brasil proporcionará uma redução na taxa de juros original de 9% para 6% ao ano no restante da dívida. Outra alternativa já foi sinalizada pelo Ministério da Fazenda, que é a manutenção dos contratos com estados e municípios, mas limitando os juros e encargos da dívida à taxa Selic ou IPCA mais 4% ao ano, o que for menor. Isso será vantajoso para Contagem, já que em 2012, por exemplo, a taxa Selic fechou em 7,25% ao ano, contra 17,82% do atual indexador (IGP-DI mais 9% ao ano). Esta operação de troca de uma dívida cara por outra mais barata reduzirá o endividamento do município e proporcionará uma economia de R\$ 6 milhões de por ano no paga-

mento da amortização e juros da dívida.

Contagem tem o verdadeiro déficit zero

O déficit nominal zero, ou déficit zero, é atingido quando o que o governo arrecada cobre todas as despesas correntes e os juros e encargos da dívida. Nesse caso, não existem restos a pagar da dívida fluante de curto prazo e a dívida fundada em termos nominais não cresce. É essa a situação de Contagem. No oitavo ano do governo petista, mesmo com os extravagantes fatores de correção da dívida municipal negociados em governos passados, a dívida municipal não cresceu em função dos pagamentos de juros e das renegociações realizadas. O forte recuo da dívida enquanto proporção da receita foi devido ao déficit zero: a dívida do município em 2004 de R\$ 493,489 milhões recuou em 2012 para R\$ 476,850 milhões, sendo que, no mesmo período, a receita cresceu 161%. Não sobraram também restos a pagar da dívida fluante de curto prazo, pelo contrário aconteceu um superávit.

Já no governo de Minas não aconteceu o déficit zero, mas apenas o superávit primário, ou seja, receitas menos despesas, juros da dívida excluído. Como o que foi economizado para o pagamento da dívida não foi suficiente para quitar os juros e encargos da dívida, ela continuou crescendo fortemente. É isso que explica porque a dívida de Minas no governo Aécio Neves subiu de R\$ 34,700 bilhões para R\$ 67,812 bilhões, entre 2002 e 2010.





O ajuste pelo lado das receitas

Receita cresceu 161% em oito anos

O ajuste fiscal de Contagem foi favorecido pela forte expansão da receita corrente líquida, que passou de R\$ 393,144 milhões, em 2004, para R\$ 1,024 bilhão, em 2012, uma evolução de 161% contra uma inflação de 50% no mesmo período. A receita teve, portanto, um ganho real em oito anos de 74%.

O crescimento médio da receita corrente líquida foi de 12,82% ao ano, e, se expurgado 2009 pelo seu caráter atípico em função da crise econômica, o percentual anual cresceu para 14,35%. Este crescimento da receita foi liderado pelas receitas não vinculadas do Tesouro Municipal, que subiram 268,1%. Em seguida vieram as receitas do Tesouro Municipal de transferências constitucionais, com 140,7%. Considerando essas receitas do Tesouro - próprias e de transferências -, o crescimento foi de 176% em oito anos. Para esse aumento de receitas contribuíram as mudanças efetuadas na base de alguns tributos municipais e o bom crescimento da economia brasileira, e, especialmente da economia de Contagem, que

vem crescendo acima das médias estadual e nacional. Já as receitas vinculadas próprias e de transferências subiram em percentuais menores, de 108,1% e 132,4% respectivamente. Isso deve ser motivo de preocupação porque o aumento das principais receitas vinculadas - SUS e Fundeb - nem de longe cobrem o aumento das despesas nestas duas áreas. Veja as **tabelas 13 a 18**.

Contagem menos dependente das transferências constitucionais

O grande destaque no desempenho da arrecadação da Prefeitura foram as receitas próprias do município. O Governo Marília Campos manteve a isenção do IPTU residencial, mas adotou políticas de incremento da receita própria não vinculada, que passou de R\$ 76,086 milhões, em 2004, para R\$ 280,041 milhões, em 2012, uma evolução de 268% contra uma inflação de 50,01% no período de oito anos. Estas receitas tiveram, portanto, um crescimento real de 145,3%. Esse crescimento se deu, principalmente, em função das mudanças efetuadas em dois impostos municipais: o IPTU e o ITBI. No IPTU, o

Governo Marília Campos, depois de duas décadas, atualizou a planta de valores dos imóveis e lotes vagos, reduziu as alíquotas desse imposto para percentuais próximos aos praticadas na região metropolitana (a alíquota para empresas foi reduzida de 1,5% para 0,75% e dos lotes vagos de 3% para 2%). Outra medida no IPTU foi a fixação da isenção para residências e seus respectivos terrenos até 720 metros quadrados e a taxação das áreas excedentes. Com essas medidas, o IPTU teve uma importante recuperação e subiu 308,1% nos últimos oito anos. No ITBI foi também realizada a atualização da planta de valores, o que, junto com o crescimento do mercado imobiliário, possibilitou um crescimento desse imposto em 683,1% em oito anos. Outros impostos municipais - IRRF, Dívida Ativa, ISS-QN - tiveram crescimento, respectivamente, de 463,2%, 302,8% e 172,2% também em percentuais bem superiores à inflação do período. Vale ressaltar, ainda, as receitas com as licitações da folha de pagamentos dos servidores municipais para os bancos, que resultaram em receitas de quase R\$ 35 milhões, em oito anos, e que antes

não rendiam nada para a Prefeitura. Tão importante quanto as iniciativas dos técnicos da Sefaz / PMC e da Receita Municipal, que realizaram os estudos para o fortalecimento da receita própria, foi a decisão política da prefeita Marília Campos e da Câmara Municipal que bancaram a sua implementação.

Em 2004, do total das receitas do Tesouro, as receitas próprias representavam 28% e as de transferência 72% e, em 2012, os percentuais alcançaram 37% e 63%, respectivamente. Com isso Contagem ficou menos dependente das transferências constitucionais. A recuperação da capacidade de investimento do município foi possível, em grande medida, graças ao expressivo aumento das receitas próprias. É assim que se faz justiça tributária: quem pode paga um pouco mais dos impostos municipais para que a Prefeitura possa investir para melhorar a vida dos moradores, especialmente daqueles das regiões mais pobres da cidade.

A política da prefeita Marília Campos de fortalecimento das receitas próprias vai repercutir para além de seu governo. Em 2013, por exemplo, a arrecadação do ITBI e do IPTU será fundamental para minimizar o baixo desempenho das receitas de transferências, como no caso do ICMS.

Desempenho das receitas de transferências

Contagem teve também um bom desempenho nas três principais receitas de transferências: ICMS, IPVA e FPM. Com o bom desempenho da economia e o trabalho da Sefaz / PMC, foi possível, no Governo Marília Campos, interromper o processo de queda do VAF, que se estabilizou, com ligeira elevação, acima de 5,00. O VAF responde por 75% do cálculo do ICMS e os outros 25% estão vinculados a outros critérios: população, educação, patrimônio cultural, meio ambiente, saúde, receita própria, área geográfica, produção de alimentos, dentre outros.

O crescimento do ICMS foi positivo de 125,9%, mas abaixo do crescimento da receita corrente líquida da Prefeitura de 161%. Já o IPVA, em função do bom momento da economia contagemense e do aumento da frota de veículos, subiu 198,2% em oito anos. Já o FPM, "patinho feio" do pacto federativo, motivo de violentas críticas ao governo federal, liderou as receitas de transferências para Contagem nos últimos oito anos, com aumento de 225,5%.

Receitas vinculadas têm evolução preocupante

As receitas vinculadas, especialmente as de

transferências mais importantes, como o SUS e o Fundeb, têm uma evolução muito preocupante nos últimos anos.

Vejamos o caso do SUS, essencial para o financiamento da saúde municipal. Há oito anos, essa receita representava 47% dos gastos globais com a saúde em Contagem (transferência mais repasses para investimentos), em 2011 esse percentual recuou para 36%. Inversamente, os gastos do Tesouro municipal com a saúde saltaram de 53% para 64% no mesmo período. A Prefeitura de Contagem, através da Secretaria de Saúde, conseguiu negociar, junto com outros municípios da Grande BH, um aumento nos repasses do SUS, que passaram de R\$ 100,352 milhões, em 2011, para R\$ 133,454 milhões, em 2012. Com este ajuste expressivo, os repasses do SUS tiveram uma importante recuperação, e passaram a financiar 42% da saúde municipal, aliviando o Tesouro Municipal, que ficou com 58% do financiamento. Sobre este aumento de 2012, é preciso dizer duas coisas: trata-se de um ajuste no ano final do Governo Marília Campos, o que significa que nos outros sete anos o financiamento foi amplamente pelo município; não haverá redução nominal dos valores repassados

pelo SUS para a Prefeitura, mas os percentuais de acréscimo devem voltar a ser mais modestos, o que exigirá, novamente, uma participação crescente do Tesouro Municipal no financiamento do SUS em relação ao ano de 2012. Vale ressaltar ainda que o peso das transferências estaduais para a saúde é inexpressivo: em 2012, o governo federal repassou R\$ 117,889 milhões e o estado apenas R\$ 6,391 milhões. Veja tabelas 19 e 20.

Também a situação do Fundeb é preocupante. O Fundo não é formado todo de recurso novo que entra no caixa do município, como alguns pensam. O que interessa é o Fundeb líquido, ou seja, a diferença entre o que a Prefeitura coloca no Fundo (parte dos impostos) e a valor que ela recebe mensalmente (que tem como base o número de alunos matriculados).

Os valores colocados pela Prefeitura no Fundeb cresceram, em oito anos, 248%; as transferências do Fundo para a Prefeitura cresceram 155% e, com isso, o Fundeb líquido subiu apenas 57%. Com isso, cresceu o peso do Tesouro Municipal no financiamento da educação infantil e do ensino fundamental. Isso está acontecendo, provavelmente, porque, como Contagem cresce acima da média de Minas e do Brasil, a Prefeitura



UPA Ressaca

coloca mais recursos no Fundeb que outros estados e municípios; e como Contagem tem uma presença muito grande no ensino fundamental, a cidade perde mais matrículas que em outros locais com a redução da taxa de natalidade. A forma de se evitar ainda mais a corrosão da receita líquida do Fundeb é a universalização da educação infantil até 2016, que, além da importância para a sociedade, trará mais recursos para o município. Veja a **tabela 21**.

Marília não concedeu novas isenções, anistias e subsídios

Uma cidade como Contagem, que realiza um enorme esforço fiscal pela isenção do IPTU residencial, não deve conceder novas isenções, subsídios e anistias. Não é isso o que acontece. Em toda eleição não faltam novidades nesta área do financiamento da cidade. Marília pensa

diferente. A petista manteve a isenção do IPTU para 168 mil residências, mas fortaleceu este imposto no caso das empresas e lotes vagos e para residências com grandes lotes não construídos. Na eleição de 2008, Marília derrotou o ex-prefeito tucano, que propunha o pagamento pela Prefeitura das contas de luz dos moradores de vilas e favelas. Marília recusou também a ampliar a isenção do IPTU para pequenas empresas; não concedeu nenhuma anistia ao longo dos oito anos de governo porque desestimula a arrecadação; e não implementou subsídios muito onerosos ao município nas áreas de alimentação (Restaurante Popular) e transporte coletivo (meia passagem estudantil). Estas são propostas populares de curto prazo, mas que aprofundam o desfinanciamento da cidade no médio e longo prazos, prejudicando a oferta de serviços básicos à população, com forte repercussão na aprovação dos prefeitos(as).

Modernização da Receita Municipal

Esta ação foi iniciada por meio de atendimento de qualidade aos contribuintes de Contagem, com maior comodidade para os cidadãos. Investimentos significativos em tecnologia e equipamentos foram realizados e hoje são disponibilizados diversos serviços com acesso direto pela Internet, dentro os quais se destacam: Declaração Eletrônica do ISSQN, Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, Receita online (IPTU e outros), Consulta Prévia para implantação de novas empresas, Emissão de Certidão de Situação Cadastral, Alvará Inicial, Autorização para impressão de documentos fiscais (AIDF), Certidão de localização e vários outros serviços. Essa modernização da receita teve repercussões importantes na ampliação da receita própria do município.

Receitas de Contagem no ranking nacional

Uma forma de se comparar o desempenho das receitas em Contagem é situá-las no ranking dos 100 maiores municípios brasileiros. Contagem tem o 24º maior PIB municipal do Brasil e ocupa a 38º lugar no ranking das maiores receitas municipais. Isso já mostra um descompasso entre a produção de riquezas e os impostos arrecadados no município.

Dentre os principais impostos podemos destacar: a) a cidade tem o 28º maior ICMS municipal, o 25º ITBI e o 28º IPVA dentre os grandes municípios, o que está em linha com o PIB municipal; b) o município é o 45º em arrecadação de taxas, colocação próxima à posição ocupada na receita total; c) o 62º no FPM se deve aos critérios distributivos deste imposto; d) os dois impostos onde o município está mal posicionado no ranking nacional é o ISSQN (54ª colocação) e o IPTU (56ª colocação), desempenhos muito aquém tanto do PIB municipal quanto da receita municipal.

Vale ressaltar que no IPTU, mesmo mantendo a isenção para as pessoas físicas com construções até 720 metros quadrados, Contagem saltou 22 posições no ranking nacional de 2010 para 2011, passando da 78ª para 56ª colocação, sendo destaque, inclusive, da revista Multi Cidades, da Frente Nacional dos Prefeitos. Com o crescimento do IPTU em 2012 e em 2013, Contagem deve avançar ainda mais no ranking nacional. Em Minas Gerais, dentre os grandes municípios, Contagem tem a terceira maior arrecadação do IPTU e, em termos per capita, ocupa a quarta colocação. Portanto, o único imposto onde Contagem pode crescer mais forte em termos reais, tendo como base o ranking nacional, é no ISSQN. Veja as **tabelas 22 e 23**.



Avenida Prefeito Gil Diniz, na Sede

Câmara Municipal de Contagem, na Sede

O ajuste pelo lado das despesas de pessoal e de custeio

Com Marília, gastos de pessoal ficaram abaixo do limite prudencial

Marília nunca permitiu, nos seus dois mandatos, que os gastos de pessoal extrapolassem o limite prudencial fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No ano de 2004, os gastos de pessoal, eram de 50,02% da receita corrente líquida e recuaram em 2012 para 48,19%, 3,11% abaixo do limite prudencial de 51,30%. Veja as **tabelas 24 e 25**. A petista fez concurso público, acabou com o empreguismo na Prefeitura e expandiu diversas políticas públicas, a exemplo da Guarda Municipal e das Escolas Infantis, com redução do número de servidores ativos. Eles eram 15.195 em 2004 e 13.640 em 2012. Mas Contagem, na gestão do PT e dos Partidos aliados, realizou o vitorioso ajuste fiscal e retomou a capacidade de investimento sem arrochar os servidores municipais. Marília adotou uma forte política de valori-

zação dos servidores e aproximou os salários de outras grandes cidades da região metropolitana, rompendo com anos de arrocho salarial. No período de 2004 a 2012, os gastos de pessoal passaram de R\$ 196,640 milhões para R\$ 493,638 milhões, uma evolução de 151%, o que significou o repasse de quase todos os ganhos com a evolução da receita. Contagem tem hoje gastos de pessoal per capita anual de R\$ 692,99, o que coloca a cidade na 11ª colocação neste item dentre as maiores cidades mineiras, o que está em linha com a sua receita per capita, onde figura na 13ª colocação. Veja a **tabela 26**.

Mas a margem de expansão dos gastos de pessoal em Contagem é muito limitada: é de 3,11% em relação ao limite prudencial de 51,30%. Ou seja, em uma receita corrente líquida de R\$ 1,024 bilhão, temos uma capacidade, no final de 2012, de aumentar a remuneração de apenas R\$ 32 milhões / ano. Se o administrador

público se descuidar, os gastos de pessoal podem chegar ao limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Marília sempre esteve atenta a esta situação. Se a margem de aumento da remuneração é pequena as pressões de novos gastos de pessoal em Contagem são enormes: temos os gastos chamados vegetativos - quinquênio, PCCV, férias prêmio -; as despesas previdenciárias que terão um enorme avanço nos próximos anos; a reposição anual das perdas salariais pelo INPC, política adotada nos oito anos do Governo Marília Campos; a expansão das despesas de pessoal para novos equipamentos de saúde e educação (nova Maternidade, anexo do Hospital, Pronto Socorro, novas UBS, novas escolas infantis). Temos muitas reivindicações dos sindicatos dos servidores: aumento do percentual de reajuste do PCCV; plano de saúde; redução da jornada de trabalho para servidores administrativos da saúde e da edu-



cação; contratação de novos servidores; fim de alguns serviços terceirizados, com a contratação de novos servidores para estes serviços, dentre outras. Apesar da incompreensão de alguns, a maioria dos servidores apoiou as políticas de pessoal da prefeita Marília, dando a ela uma aprovação de 82%, somadas ótima, boa e regular positiva.

A petista optou pela cautela nos gastos de pessoal por razões claras. Não existe como melhorar a situação dos servidores apenas por vontade política. Tudo depende da situação da economia brasileira e do desempenho das receitas da Prefeitura. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê uma trava para os gastos de pessoal: é de 51,30% da receita corrente líquida, o que em Contagem, no final de 2012, dava R\$ 525,312 milhões / ano.

Se a folha de pagamentos ultrapassar esse limite prudencial, quem paga a conta são os servidores, pois são vedados ao poder ou órgão que houver incorrido no excesso: concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título; criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (sus-

pensão do PCCV); provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, com algumas ressalvas legais; contratação de hora extra. O município também perde muito, porque não alcançada a redução das despesas de pessoal o ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente e contratar operações de crédito. Também a população perde: se os gastos de pessoal atingem o limite legal, não se pode contratar novos servidores para a expansão de serviços públicos.

A reorganização da previdência municipal

A reorganização da previdência dos servidores municipais teve um papel decisivo na arrumação das finanças de Contagem. Os servidores não concursados, que eram maioria no governo tucano, eram segurados obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e, com isso, a Prefeitura transferia para o governo federal milhões de reais anualmente de contribuições previdenciárias. A realização de concursos públicos, além de atender às exigências da Constituição Federal, viabilizou a implantação da previdência

municipal para servidores efetivos. Marília fez também o que outros governos anteriores não fizeram: conseguiu implementar a compensação financeira, retroativa a 1988, da previdência de Contagem com o INSS (valores referentes ao tempo de trabalho junto ao setor privado de servidores que averbaram esse tempo na Prefeitura), conseguindo quase R\$ 46 milhões deste encontro de contas nos últimos anos. Novos recursos na previdência (Fundo Financeiro) - novos servidores contribuintes da Previdência, recursos da compensação financeira e mais os rendimentos financeiros - viabilizaram o pagamento dos novos aposentados e pensionistas e recuperaram os valores dos proventos. Contagem, ao final de 2012, gastava 14% das despesas global de pessoal com aposentadorias e pensões. O estado gastava 43%. Mas, como já dissemos, acabou o tempo das baixas despesas previdenciárias, que experimentarão forte acréscimo nos próximos anos.

Expansão sustentada dos serviços públicos

No Governo Marília Campos foi definido um Planejamento Estratégico da cidade, que amplia

os serviços públicos, mas de forma gradual e sustentada. Isso para não gerar os descontroles financeiros vividos por mais de 12 anos. Considerando as enormes limitações financeiras, o Planejamento propôs uma ampliação dos serviços públicos em dois eixos básicos: Programa Mais Saúde e universalização da educação infantil. Na saúde, as prioridades fixadas foram a conclusão da reorganização da urgência e emergência, com a inauguração do novo Pronto Socorro; a inauguração do Hospital Materno Infantil; a ampliação dos leitos hospitalares, no anexo do Hospital Municipal; e a conclusão da reorganização da atenção básica, com a construção e funcionamento da nova rede de Unidades Básicas de Saúde - UBS.

Na educação, para universalizar a educação infantil, prevista para até 2016, serão necessários 48 Cemeis. O Planejamento Estratégico do Governo Marília Campos previu outras prioridades para a Prefeitura em áreas que ampliam os direitos do povo e a cidadania, mas que implicam em pouco ou nenhuma despesa de custeio. São os casos de investimentos bancados pelo município, mas, sobretudo através de parcerias, em urbanização, como moradia, saneamento básico, pavimentação de ruas e avenidas, revitalização e construção de praças e parques, mobilidade urbana, requalificação de centros comerciais, obras em áreas de risco, regularização fundiária, dentre outras.

Contagem e suas responsabilidades constitucionais

A prefeita Marília Campos, de forma corajosa, sempre defendeu que a Prefeitura centrasse sua atuação nas responsabilidades constitucionais do município. Nosso município, como já vimos, é muito frágil financeiramente, nem de longe cumpre seu papel de forma adequada nos serviços públicos de sua responsabilidade, como no caso da saúde, e está longe ainda de universalizar a educação infantil, como prevê a Constitucional Federal. Frente a essa situação, Marília fez escolhas.

Com a inviabilização da utilização do Fundeb para o financiamento da Funec, ela acertou junto ao governo do estado a estadualização do ensino médio regular, redefiniu as funções da Fundação para a educação profissional, vinculando a ampliação dessa forma de educação às parcerias com os governos federal - Programa Pronatec - e governo estadual - programa PEP. Marília derrotou duas vezes o ex-prefeito tucano, que tinha como uma de suas principais propostas a construção de uma Faculdade Municipal, que afastaria Contagem ainda mais de suas funções



Avenida João César de Oliveira, no Eldorado

constitucionais.

Devido às limitações financeiras, Marília reduziu a presença da Prefeitura em programas federais e estaduais sem custeio garantido, nas áreas de assistência social, trabalho, esportes, segurança pública e outras; e até mesmo em áreas de responsabilidade do município, como no caso da manutenção. A ampliação dos serviços de limpeza urbana (de uma para duas capinas anuais em todos os bairros, ampliação das ruas e da frequência da varrição, ampliação do recapeamento asfáltico e das operações tapa-buracos) custaria ao município mais R\$ 12 milhões por ano, recursos que a Prefeitura não tem.

Contagem no ranking nacional das despesas públicas

Uma forma de se analisar os gastos públicos em Contagem é a sua colocação no ranking nacional das despesas públicas dentre os 100 maiores municípios brasileiros. Nossa cidade tem a 35ª despesa total. Em relação a estas despesas é possível se tirar as seguintes conclusões: a) no custeio, Contagem ocupa a 46ª colocação, ou seja, tem gastos inferiores à sua posição no ranking da despesa; b) no ranking de quatro gastos: pessoal (35ª colocação), educação (40ª), saúde (40ª) e despesas do Legislativo (39ª colocação), a cidade

está em linha com a despesa total; c) o destaque negativo são os encargos e amortização da dívida, que reduziram muito no Governo Marília Campos, mas que colocam Contagem ainda no 16º lugar no ranking nacional dos municípios; d) a colocação de Contagem no ranking dos investimentos na 41ª colocação não reflete a realidade, já que neste caso trata-se somente de obras executadas diretamente pela Prefeitura, sendo que a prefeita Marília Campos articulou grandes obras - como o PAC Arrudas no valor de R\$ 270 milhões -, mas entregou a sua execução para o governo do estado. Veja a **tabela 27**.

Residencial Parque Arrudas, no Industrial



Lançamento das obras do Shopping Contagem

O ajuste pelo lado dos investimentos

Prefeitura ampliou os investimentos através de parcerias

Os municípios são o elo mais fraco na distribuição tributária no Brasil. Na divisão, a União fica com 60% dos impostos, os estados com 24% e os municípios com 16%. Para viabilizar um grande plano de investimento, Marília Campos realizou muitas parcerias com os governos do estado e federal, com a Prefeitura de Belo Horizonte, além de recursos e obras conseguidas junto ao setor privado, como contrapartida de obras de impacto urbano e de responsabilidade social. Marília recebeu a Prefeitura com dívida elevada e sem nenhuma capacidade de endividamento. Essa dificuldade foi transformada em oportunidade de que maneira? Sem condições de atrair investimentos do PAC 1 e PAC 2 através de empréstimos, Marília conseguiu junto aos presidentes Lula e Dilma que os investimentos de nossa cidade viessem com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, a fundo perdido, e, em alguns casos, com contrapartidas baixas. Como

arrumou as contas municipais, a Administração petista conseguiu empréstimo para bancar as contrapartidas.

Parcerias em obras metropolitanas

Uma iniciativa fundamental da prefeita Marília Campos foi ter apostado na integração metropolitana, em particular com Belo Horizonte. Áreas conurbadas em regiões metropolitanas são vistas como problemas pela maioria dos prefeitos. Marília, ao contrário, viu na conurbação de Contagem e Belo Horizonte uma oportunidade de grandes conquistas, já que poderia envolver mais de um município e diversos atores políticos na conquista de novos e importantes investimentos para melhorar a vida da população. Grandes obras de infraestrutura - PAC Arrudas; PAC Ferrugem; Pampulha - Meta 2014 - foram viabilizadas com uma parceria quadripartite - Prefeituras de Contagem e de Belo Horizonte, governos federal e estadual - inédita no Brasil,

como ressaltou o então ministro das Cidades, Márcio Fortes. São obras com grande impacto em cinco grandes regiões de Contagem: Industrial, Eldorado, Ressaca, Nacional e Riacho.

As parcerias firmadas com o governo federal

Lula e Dilma lançaram o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, com forte viés desenvolvimentista, e através de parcerias com estados e municípios. Essa municipalização das obras federais foi fundamental para o processo de retomada dos investimentos em Contagem. Com o governo federal, a prefeita Marília Campos firmou parcerias nas seguintes áreas: saúde (Hospital Materno Infantil - HMI (Maternidade), ampliação do Hospital Municipal, construção de unidades básicas de saúde, construção e reconstrução das UPAs, Centro de Zoonoses); educação (construção de Cemeis, construção de escolas fundamentais, Cefet); saneamento (Parque São João, córrego Retiro, financiamentos para a Co-

pasa; habitação (conjuntos habitacionais, urbanização de vilas, Minha Casa, Minha Vida, obras em áreas de risco); PAC Arrudas (habitação, conclusão Tereza Cristina, sistema de trânsito); PAC Ferrugem (habitação, obras de contenção de enchentes); trânsito e transporte (Túnel Ressaca / Eldorado); revitalização de avenidas (João César de Oliveira, Norte-Sul, Firmo de Mattos); esportes e lazer (reforma do Poliesportivo Riacho, Parque Tropical, Poliesportivo Califórnia, Praça da Glória); urbanização (pavimentação de Nova Contagem e outras obras vinculadas à Emendas de deputados ao orçamento da União).

Parcerias com o governo de Minas

Com o governo de Minas, Marília firmou parcerias nas seguintes áreas: saúde (Hospital Materno Infantil - HMI (Maternidade), ampliação do Hospital Municipal e construção UBS Eldorado e Amazonas); saneamento (obras de urbanização e pavimentação, saneamento de córregos, implantação de rede de esgotos, construção de Estação Tratamento de Esgotos – ETE); PAC 1 Arrudas (habitação, conclusão Tereza Cristina, sistema viário); PAC 1 Ferrugem (habitação e contenção de enchentes); PAC 2 Bacía da Pampulha (investimentos em saneamento básico, como ligações de esgoto, instalação de interceptores, etc e em saneamento de fundos de vale); drenagem pluvial (obras no Colonial, Monte Castelo e Água Branca); educação (municipalização de cinco Curumins); habitação (além da construção de conjuntos habitacionais, regularização fundiária de Nova Contagem). Pela credibilidade junto ao governo do Estado, a prefeita Marília Campos foi convidada pela Copasa a auxiliar nos esforços para obtenção de empréstimos junto aos bancos

federais para as obras da Lagoa da Pampulha e do PAC Ferrugem, sendo que este esforço conjunto foi plenamente vitorioso.

Parcerias com as empresas privadas e com a PBH

Muitas parcerias foram firmadas pelo Governo Marília Campos também com empresas privadas, que resultaram em muitas obras: esporte e lazer (reforma de 12 praças, dentre elas a da Rua Portugal, praça do Divino, praça do Rosário, reforma do Parque Sarandi, implantação do Parque Sapucaias, revitalização do canteiro central da Avenida João Gomes Cardoso); construção de Cemeis (Bernardo Monteiro, Vila da Paz, Água Branca), municipalização de Cemei (Campo Alto e Vila Esperança); construção de UBS (Sapucaias, Bernardo Monteiro, Eldorado, Amazonas); trânsito (ampliação do sistema viário do Água Branca, obras na Praça Itaú, passarelas no viaduto Beatriz e CeasaMinas, instalação de 500 abrigos nos pontos de ônibus, implantação da sinalização semaforizada na rotatória do Bairro Cabral); e outros investimentos (Espaço Bem Viver de Nova Contagem, reforma do Centro Integrado de Defesa Social - Cids, parceria com o Colégio Marista na educação). A Prefeitura de BH é parceira de Contagem nas obras do PAC Arrudas, PAC Ferrugem e obras de saneamento dos córregos da Bacía da Pampulha.

Investimentos de R\$ 1 bilhão em oito anos

Contagem, no Governo Marília Campos, teve o maior ciclo de investimentos das últimas décadas, no valor aproximado de R\$ 1 bilhão. Os investimentos realizados diretamente pela Prefeitura são da ordem de R\$ 530 milhões. Veja

a **tabela 28**. A prefeita liderou as articulações de grandes obras do PAC, mas, com sabedoria, acertou a sua execução pelo governo do estado, que tem mais estrutura para a realização de obras de grande porte, como as obras do PAC Arrudas e do programa Pampulha - Meta 2014, no valor aproximado de R\$ 350 milhões.

Outros investimentos foram realizados diretamente pelo governo federal (conjuntos do Minha Casa, Minha Vida, recapeamento da BR-381 - trecho Contagem - Betim) e pelo governo do Estado (sistema de esgotos de Nova Contagem, Estação de Tratamento de Esgotos - ETE Nova Contagem, ampliação do sistema de esgotos da Sede e do Nacional, conclusão das obras da Avenida Imbiruçu, Nacional e do córrego Estiva) e investimentos em obras públicas realizados pelo setor privado. São investimentos que totalizam R\$ 1 bilhão em oito anos, uma média anual de R\$ 125 milhões por ano, oito vezes mais que no governo anterior, quando a média de investimentos por ano foi de aproximadamente R\$ 15 milhões.

Vale ressaltar, no entanto, que a capacidade de investimento de Contagem foi resgatada com absoluta dependência das transferências constitucionais do governo federal e governo estadual (receitas de capital). Em oito anos, os investimentos municipais, deduzidos essas receitas de capital, foram, em valores correntes, de aproximadamente R\$ 300 milhões, uma média de apenas R\$ 37,500 milhões por ano, o que dá 5% da receita corrente líquida do período. Este percentual está em linha com o que os municípios brasileiros estão investindo. Mas trata-se de um percentual pequeno, que não dá margem para cortes. Pelo contrário, precisa ser ampliado para garantir a realização de investimentos tipicamente municipais e para bancar as contrapartidas dos investimentos estaduais e federais.



Números das finanças e investimentos

TABELA 1

VAF - Valor Adicionado Fiscal - Índice Individual referente ao Ano-base de apuração - Grandes municípios mineiros

Ano-Base	BH	Betim	Contagem	Uberlândia	Ipatinga
1988	13,75	3,93	6,46	3,51	9,42
1989	12,72	5,93	7,99	6,88	6,10
1990	12,41	5,82	8,84	6,07	5,05
1991	11,58	7,08	8,53	7,11	5,00
1992	10,57	8,66	6,25	7,93	5,09
1993	10,33	8,76	9,17	7,68	4,16
1994	10,16	10,25	6,18	6,31	3,99
1995	11,82	8,13	5,75	7,12	4,45
1996	12,00	9,54	5,54	7,20	3,70
1997	11,90	9,16	5,77	6,98	3,70
1998	12,82	9,24	5,48	4,91	3,30
1999	11,67	9,81	5,08	4,80	3,18
2000	12,14	11,94	5,12	4,56	3,10
2001	12,12	11,15	5,46	4,69	3,73
2002	11,52	10,67	5,35	4,16	3,73
2003	10,53	10,87	4,95	4,56	3,77
2004	10,56	10,87	4,86	4,32	4,44
2005	10,92	11,05	5,09	5,22	3,10
2006	11,68	11,09	5,24	5,07	3,29
2007	11,16	12,14	5,06	5,42	3,28
2008	11,25	11,85	5,00	5,26	2,62
2009	11,60	11,70	5,40	5,61	2,31
2010	10,73	10,00	5,08	5,31	2,30
2011	10,38	10,10	4,74	4,91	2,17
Índice médio de 2 anos anteriores e aplicados na Lei Robin Hood em					
2012	11,17	10,85	5,24	5,46	2,31
2013	10,55	10,05	4,91	5,11	2,24

Fontes:SEF / MG / Sefaz / PMC

TABELA 2

VAF - Valor Adicionado Fiscal - Índice Individual referente ao ano-base de apuração - Grandes municípios mineiros

Ano-Base	Nova Lima	Brumadinho	São Gonçalo do Rio Abaixo	Itabira	Ouro Preto	Congonhas
1988	0,16	0,07	0,02	0,17	0,57	1,26
1989	0,99	0,23	0,04	1,73	0,76	0,98
1990	1,82	0,31	0,03	2,31	0,84	1,06
1991	2,31	0,39	0,02	2,95	0,91	1,21
1992	1,91	0,33	0,01	2,78	1,24	1,61
1993	1,24	0,31	0,01	2,40	0,85	2,16
1994	1,64	0,25	0,02	2,38	0,98	0,97
1995	1,14	0,25	0,02	2,24	0,93	1,07
1996	0,95	0,20	0,03	2,03	1,22	0,68
1997	0,85	0,24	0,03	2,46	1,08	0,65
1998	0,83	0,30	0,02	1,75	1,16	0,64
1999	0,98	0,33	0,02	2,48	1,41	0,76
2000	0,98	0,45	0,01	1,50	1,45	0,81
2001	1,18	0,41	0,01	1,75	1,36	0,79
2002	1,77	0,43	0,03	1,98	1,53	0,90
2003	1,78	0,62	0,06	1,93	1,66	1,19
2004	1,60	0,54	0,14	1,50	1,55	1,36
2005	1,32	0,66	0,29	2,12	1,37	1,28
2006	1,62	0,61	0,72	1,86	1,50	1,34
2007	1,61	0,61	0,72	1,86	1,50	1,34
2008	1,43	0,71	1,06	1,95	1,67	1,67
2009	1,41	0,45	0,97	1,40	1,42	1,43
2010	2,36	0,79	1,59	2,18	1,80	1,84
2011	2,36	1,03	1,88	2,46	2,00	1,79
Índice médio de 2 anos anteriores e aplicados na Lei Robin Hood em						
2012	1,89	0,62	1,28	1,79	1,61	1,64
2013	2,36	0,91	1,74	2,32	1,90	1,82

Fontes:SEF / MG / Sefaz / PMC

TABELA 3

Gastos anuais com a Funec – 2004 a 2012 - em R\$ milhões de reais

Ano	Valores gastos Funec
2004	13,123
2005	15,830
2006	17,091
2007	21,973
2008	27,613
2009	21,282
2010	18,602
2011	16,515
2012	14,531

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 5

Resumo da dívida de precatórios da Prefeitura e das Autarquias e Fundações - Em R\$ milhares

Ano	Valor
1994	27,521
1999	14,155
2001	679,282
2003	219,029
2004	2.474,962
2005	11.804,859
2006	14.828,276
2007	27.096,278
2008	5.451,626
2009	5.077,233
2010	14.307,745
2011	20.405,766
2012	13.921,054
2013	15.695,189
Total	132.282,696

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 4

Dívida consolidada e per capita das 20 cidades mais populosas de Minas - 2011

Class.	Município	População		Valor Anual	Per capita	Dívida/RCL %
		%	Habitantes			
1º	Belo Horizonte	12,09	2.385.639	2.371.618	994,12	45,6%
2º	Uberlândia	3,10	611.903	81.756	133,61	7,4%
3º	Contagem	3,09	608.714	475.262	780,76	52,7%
4º	Juiz de Fora	2,64	520.810	100.577	193,12	12,1%
5º	Betim	1,94	383.570	446.308	1.163,56	42,2%
6º	Montes Claros	1,86	366.134	146.857	401,10	33,3%
7º	Ribeirão das Neves	1,52	299.728	13.667	45,60	6,2%
8º	Uberaba	1,52	299.360	163.974	547,75	31,2%
9º	Governador Valadares	1,34	264.960	96.110	362,74	23,6%
10º	Ipatinga	1,22	241.538	115.197	476,93	24,5%
11º	Sete Lagoas	1,10	216.399	96.167	444,40	27,1%
12º	Divinópolis	1,09	215.246	72.998	339,14	22,6%
13º	Santa Luzia	1,04	204.327	11.878	58,13	5,6%
14º	Ibirité	0,82	160.943	5.521	34,30	2,9%
15º	Poços de Caldas	0,78	153.725	51.862	337,37	14,5%
16º	Patos de Minas	0,71	139.848	32.205	230,29	16,8%
17º	Teófilo Otoni	0,69	135.153	32.154	237,91	19,3%
18º	Pouso Alegre	0,67	132.445	11.591	87,52	5,7%
19º	Barbacena	0,64	127.217	34.864	274,05	18,0%
20º	Sabará	0,64	127.096	16.175	127,27	10,9%

Fonte: TCE/MG / Sefaz/PMC

TABELA 6

Evolução das despesas com aposentados e pensionistas Fúndo financeiro - 2004 a 2012 - Em R\$ milhões

Ano	Despesas em R\$ milhões	Nº de aposentados /pensionistas
2004	19,201	1.212
2005	21,923	1.486
2006	27,027	1.566
2007	33,208	1.692
2008	37,345	1.954
2009	43,793	2.052
2010	50,753	2.283
2011	61,193	2.454
2012	80,035	2.876
Evolução	317,00%	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

TABELA 7**Evolução do número de servidores ativos, aposentados e pensionistas - Fundos Financeiro e Previdenciário - 2004 a 2012**

Ano	Fundos Financeiro		Fundos Previdenciário	
	Ativos	Aposentados / pensionistas	Ativos	Aposentados / pensionistas
2004	6.100	1.212	-	-
2005	8.277	1.486	-	-
2006	9.115	1.566	-	-
2007	10.370	1.692	-	-
2008	10.743	1.954	-	-
2009	10.565	2.052	553	0
2010	9.721	2.283	857	0
2011	9.191	2.454	1.354	0
2012	8.116	2.876	2.521	2

Fonte: MPAS / Previcon

TABELA 8**Receita per capita das 20 maiores cidades mais populosas de Minas - Classificação pela RCL per capita - 2011**

Class.	Município	Exercício de 2011 em milhares de reais - valor per capita em reais		Receita Corrente Líquida - RCL	
		População		Valor Anual	Per capita
		%	Habitantes		
1º	Betim	1,94	383.570	1.058.085	2.759
2º	Poços de Caldas	0,78	153.725	357.226	2.324
3º	Belo Horizonte	12,09	2.385.639	5.198.569	2.179
4º	Ipatinga	1,22	241.538	470.647	1.949
5º	Uberlândia	3,10	611.903	1.109.458	1.813
6º	Uberaba	1,52	299.360	525.399	1.755
7º	Sete Lagoas	1,10	216.399	354.479	1.638
8º	Juiz de Fora	2,64	520.810	830.842	1.595
9º	Pouso Alegre	0,67	132.445	204.003	1.540
10º	Governador Valadares	1,34	264.960	406.863	1.536
11º	Barbacena	0,64	127.217	193.992	1.525
12º	Divinópolis	1,09	215.246	322.732	1.499
13º	Contagem	3,09	608.714	901.793	1.481
14º	Patos de Minas	0,71	139.848	192.125	1.374
15º	Teófilo Otoni	0,69	135.153	166.482	1.232
16º	Montes Claros	1,86	366.134	440.413	1.203
17º	Ibirité	0,82	160.943	188.685	1.172
18º	Sabará	0,64	127.096	147.881	1.164
19º	Santa Luzia	1,04	204.327	210.605	1.031
20º	Ribeirão das Neves	1,52	299.728	220.513	736

Fonte: TCE/MG / Sefaz/PMC

TABELA 9**Evolução da dívida, amortização e juros - Contagem - 2004 - 2012 - Em R\$ milhares**

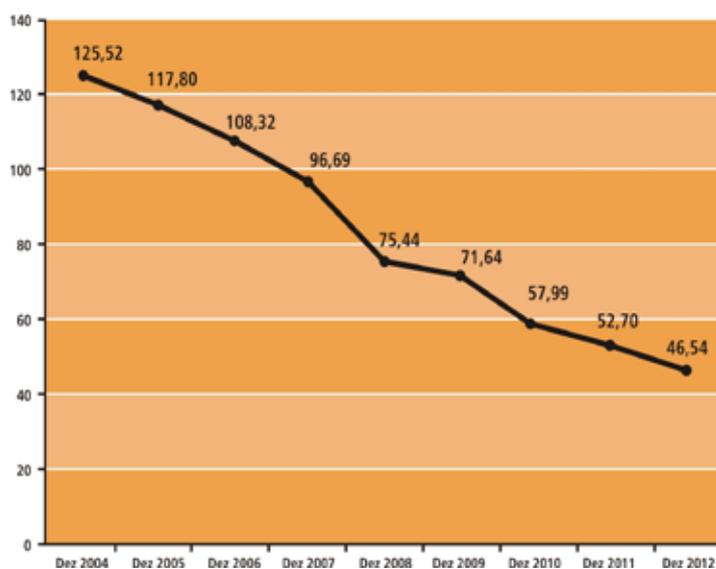
Ano	Receita Corrente Líquida (RCL)	Dívida Consolidada (DC)	DC enquanto % da RCL	Meses de arrecadação necessários para pagamento da Dívida Consolidada	Amortização da dívida e juros	Amortização e juros enquanto percentual da RCL
2004	393.144	493.489	125,5	15,06	33.275	8,46
2005	445.808	525.202	117,8	14,14	43.087	9,66
2006	501.763	543.543	108,3	13,00	47.418	9,45
2007	564.241	545.584	96,7	11,60	45.063	7,99
2008	666.381	502.772	75,4	8,98	48.638	7,25
2009	680.277	487.354	71,6	8,60	46.440	6,82
2010	809.054	469.235	58,0	6,96	54.428	6,72
2011	901.792	475.256	52,7	6,32	56.322	6,24
2012	1.024.434	476.850	46,5	5,58	60.738	5,93

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 10**Os credores da Prefeitura de Contagem - 2004 a 2012 - Posição da dívida fundada - em milhares de reais**

Credor	Competência								
	Dez 2004	Dez 2005	Dez 2006	Dez 2007	Dez 2008	Dez 2009	Dez 2010	Dez 2011	Dez 2012
Banco do Brasil (STN)	220.949	219.492	219.729	224.237	236.508	223.486	235.303	233.124	234.959
INSS	137.846	139.874	147.350	143.245	137.631	123.944	83.821	79.149	75.449
IPSEMG	108.862	138.426	150.247	153.474	95.663	108.729	112.831	113.759	111.888
RFB - IRRF (CUCO)	17.793	17.745	17.304	16.544	15.578	14.562	13.273	11.540	9.831
PASEP	3.106	3.006	2.965	3.408	3.284	3.149	14.251	16.299	12.020
CEF (CPAC)								14.246	23.047
Previcon	0	0	0	0	9.170	7.965	5.197	1.979	0
Outras	4.933	6.659	5.948	4.676	4.938	5.519	4.553	5.160	9.656
Total Dívida	493.489	525.202	543.543	545.584	502.772	487.354	469.235	475.256	476.850
Receita Corrente Líquida Últimos 12 meses	393.144	445.808	501.763	564.241	666.381	680.277	809.054	901.792	1.024.434
% Dívida versus Receita Corrente	125,5	117,8	108,3	96,7	75,4	71,6	58,0	52,7	46,5

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 11**Percentual da dívida sobre a receita corrente líquida - 2004 a 2012**

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 12**Pagamento de precatórios de 2005 a 2012
Valores em R\$ milhões**

Ano	Valores
2005	4,758
2006	6,708
2007	10,397
2008	6,222
2009	6,136
2010	8,973
2011	6,790
2012	9,868
Total	59,852

Fonte: Controladoria Geral / PMC

TABELA 13**Evolução da receita corrente líquida - RCL 2004 a 2012 - em milhares de reais**

Ano	RCL	Crescimento anual (%)	Crescimento sobre 2004 (%)	IPCA acumulado (%)	Aumento real acumulado (%)
2004	393.144	-	-	-	-
2005	445.808	13,40	13,4	5,7	7,3
2006	501.763	12,56	27,6	9,0	17,1
2007	563.758	12,36	43,4	13,9	25,9
2008	666.381	18,20	69,5	20,6	40,5
2009	680.277	2,09	73,0	25,8	37,5
2010	809.046	18,93	105,8	33,2	54,5
2011	901.792	11,46	129,4	41,9	61,7
2012	1.024.434	13,60	161,0	50,1	74,0

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 14

Evolução da receita municipal extratificada - 2004 a 2012 - Em milhares de reais

Valores Correntes		Realizado		
Receitas não Vinculadas	2004 - R\$	2012 - R\$	Aumento - R\$	%
Própria				
ISSQN	34.012	92.574	58.562	172,2%
IPTU	13.253	54.088	40.835	308,1%
ITBI	4.983	39.022	34.039	683,1%
IRRF	6.098	34.345	28.247	463,2%
Taxas	7.625	20.100	12.475	163,6%
Dívida Ativa / Juros e Multas	6.891	27.757	20.866	302,8%
Serviços Administrativos	2.065	6.249	4.184	202,6%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.159	5.906	4.747	409,6%
Soma	76.086	280.041	203.955	268,1%
Transferências				
ICMS	151.706	342.769	191.063	125,9%
IPVA	20.740	61.848	41.108	198,2%
FPM	17.344	56.449	39.105	225,5%
IPI Sobre Exportação	688	6.942	6.254	909,0%
ICMS Des. Export. Lei Kandir	2.819	2.723	-96	-3,4%
FEX / ITR / CFEM / Apoio Financeiro	5.010	6.573	1.563	31,2%
Soma	198.307	477.304	278.997	140,7%
TOTAL	274.393	757.345	482.952	176,0%
Receitas Vinculadas	2004 - R\$	2012 - R\$	Aumento - R\$	%
Própria				
Contribuição Custeio Serviço Ilum. Pública	16.324	23.807	7.483	45,8%
Remun. Dep. Vinculados - Patrimonial	1.066	16.084	15.018	1408,8%
Receitas de Serviços de Transportes	2.681	1.386	-1.295	-48,3%
Multas de Trânsito	15.105	24.684	9.579	63,4%
Indenizações e Restituições	1027	7.035	6.008	585,0%
Outras Receitas	572	3.545	2.973	519,8%
Soma	36.775	76.541	39.766	108,1%
Transferências				
Do FUNDEB	53.025	134.956	81.931	154,5%
Deduções para o Fundeb	-27.041	-94.229	-67.188	248,5%
Fundeb Líquido	25.984	40.727	14.743	56,7%
SUS - União + Estado	46.359	124.277	77.918	168,1%
FNDE (União)	5.380	17.224	11.844	220,1%
De Convênios	200	4.895	4.695	2347,5%
FNAS (União)	2.195	2.181	-14	-0,6%
CIDE (Estado)	553	590	37	6,7%
De Instituições Privadas	1.305	656	-649	-49,7%
Soma	81.976	190.550	108.574	132,4%
TOTAL	118.751	267.091	148.340	124,9%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	393.144	1.024.436	631.292	160,6%
Receitas de Capital				
Operação Crédito / Alienação Bens	2.605	16.779	14.174	544,1%
Transferências de Capital	12.640	26.922	14.282	113,0%
Soma	15.245	43.701	28.456	186,7%
Contribuição Social do Servidor	0	33.621	33.621	100,0%
Receitas Intraorçamentária	0	39.642	39.642	100,0%
Compensação Financeira (INSS/Previcon)	0	4.225	4.225	100,0%
RECEITA TOTAL	408.389	1.145.625	737.236	180,5%
IPCA		5,8%		50,1%

TABELA 15

Evolução da receita própria não vinculada - 2004 a 2012 - em milhares de reais

Ano	Receita própria	Crescimento anual (%)	Crescimento sobre 2004 (%)	IPCA acumulado(%)	Aumento real acumulado (%)
2004	76.086	-	-	-	-
2005	84.214	10,70	10,7	5,7	4,8
2006	99.544	18,20	30,8	9,0	20,0
2007	122.487	23,04	61,0	13,9	41,4
2008	144.546	18,00	90,0	20,6	57,5
2009	152.986	5,80	101,1	25,8	59,9
2010	190.807	24,72	150,8	33,2	88,3
2011	244.286	28,03	221,1	41,9	126,3
2012	280.041	14,64	268,1	50,1	145,3

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 16

Evolução das transferências constitucionais - 2004 a 2012 - Em milhares de reais

Ano	Receita de transferência	Crescimento anual (%)	Crescimento sobre 2004 (%)	IPCA acumulado (%)	Aumento real acumulado (%)
2004	198.307	-	-	-	-
2005	230.010	15,99	16,0	5,7	9,8
2006	243.387	5,70	22,7	9,0	12,8
2007	280.434	15,22	41,4	13,9	23,8
2008	349.096	24,49	76,0	20,6	45,9
2009	335.590	-3,87	69,2	25,8	34,3
2010	391.661	16,71	97,5	33,2	48,6
2011	436.438	11,43	120,1	41,9	55,1
2012	477.304	9,40	140,7	50,1	60,3

Fonte: Sefaz / PMC



TABELA 17**Evolução das receitas do Tesouro (próprias e de transferências) - 2004 a 2012 - Em milhares de reais**

Ano	Receita do Tesouro	Crescimento anual (%)	Crescimento sobre 2004 (%)	IPCA acumulado (%)	Aumento real acumulado (%)
2004	274.393	-	-	-	-
2005	314.224	14,52	14,5	5,7	8,3
2006	342.931	9,13	25,0	9,0	14,7
2007	402.921	17,50	46,8	13,9	28,9
2008	499.442	23,96	82,0	20,6	50,9
2009	488.576	-2,18	78,1	25,8	41,6
2010	600.468	22,90	118,8	33,2	64,3
2011	680.724	13,37	148,1	41,9	74,8
2012	757.345	11,26	176,0	50,1	84,0

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 18**Percentual da receita própria e das transferências constitucionais sobre a receita do Tesouro - 2004 a 2012 - em milhares de reais**

Ano	Receita própria	% receita do Tesouro	Receita de transferência	% da receita do Tesouro
2004	76.086	28	198.307	72
2005	84.214	27	230.010	73
2006	99.544	29	243.387	71
2007	122.487	30	280.434	70
2008	144.546	29	349.096	71
2009	152.986	31	335.590	69
2010	190.807	32	391.661	68
2011	244.286	36	436.438	64
2012	280.041	37	477.304	63

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 19**Gastos com saúde - 2004 a 2012 - Em milhões de reais**

Ano	Gastos globais com saúde	Gastos da Prefeitura com saúde	% do gasto total com saúde	Repasse do SUS	% do gasto total com saúde
2004	106,798	56,926	53,00	49,872	47,00
2005	136,017	76,121	56,00	59,896	44,00
2006	157,737	99,553	63,00	58,184	37,00
2007	173,913	112,350	65,00	61,563	35,00
2008	204,605	128,573	63,00	76,032	37,00
2009	215,396	136,268	63,00	79,129	37,00
2010	230,981	144,458	63,00	86,523	37,00
2011	276,371	176,019	64,00	100,352	36,00
2012	318,131	184,677	58,00	133,454	42,00
Aumento	198%	225%	-	168%	-

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 20**Repasse corrente do SUS realizados pelos Governos Federal e Estadual - 2005 a 2012 - Em R\$ milhões**

Ano	Repasse do Governo Federal para a saúde	Repasse do Governo Estadual para a saúde
2005	48,689	1,254
2006	50,892	1,247
2007	51,407	3,470
2008	60,432	1,455
2009	70,643	3,769
2010	81,009	7,711
2011	84,385	5,858
2012	117,889	6,391

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 21

**Fundeb - Contribuição da Prefeitura e transferência líquida
2004 à 2012 – Em milhões de reais**

Ano	Valores do Fundeb	Prefeitura - contribuição para o Fundeb	% do total do Fundeb	Fundeb - transferência líquida	% do total do Fundeb
2004	53,025	27,041	51,00	25,984	49,00
2005	62,821	31,235	50,00	31,586	50,00
2006	68,317	32,246	47,00	36,071	53,00
2007	76,637	43,268	56,00	33,370	44,00
2008	96,051	63,246	66,00	32,805	34,00
2009	98,582	66,395	67,00	32,187	33,00
2010	113,783	77,550	68,00	36,233	32,00
2011	126,829	85,967	68,00	40,862	32,00
2012	134,956	94,228	70,00	40,727	30,00
Acumulado	155%	248%	+19%	57%	-19%

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 22

Receita total e setorial - Contagem no ranking nacional dos municípios - 2010 e 2011

Tipo de receita / PIB	Ranking 2010	Ranking 2011
Dados setoriais		
ISSQN	54º	54º
IPTU	78º	56º
ITBI	25º	26º
Taxas	46º	45º
ICMS municipal	27º	28º
IPVA	28º	28º
FPM	66º	62º
Dados globais		
PIB	24º	24º
Receita total	40º	38º

Fonte: STN / Revista Multi Cidades

TABELA 23

Arrecadação total de IPTU e valor per capita nas maiores cidades mineiras - 2011

Cidade	Arrecadação IPTU – Em R\$ milhões	Valor per capita do IPTU – Em reais
Belo Horizonte	631,701	264,79
Juiz de Fora	80,630	154,82
Ipatinga	28,140	116,50
Contagem	43,308	71,15
Uberaba	19,508	65,17
Betim	22,467	58,57
Governador Valadares	13,264	50,06
Uberlândia	30,485	49,82
Montes Claros	13,183	36,01
Ribeirão das Neves	3,969	13,24

Fonte: STN / Revista Multi Cidades



Farmácia Distrital Parque São João

TABELA 24

Evolução Despesas Pessoal - 2004 a 2012 - Em R\$ milhares

Ano	Despesas de pessoal (LRF)	Aumento anual (%)	% da receita corrente líquida
2004	196.640	-	50,02
2005	213.770	8,71	47,95
2006	236.272	10,53	47,09
2007	267.999	13,40	47,53
2008	294.430	9,87	44,18
2009	326.623	10,90	48,10
2010	370.122	13,30	45,74
2011	421.830	14,00	46,78
2012	493.638	17,00	48,19

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 25

Despesas da Prefeitura – 2004 a 2011 – Em milhares de reais

Especificação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas de Pessoal (LRF)	192.787	203.114	236.272	267.999	294.420	326.670	370.181	421.830	493.638
Outras Despesas Correntes	124.207	136.543	209.068	256.559	276.375	292.998	315.143	381.451	398.073
Investimentos	26.609	19.445	20.639	61.583	103.448	47.322	68.409	98.140	110.257
Amortizações e Juros da Dívida	33.275	43.087	47.418	45.063	48.638	46.440	54.428	56.322	60.738
TOTAL	376.878	402.189	513.397	631.204	722.881	713.430	808.161	957.743	1.062.706

Fonte: Sefaz / PMC

TABELA 26

Despesas com pessoal per capita das 20 cidades mais populosas de Minas - 2011 - em reais

Exercício de 2011 em milhares de reais- valor percapita em reais				Despesas com Pessoal (LRF)	
Class.	Município	População		Valor Anual	Per capita
		%	Habitantes		
1º	Belo Horizonte	12,09	2.385.639	2.087.694	875,11
2º	Uberlândia	3,10	611.903	457.521	747,70
3º	Contagem	3,09	608.714	421.831	692,99
4º	Juiz de Fora	2,64	520.810	389.909	748,66
5º	Betim	1,94	383.570	517.415	1.348,95
6º	Montes Claros	1,86	366.134	175.090	478,21
7º	Ribeirão das Neves	1,52	299.728	109.252	364,50
8º	Uberaba	1,52	299.360	194.995	651,37
9º	Governador Valadares	1,34	264.960	200.809	757,88
10º	Ipatinga	1,22	241.538	245.019	1.014,41
11º	Sete Lagoas	1,10	216.399	170.241	786,70
12º	Divinópolis	1,09	215.246	161.268	749,23
13º	Santa Luzia	1,04	204.327	101.740	497,93
14º	Ibirité	0,82	160.943	95.612	594,07
15º	Poços de Caldas	0,78	153.725	159.871	1.039,98
16º	Patos de Minas	0,71	139.848	96.422	689,48
17º	Teófilo Otoni	0,69	135.153	71.935	532,25
18º	Pouso Alegre	0,67	132.445	97.146	733,48
19º	Barbacena	0,64	127.217	91.337	717,96
20º	Sabará	0,64	127.096	66.349	522,04

Fonte:TCE/MG / Sefaz/PMC

TABELA 27

Despesas setoriais - Contagem no ranking nacional dos municípios - 2010 e 2011

Tipo de despesa	Ranking 2010	Ranking 2011
Dados setoriais		
Pessoal	38º	35º
Custeio	55º	46º
Investimentos	48º	41º
Despesa com o Legislativo	49º	39º
Despesa com educação	35º	40º
Despesa com saúde	39º	40º
Encargos e amortização dívida	11º	16º
Dados globais		
Despesa total	38º	35º
Receita total	40º	38º
PIB	24º	24º

Fonte:STN / Revista Multi Cidades

TABELA 28

Investimentos da Prefeitura de Contagem - 2001 a 2012 - em milhares de reais

Exercício	Valor
2001	3.048
2002	19.172
2003	8.976
2004	26.943
Acumulado 2001/2004	58.139
Média do período	14.534
2005	19.445
2006	20.639
2007	61.583
2008	103.448
2009	47.322
2010	68.409
2011	98.140
2012	110.257
Acumulado 2005 / 2012	529.243
Média do período	66.155
Investimentos realizados diretamente pelos governos estadual e federal	480.000
Acumulado geral 2005/2012	1.000.000
Média do período	125.000

Fonte:Sefaz / PMC.

Estimativa do autor para os investimentos executados pelos governos estadual e federal



Servidores municipais

Marília realizou concursos e valorizou os servidores municipais

O Governo Marília Campos herdou uma máquina administrativa emperrada e com enormes vícios, como servidores não concursados e nepotismo. A gestão tucana assinou com o Ministério Público um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, no apagar das luzes, em 2004. O TAC previa realização de concursos públicos para que novos servidores efetivos substituíssem os contratados sem concurso. Coube ao governo petista corrigir a conduta dos tucanos e efetivar o TAC, realizando concursos públicos, medida prevista desde a Constituição de 1988.

Marília adotou também uma política de valorização dos servidores, que se estruturou tendo como base a reposição das perdas salariais anuais; a concessão de outros ganhos salariais expressivos e implantou os Planos de Carreira dos Servidores - PCCV. A administração petista nunca fez caixa com os fundos sociais dos trabalhadores (50% da dívida herdada era com o INSS e Ipsemg). Muito pelo contrário: o município recolheu regularmente todas as contribuições sociais e reestruturou a previdência dos servidores. Isso foi uma ruptura com

a gestão tucana marcada pelo arrocho salarial dos servidores municipais e pela completa desorganização da previdência municipal, o que colocava em risco o futuro dos aposentados e pensionistas.

É por essas razões que a prefeita Marília Campos encerrou o seu mandato com aprovação maciça dos servidores públicos. Cerca de 82% a consideram um governo ótimo, bom e regular positivo. É raro que um administrador público seja amplamente aprovado pelos servidores. Isso porque, ao contrário do setor privado, onde o governo é um e o patrão é outro, no setor público o governo é também o patrão dos servidores. A desaprovação do patrão contamina a avaliação política do governo. Marília é considerada pelos servidores uma boa patroa e uma boa governante. Indicativos claros desta aprovação são a redução e praticamente o desaparecimento das greves dos servidores nos últimos anos devido à política de valorização implementada e o carinho com que os servidores se despediram da petista ao final de seu mandato.

Reunião com servidores da Prefeitura de Contagem



Os avanços garantidos aos servidores municipais

Concursos públicos

Realização de concursos públicos para cargos permanentes e de processos seletivos para cargos temporários, em respeito ao que prevê a Constituição Federal. Dos 13.640 servidores municipais, somente 672 deles (5% do total) são não efetivos de indicação da prefeita para cargos de chefia e assessoramento, conforme admite a Constituição Federal. Cerca de 301 servidores comissionados eram efetivos no governo Marília, uma demonstração de valorização da carreira pública. Com a adoção dos concursos públicos e processos seletivos foi possível melhorar os salários e qualificar melhor os servidores. E com a máquina pública mais organizada foi possível expandir os serviços públicos com uma ligeira redução do número de servidores ativos, de 15.195, em 2004, para 13.640, em 2012. No cômputo

geral, incluindo servidores ativos e aposentados e pensionistas, o número passou, no mesmo período, de 16.407 para 16.516. Veja as **tabelas 1 e 2**.

Número de servidores por tipo de vínculo

O número de servidores efetivos foi o que mais cresceu nos últimos oito anos. Passou de 6.188 (efetivos e efetivos comissionados) para 11.230 (efetivos, efetivos comissionados e celetistas), um crescimento de 82%. Inversamente, o número de servidores contratados recuou de 8.349 para 1.738, uma redução de 80%. Neste tipo de vínculo a diferença não é somente quantitativa, mas também qualitativa: antes os servidores eram contratados sem qualquer avaliação pública e por prazo indeterminado, agora servidores contratados precisam se submeter a

concorridos processos seletivos e o contrato tem a duração máxima de dois anos. Assim, as mudanças em Contagem nos últimos oito anos são expressivas: a Prefeitura tinha 8.956 servidores não concursados (contratados e comissionados), no Governo Marília Campos os servidores admitidos sem concurso ou processo seletivo são 672 para cargos de chefia e assessoramento, uma redução de 93%.

Fim do nepotismo

Mesmo antes das restrições legais, a prefeita nunca contratou parentes para trabalhar na Prefeitura.

Reposição das perdas salariais

Reajuste dos salários acumulado em oito anos para os servidores da ativa de 64,80%, com

reajuste anual pelo INPC e abono previdenciário para compensar aumento da contribuição previdenciária. Veja a **tabela 3**.

Aposentados e pensionistas

Reajuste acumulado em oito anos para aposentados e pensionistas de 54,68%, com reajuste anual pelo INPC, além de outras melhorias devido à garantia de paridade. Veja a **tabela 4**.

Outras melhorias salariais

Implantação de diversas melhorias salariais, além do INPC para os profissionais da saúde com formação superior e servidores administrativos; equiparação dos professores e servidores administrativos da Rede Municipal aos profissionais da Funec; piso salarial para os professores de R\$ 1.902,01 mais quinquênios e PCCV; aumento das gratificações de diversas categorias profissionais.

Plano de Carreira

Implantação do Plano de Carreira dos Servidores - PCCV, com promoções por habilitação e desempenho e preservação dos direitos (quinquênio e férias prêmio).

Agentes de saúde e de endemias

Efetivação dos agentes de saúde e de endemias, conforme determinação de Emenda Constitucional.

Vale Alimentação

Implantação de Vale Alimentação de R\$ 180,00 para jornada de 36 e de 44 horas semanais.

Licença maternidade

Esse direito das servidoras municipais foi ampliado de 4 para 6 meses.

Previdência municipal

Reorganização da previdência municipal, aprovação de uma nova legislação com os diversos direitos e constituição de dois fundos de previdência. A Prefeitura implantou o modelo de previdência exigido pelo governo federal para se ter acesso ao Certificado de regularidade previdenciário, o que implica em aumento substancial das despesas previdenciárias nos próximos anos. Veja as **tabelas 5, 6 e 7**.

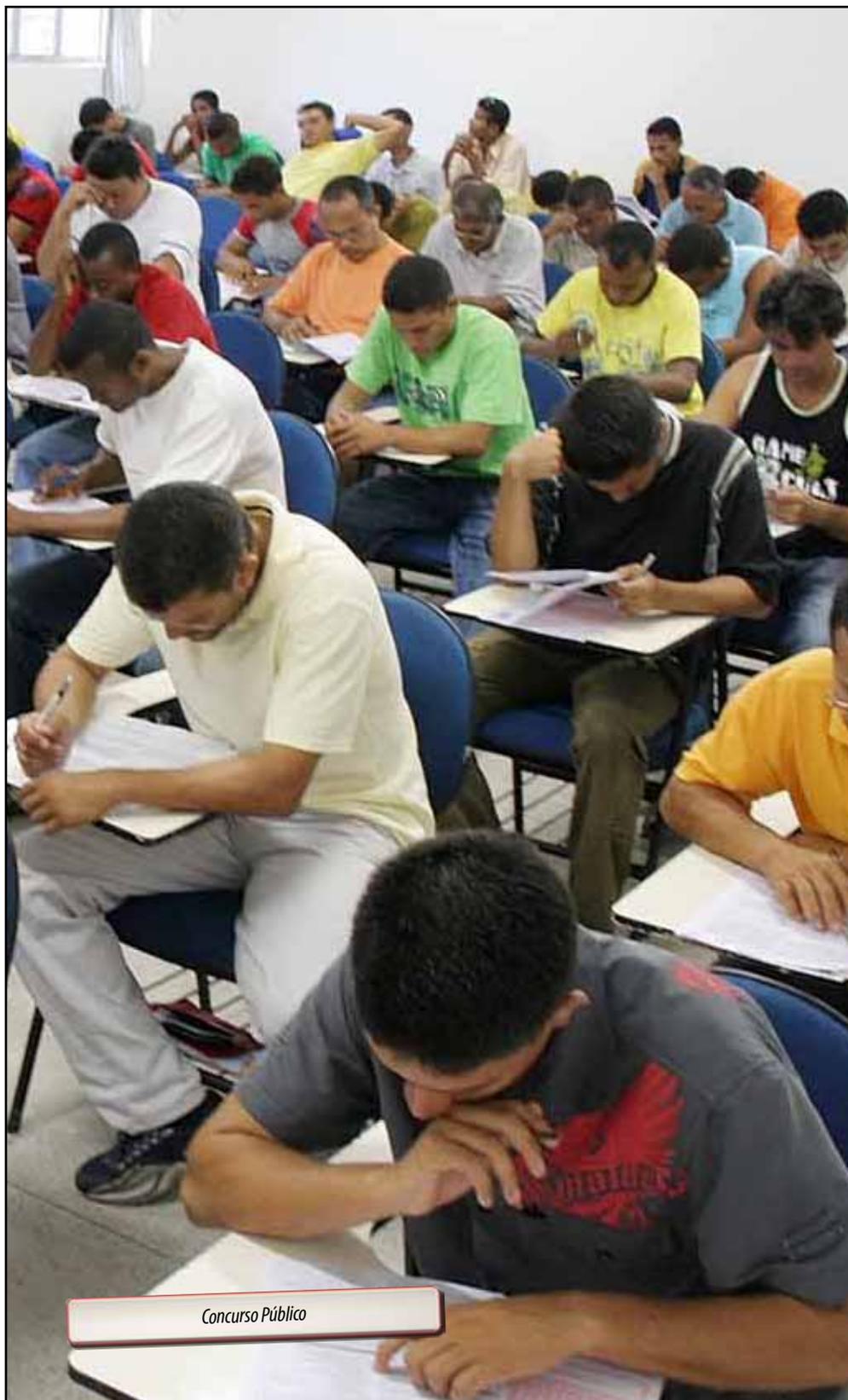
Vale-transporte e Cartão Ótimo

O Governo Marília Campos adotou o vale-transporte através do Cartão Ótimo. A legislação é clara: o vale-transporte é para utilização efetiva

pelo empregado em despesas de deslocamento residência - trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano e / ou intermunicipal. Trata-se de uma verba indenizatória pelo uso do transporte coletivo e não de uma complementação salarial. Se pago em dinheiro, o vale-transporte acaba sendo utilizado por servidores que não usam o transporte coletivo.

Outros avanços

Pagamento em dia dos salários; pagamento antecipado do 13º salário; investimentos em qualificação profissional e pagamentos de passivos trabalhistas aos servidores ativos e ex-servidores como os da Cuco; reduções nas jornadas de trabalho dos servidores administrativos da educação e dos assistentes sociais.



Fim do apostilamento

O Governo Marília Campos acabou com o apostilamento, prática na qual o servidor efetivo nomeado para um cargo comissionado, quando retornava ao cargo de origem, mantinha o mesmo salário de comissionado. O direito adquirido de 467 apostilados foi mantido.

Redução dos servidores cedidos

O número de servidores cedidos para os governos do estado e federal, uma prática indiscriminada

em Contagem, foi reduzido de 332 para 56.

Gastos com pessoal

A política de valorização dos servidores está expressa nos seguintes números: entre 2004 e 2012, os gastos de pessoal da Prefeitura passaram de R\$ 196,640 milhões para R\$ 493,638 milhões, uma evolução de 151%, contra uma inflação no mesmo período (IPCA) de 50%. Esse reajuste significou o repasse quase integral do crescimento da receita corrente, que foi no período de 160%. O compro-

metimento das despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida passou, no período de oito anos do Governo Marília Campos, de 50,02% para 48,19%. Vale dizer, no entanto, que os gastos de pessoal efetivos são maiores. Isso porque, alguns gastos são excluídos dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, como aqueles decorrentes de sentenças judiciais, vale-alimentação, vale-transporte e parte dos gastos dos trabalhadores terceirizados, que representam aproximadamente 8% da receita do município. Veja a **tabela 8**.

Dados sobre os servidores municipais

TABELA 1

Quantitativo de servidores da Prefeitura – Novembro/2012	
Secretaria / Órgão	Nº de servidores
Secretaria de Educação e Cultura	6.109
Secretaria de Saúde / Famuc	5.261
Secretaria de Defesa Social	556
Secretaria de Administração	333
Funec	296
Secretaria da Fazenda	137
Secretaria de Desenvolvimento Social	118
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	146
Secretaria de Governo	128
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	99
Gabinete da Prefeita	85
Transcon	81
Procuradoria Geral	57
Secretaria de Planejamento	49
Secretaria de Direitos e Cidadania	32
Secretaria de Esportes	43
Controladoria Geral	28
ConParq	30
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	16
Secretaria de Trabalho	14
Secretaria do Meio Ambiente	12
Cinco	10
Total de servidores	13.640

Fonte: Semad / PMC

TABELA 2

Quantitativo de servidores por tipo de vínculo - 2004 e 2012		
Servidores por vínculo	2004	2012
Efetivos	5.998	10.277
Efetivos comissionados	190	301
Comissionados	607	672
Contratados	8.349	1.738
Emprego público (CLT)	-	652
Outros vínculos	51	-
Total servidores ativos	15.195	13.640
Aposentados e pensionistas	1.212	2.876
Total geral	16.407	16.516

Fonte: Semad / PMC

TABELA 3**Reajustes concedidos aos servidores ativos da Prefeitura - 2005 a 2012**

Ano	Reajuste (%)
2005	6,51
2006	4,00
2006 (abono)	6,20
2007	3,70
2008	8,00
2009	5,92
2010	5,50
2011	6,30
2012	4,96
Total acumulado	64,80

Fonte: Semad / PMC

TABELA 4**Reajustes concedidos aos aposentados e pensionistas da Prefeitura - 2005 a 2012**

Ano	Reajuste (%)
2005	6,51
2006	4,00
2007	3,70
2008	8,00
2009	5,92
2010	5,50
2011	6,30
2012	4,96
Total acumulado	54,68

Fonte: Semad / PMC

TABELA 5**Contribuição para o Fundo Financeiro - Servidores admitidos até fevereiro de 2009**

Ano	Contribuição suplementar	Contribuição Patronal	Contribuição Servidor	Contribuição Total
2009	0,00%	11%	11%	22%
2010	0,00%	11%	11%	22%
2011	0,00%	11%	11%	22%
2012	0,00%	11%	11%	22%
2013	0,00%	11%	11%	22%
2014	1,91%	11%	11%	23,91%
2015	2,58%	11%	11%	24,58%
2016	2,81%	11%	11%	24,81%
2017	3,05%	11%	11%	25,05%
2018	3,28%	11%	11%	25,28%
2019	3,52%	11%	11%	25,52%
2020	3,76%	11%	11%	25,76%

Fonte: Previcon



TABELA 6

Contribuição para o Fundo de Capitalização - Servidores admitidos a partir de março de 2009

PMC / Servidor	Contribuição (%)
Contribuição PMC	14,67%
Contribuição servidor	11%

Fonte: Previcon

TABELA 7

Número de servidores e saldo dos fundos de previdência

Fundos	Itens
Fundo financeiro	
Servidores ativos	8.116
Aposentados e pensionistas	2.876
Saldo financeiro (30/11/2012)	R\$ 16,346 milhões
Fundo previdenciário	
Servidores ativos	2.521
Aposentados e pensionistas	2
Saldo Financeiro (30/11/2012)	R\$ 24,801 milhões
Total recursos - dois fundos	R\$ 41,147 milhões

Fonte: Previcon

TABELA 8

Evolução das despesas pessoal e percentual da receita corrente líquida - em milhares de reais - 2004 a 2012

Ano	Despesas de pessoal (LRF)	Aumento anual (%)	% da receita corrente líquida
2004	196.640	-	50,02
2005	213.770	8,71	47,95
2006	236.272	10,53	47,09
2007	267.999	13,40	47,53
2008	294.430	9,87	44,18
2009	326.623	10,90	48,10
2010	370.122	13,30	45,74
2011	421.830	14,00	46,78
2012	493.638	17,00	48,19

Fonte: Sefaz / PMC





Participação popular

Marília adotou o Orçamento Participativo e outras formas de participação

Nos últimos oito anos Contagem experimentou no Governo Marília Campos um processo de democratização e participação popular nunca antes visto na história da cidade. O Orçamento Participativo foi implementado, milhares de cidadãos participaram das reuniões e foram definidos 139 obras e investimentos nas oito regiões da cidade. Mas a participação popular não se restringiu ao OP. Foram realizadas muitas con-

ferências municipais, fóruns, seminários e encontros para a discussão das políticas públicas. Marília fez um governo próximo do povo, marcado por reuniões frequentes com a comunidade e estimulou a auto-organização da sociedade em torno de suas reivindicações. Contagem viveu um processo de participação e ocupação dos espaços públicos que não é comum nas grandes cidades.

Passarela na BR-381, no Bairro Amazonas



O Orçamento Participativo em Contagem

Orçamento Participativo é lei em Contagem

A Lei nº 4.495, de 21 de novembro de 2011, instituiu o Orçamento Participativo em Contagem. Os principais pontos da legislação são os seguintes: é instituída a participação direta da população no processo de elaboração, definição, planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações referentes à execução das despesas do Poder Público Municipal, através do denominado Orçamento Participativo. A participação da população no Orçamento Participativo fica garantida por meio das regionais administrativas da cidade e de plenárias temáticas municipais, conforme definido em regulamento por Decreto. O Orçamento Participativo será realizado bianualmente; para os efeitos da Lei, o prazo para início das obras aprovadas será de um ano depois de cumpridas as formalidades e condicionantes de cada obra após o processo de eleição do Orçamento Participativo. Para a realização do Orçamento Participativo será destinado 2% da Receita Líquida do Município.

OP é uma nova forma de planejamento

O Orçamento Participativo - OP mostrou ser mais que um instrumento democrático para de-

finir investimentos. Com ele, os contagenses estão aprendendo como funciona a administração da cidade, o que é uma licitação, de que forma deve ser pensada a política habitacional, o que é um plano diretor e como é possível melhorar a vida de todos. Além de aprovar obras de grande importância para a população da cidade, a participação popular constrói uma nova forma de planejamento e promove a transparência. É por isso que o OP é um importante espaço de debate e definição do futuro de Contagem.

As três etapas do OP

Na primeira etapa de reuniões do OP, os participantes recebem formulários para indicação de obras e o caderno contendo as regras de funcionamento do Orçamento Participativo. De posse do formulário, os interessados devem chamar seus vizinhos e, juntos, indicar a obra que deve ser priorizada. A decisão da maioria vai para o formulário e será encaminhada para a segunda etapa. Na segunda etapa, as diversas obras indicadas nas reuniões de vizinhos são submetidas a votação para a escolha daquelas que a maioria considera mais importantes. Além disso, são eleitos representantes das comunidades que irão participar da fase seguinte. Na terceira etapa, os delegados eleitos na segunda etapa aprovam as obras indicadas e indicam os participantes do

Conselho do OP - Compór, a comissão que acompanha e fiscaliza a realização das obras.

As prioridades definidas pelos moradores

O Orçamento Participativo é uma grande conquista para a democracia, já que possibilita aos moradores participarem das decisões da Prefeitura, sem intermediários. Quem há muito tempo não conseguia ser ouvido e atendido pela Prefeitura, com o OP começa a ter as reivindicações atendidas através da mobilização. Dentre as obras que já foram aprovadas se destacam: pavimentação / drenagem; áreas de lazer / praças / parques; educação: Cemei, reformas, etc; saúde: Maternidade, reforma postos, etc; equipamentos de esportes; drenagem pluvial; abertura de ruas; obras áreas de risco. Como se vê, as prioridades da população têm sido obras básicas de pavimentação e, com grande ênfase, investimentos no lazer, em praças e equipamentos de esportes. Veja a **tabela 1**. Vale ressaltar que das 139 obras definidas no OP Contagem, 69 foram concluídas, 18 estão em andamento, 6 seis já passaram por licitação e aguardam a Ordem de Serviço e 46 estão em fase de projetos ou com pendências diversas.



Outras formas de participação popular

39 novas conferências em oito anos

Nos sistemas de participação popular, as conferências cumprem um papel fundamental. É quando a comunidade se reúne para discutir as políticas públicas, a atuação nos conselhos e propor metas para os anos seguintes. Em oito anos, o Governo Marília Campos realizou 39 conferências municipais nas mais diversas áreas. Do total, nada menos que 17 conferências foram realizadas pela primeira vez em Contagem, inclusive em políticas públicas importantes como a educação. Além de reunir um grande número de participantes, algumas conferências foram precedidas de pré-conferências, debates, cursos de formação que reuniram milhares de pessoas. Veja a **tabela 2**.

Criação e reconstrução dos Conselhos

Nos últimos oito anos, o Governo Marília Campos investiu na institucionalização da participação popular nos conselhos representativos da sociedade. Diversos conselhos importantes foram criados, a exemplo do Orçamento Participativo, Pessoas com Deficiência, Segurança Alimentar, Defesa Social, Direitos do Consumidor. Os outros conselhos já existentes na quase totalidade estavam esvaziados, inoperantes ou mesmo desativados e foram reativados. Atualmente existem em Contagem 30 Conselhos mais amplos de caráter municipal; sete conselhos distritais de saúde, além de mais de 100

conselhos escolares e comissões locais de saúde. A orientação da Administração petista foi pelo efetivo funcionamento de todos os conselhos que democratizam a gestão pública na cidade. Veja a **tabela 3**.

Fortalecimento dos Conselhos Tutelares

Contagem tem implantados seis Conselhos Tutelares, superando a média nacional, conforme orientação do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – Conanda, que prevê um Conselho Tutelar a cada 200 mil habitantes. Os investimentos nos Conselhos Tutelares de Contagem representam um compromisso da gestão na defesa dos direitos humanos e de forma mais específica os direitos da criança e do adolescente, assim como o reconhecimento sobre a importante contribuição do órgão na proposição de políticas públicas inclusivas. Por isso, a disponibilidade de recursos destinados aos conselhos tutelares, alcançou nos últimos anos, uma progressão significativa, através dos investimentos em infraestrutura e no aumento da remuneração dos conselheiros tutelares, além da qualificação do processo de escolha dos conselheiros tutelares e investimentos na capacitação dos mesmos para o exercício de suas funções. O apoio da Administração Municipal aos Conselhos Tutelares foi expresso em dois números importantes: os veículos à disposição de tais Conselhos passaram de 2 para 8 e a remuneração dos conselheiros subiu de apenas R\$ 435,00 para R\$ 1.700,00.

Outras formas de participação popular

O Governo Marília Campos, além das conferências e conselhos, propiciou outras formas de participação e de comunicação direta com a comunidade. A prefeita e os secretários participaram, de forma regular, de reuniões com a comunidade em todas as regiões para explicar os investimentos e políticas públicas; nos lançamentos de Ordens de Serviços de obras; nas visitas às obras e em reuniões agendadas na Prefeitura. Foram realizados seminários, palestras, encontros e outras atividades para o debate de políticas públicas. Em muitas obras foram eleitas comissões da população para o acompanhamento dos trabalhos. Foram constituídos em diversos equipamentos públicos - praças e parques - conselhos gestores com a participação da comunidade. A prefeita e os secretários participaram de um grande número de atividades e reuniões de entidades da sociedade civil.

A ocupação pela população dos espaços públicos

A participação popular não se resume às formas mais orgânicas existentes, como o Orçamento Participativo e os conselhos. Num sentido mais amplo, incluímos na participação popular também a mobilização e participação da sociedade na ocupação dos espaços públicos da cidade, como praças e parques, em atividades de lazer e cultura. Nesta perspectiva mais ampla, Contagem é um grande exemplo

para Minas e o Brasil, pois, na maioria dos locais, a população, temerosa da violência, fica em casa ou freqüente apenas espaços fechados. Em Contagem isso é diferente. Nos bairros mais populares e naqueles de classe média, a ocupação dos espaços públicos durante o dia ou à noite é muito grande.

Escola da Participação

A Prefeitura de Contagem instituiu em 2009 a

Escola da Participação e, através de convênio com a UFMG, realizou o Curso de Atualização, Participação e Controle Social dirigido aos conselheiros municipais do Orçamento Participativo e representantes de outros conselhos municipais. O curso teve a coordenação pedagógica do Projeto Democracia Participativa - Prodep, através do professor Leonardo Avritzer e uma equipe de professores formada pelo quadro docente e de doutorandos da UFMG. Teve como principais objetivos a qualificação da prática dos conselheiros através do aprofunda-

mento teórico-conceitual e da construção coletiva de reflexões, além da promoção do fortalecimento do espaço de discussão, avaliação e controle do Orçamento Participativo e das políticas municipais. Os conteúdos desenvolvidos abarcaram os conceitos de políticas públicas e participação da cidade e gestão participativa e instrumento de planejamento. O curso foi ministrado em 2010, 2011 e 2012 para 240 conselheiros divididos em quatro turmas de 60 participantes.

Os números da participação popular

TABELA 1

Orçamento Participativo - tipos de obras aprovadas	
Tipo de obras	Quantidade
Pavimentação / Drenagem	37
Áreas de lazer / praças / parques	19
Educação: Cemei, reformas, etc	18
Saúde: Maternidade, reforma de postos, etc	13
Equipamentos de esportes	12
Drenagem pluvial	08
Abertura de ruas	08
Obras áreas de risco	05
Plano Integrado - PIIN	05
Passarelas	03
Revitalização de rua	02
Construção escadas / muros de arrimo	02
Habitação	02
Outros	05
Total obras aprovadas	139

Fonte: Secretaria Municipal Adjunta do Orçamento Participativo

TABELA 2

Conferências realizadas em Contagem - de 2005 a 2012
-1ª e 2ª Conferências Municipais de Educação
-1ª Conferência Municipal de Cultura
-1ª e 2ª Conferências Municipais do Esporte
-4ª, 5ª e 6ª Conferências Municipais de Saúde
-1ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador
-1ª Conferência Municipal de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde
-1ª Conferência Municipal de Saúde Mental
-1ª Conferência Municipal de Saúde Mental na Atenção Básica
-1ª Conferência Municipal de Defesa Civil
-1ª e 2ª Conferências Municipais de Defesa do Consumidor
-1ª e 2ª Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres
-1ª e 2ª Conferências Municipais de Igualdade Racial
-1ª, 2ª e 3ª Conferências Municipais da Pessoa Idosa
-1ª Conferência Municipal LGBT
-5ª e 6ª, 7ª e 8ª Conferências Municipais de Assistência Social
-4ª e 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Conferências Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes
-1ª e 2ª Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional
-1ª e 2ª Conferências Municipais da Cidade - etapa municipal
-1ª Conferência Municipal de Política Urbana
-1ª Conferência Municipal de Políticas sobre Álcool e outras Drogas
-2ª Conferência Municipal Pessoas com Deficiências

Fonte: Dados coletados junto às diversas Secretarias

TABELA 3

Conselhos Municipais existentes em Contagem	
<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Municipal de Educação - Conselho Municipal do Fundeb - Conselho Municipal de Alimentação Escolar - Conselho Municipal de Cultura - Conselho Municipal de Saúde - Conselhos Distritais de Saúde (7 implantados) - Conselhos Locais de Saúde (diversos implantados) - Conselho Municipal de Defesa Social - Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - Conselho Municipal da Pessoa Idosa - Conselho Municipal da Mulher - Conselho Municipal de Assistência Social - Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência - Comissão Municipal do Trabalho - Conselho Municipal de Segurança Alimentar - Dois Conselhos Regionais das Cozinhas Comunitárias 	<ul style="list-style-type: none"> - Seis Conselhos Tutelares: Petrolândia, Nova Contagem, Nacional, Industrial, Eldorado, Ressaca - Conselho Municipal de Transporte - Conselho Municipal do Meio Ambiente - Conselho Municipal de Habitação - Comissão Permanente de Uso e Ocupação do Solo - Conselho Municipal de Política Urbana - Duas Comissões Paritárias nas Feiras - Conselho de Desenvolvimento Econômico - Conselho Diretor do Cinco - Conselho Municipal de Prioridades Orçamentárias (OP) - Núcleos de Defesa Civil - Nudecs (diversos implantados) - Conselho Municipal de Previdência dos Servidores - Conselho de Políticas de Pessoal - Coparpe - Conselho Municipal sobre Álcool e outras Drogas - Noventa e três Conselhos Escolares

Fonte: Dados coletados junto às diversas Secretarias

Expediente

Redação: José Prata Araújo. Abril de 2013

Revisão: Hamilton Reis

Projeto gráfico e diagramação: Rodrigo Paiva

Fotos: Arquivo público da Prefeitura de Contagem, Agência Brasil e arquivo do autor.

(Fotografos: Benedito Maia, Elias Ramos, Ernane de Paula, Inácio Sertebralhe, Milton Rocha, Odilon Rocha, Ricardo Lima, Rodrigo Paiva, Ronaldo Leandro, Tony YAA)

Impressão: Control Arte

Uma publicação BIS Editora Ltda.

Sobre o autor



Formado em economia pela PUC Minas, José Prata Araújo é especialista em direitos sociais, especialmente em previdência social. Foi militante sindical bancário e dirigente do Sindicato dos Bancários de BH e Região por três gestões. É autor de cinco livros sobre direitos sociais, política e economia: *Previdência Social: diagnóstico e propostas* (1996); *Manual dos direitos sociais da população* (1998); *Um retrato do Brasil – balanço do governo Lula* (2006); *Guia dos direitos sociais* (2010); *O Brasil de Lula e o de FHC* (2010). É autor de três cartilhas populares: *Guia dos direitos previdenciários dos servidores públicos* (seis edições); *Manual dos direitos dos segurados do INSS* (cinco edições); *Guia dos direitos do povo* (três edições). Suas publicações - livros, cartilhas, boletins, cadernos -, editadas comercialmente ou com cessão gratuita dos direitos autorais para movimentos sociais, parlamentares e prefeituras, alcançaram um milhão de exemplares em 17 anos.

José Prata Araújo foi coordenador de programa e de comunicação de todas as campanhas de Marília Campos: prefeita (1996), deputada estadual (1998), vereadora de Contagem (2000), deputada estadual (2002), prefeita eleita (2004) e prefeita reeleita (2008). É autor de inúmeras publicações políticas sobre Contagem. Essa revista, em quatro fascículos, é uma síntese dos estudos que o autor realizou nos últimos oito anos, com a colaboração de dezenas de técnicos dos dois governos de Marília Campos.